

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



ERNESTO GEISEL

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1975





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

POLÍTICA ECONÓMICO-FINANCEIRA

FAZENDA
TRANSPORTES
AGRICULTURA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
MINAS E ENERGIA
INTERIOR
COMUNICAÇÕES

POLITICA SOCIAL

Educação e Cultura Saúde Trabalho Previdência Social Pessoal Civil

POLÍTICA EXTERNA

JUSTIÇA

Política Interna Ordem Jurídica Segurança Interna

FORÇAS ARMADAS

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS MARINHA EXÉRCITO AERONÁUTICA

Senhores Membros do Congresso Nacional

Mais que simples relatório, acima de uma árida prestação de contas e transcendendo a devida obediência a mandamento constitucional, é meu desejo fazer, desta mensagem, motivação para um exame, ao cabo do qual estejamos todos, governantes e governados, habilitados a concluir se executamos bem as tarefas que nos foram delegadas, se fizemos aquilo que a Nação, legitimamente, tinha o direito de esperar de nós neste primeiro ano de governo.

Buscarei, também, fazer aqui a projeção, a futuro próximo, dos esforços empreendidos ou planejados, no sentido de, superando dificuldades previsíveis ou eventuais, continuarmos a avançar na senda que deve objetivar sempre o máximo de bem comum.

Seja-me dado, antes do mais, perante este Corpo Legislativo renovado que ora se instaura, esboçar as linhas mestras da doutrina que inspira e continuará a balizar a orientação de meu Governo, dentro de uma filosofia política que me parece adequada à nossa terra e à nossa gente, na quadra conjuntural que vivemos no mundo, tão intrangüilo e incerto, de nossos dias.

Os Governos oriundos da Revolução de 1964, todos eles, procuraram ser fiéis ao mesmo ideário político que se tem sintetizado no binômio do Desenvolvimento e da Segurança — revivida síntese programática, ao sabor de modernas conceituações, do lema da bandeira nacional e que busquei quantificar na fórmula hierarquizante mais

atual, de «um máximo de desenvolvimento possível, com um mínimo de segurança indispensável».

Daí, parecer-me justo admitir-se que este mínimo de segurança, variável no tempo e no espaço, deixará margem mais ou menos ampla às atividades, recursos e esforços que se possam consagrar ao desenvolvimento, em cada momento ou trecho da trajetória evolutiva do país, inclusive sob a ação de múltiplas forças externas que constituem o condicionante panorama internacional. Difícil é, entretanto, a comparação, necessariamente simplista, entre equações de equilíbrio justo e, muito mais ainda, do equilíbrio efetivamente atingido com todos seus parâmetros pessoais e únicos, em momentos diversos da evolução histórica de um país.

A largos traços, o Governo Castello Branco foi uma busca incessante e tenaz de um compromisso viável entre exigências, ambas imperiosas, de segurança e desenvolvimento. Costa e Silva tentou liberar o pais, talvez prematuramente, das imposições restritivas da segurança e viu-se obrigado a ceder a elas, em prazo curto. Emílio Médici, com propósitos dos mais liberais embora, esteve constantemente voltado para o atendimento das necessidades impostergáveis de manutenção da segurança interna que, contudo, não lhe abateram as extraordinárias marcas alcançadas no desenvolvimento do país - graças à inegável mestria na condução da política econômico-financeira, que soube tirar todo o partido das condições favoráveis da conjuntura internacional e da sucessão de safras exportáveis que otimizaram o balanço entre a produção e os precos de venda no exterior.

Não foram as mesmas, nem de longe, as perspectivas que se ofereceram a meu governo, desde os primeiros dias, quanto ao panorama econômico mundial, tão preocupante e quase catastrófico. Em contraposição, passaram a ser relativamente menores os imperativos do fator segurança, por mais que, como demonstram evidências

ainda muito recentemente apresentadas à opinião pública nacional, os inimigos da Nação, de seus ideais democráticos, de suas aspirações de progresso, de ordem e de paz continuem ativos em sua sempre renovada e demolidora ação subversiva de térmitas incansáveis. É que o terrorismo foi dominado e contido; raras incursões, através de fronteiras desguarnecidas — inteiramente frustradas; as tentativas de organização de bases de guerrilheiros no interior desprotegido e distante, inicialmente em Caparaó, oeste do Paraná, Vale da Ribeira e depois em Xambioá - Marabá, ao norte de Goiás e sudeste do Pará completamente reduzidas; as organizações subversivas - sob atenta e incansável vigilância de todas as horas. Assim, meu governo, graças aos desvelados e ingentes esforços despendidos por meus antecessores no setor crítico da segurança interna, pôde instaurar-se em ambiente mais trangüilo de ordem, tanto aparente como real, e por isso as perspectivas de maior concentração de esforços na área construtiva do desenvolvimento vieram a materializar-se, felizmente, justo quando esta tarefa, em face da deterioração generalizada da conjuntura econômica mundial, passaria a exigir maior atenção e flexibilidade, recursos bem mais acrescidos, tanto no planejamento como na execução.

E já que desenvolvimento é, hoje, o termo maior da equação estratégica nacional para o quadro em que vivemos, não me parecem ociosas considerações que melhor lhe definam o contexto, tanto mais que o superior entendimento entre Legislativo e Executivo requer plena compreensão conceitual, a salvo, pois, de quaisquer equicocos semânticos, sempre perigosos.

O desenvolvimento que almejamos para o país é um desenvolvimento integral e humanista — humanista, sobretudo nos seus fins, uma vez que o homem, na atualização de todas as suas potencialidades, é o objeto supremo em proveito do qual os maiores esforços deverão ser coordenados e multiplicados; integral, porque não se exaure no

simples desenvolvimento econômico da coletividade e do indivíduo, antes deve combinar, orgânica e homogeneamente, todos os setores — político, psicossocial e econômico — do desenvolvimento do cidadão e da comunidade nacional.

Contudo, cabe não desconhecer o primado, tático ou conjuntural, ora de um, ora de outro desses diversos campos do desenvolvimento sobre os demais, seja porque assim o imponham as circunstâncias internas ou condicionamentos externos, seja porque se decida concentrar esforços em um deles apenas, como solução melhor para o avanço posterior, mais rentável, do conjunto.

No governo Castello Branco, ante a derrocada econômica que ameaçava o país, o esforço principal do Estado não poderia deixar de realizar-se no campo econômicofinanceiro e, muito especialmente, nessa zona hibrida da segurança econômica cujo signo maior é o combate à inflação. Deve-se-lhe reconhecer, no entanto, o muito que buscou fazer nos demais campos, em particular no da consolidação de nossas estruturas políticas tão abaladas. Costa e Silva, apesar do lema de «humanização do desenvolvimento» que desde logo enunciou, viu-se mais e mais levado à concentração de esforços no campo do desenvolvimento econômico. E Médici, apesar do primado indiscutivel da estratégia econômica sobre as demais e devido mesmo ao extraordinário êxito que aí alcançou, pôde já empenhar-se, validamente, no campo do desenvolvimento psicossocial.

Todo um largo, dedicado e perseverante esforço de construção do país permitiu notável avanço no quadro econômico, com sensível progresso, mais conseqüente daquele do que propriamente autônomo, no campo psicossocial. E, por circunstâncias várias, estagnou-se o setor político ou, com maior exatidão, retrogrediu, uma vez que, na dinâmica social, a estagnação é meramente episódica, levando, logo a seguir, à involução e ao retrocesso paulatinos.

Ora, na doutrina humanista do desenvolvimento integrado que esposamos, o conjunto é um sistema em que se inserem os subsistemas econômico, psicossocial e político; portanto, dadas as interações e as repercussões recíprocas que atuam sempre, se o progresso em um campo ou subsistema arrasta consigo as frentes atingidas nos outros, também — e mais fortemente ainda — o atraso de um deles freará inevitavelmente o avanço de todos os demais. Nessa dinâmica, não há lugar para retardos ou hiatos excessivos. De pouco valerá concentrar-se o máximo de esforços num setor único, desprezando os demais, porquanto a inércia destes se acrescerá, com o tempo, além de toda a medida, impondo as restrições da conhecida lei geral dos rendimentos decrescentes.

Penso justificar, assim, a intenção manifesta, desde a primeira hora, em meu governo, de dedicar maior atenção ao campo político — não só externo como, sobretudo, interno — e de cuidar com toda a objetividade do campo social, através de medidas a ele especificamente destinadas. Com isso, todavia, não se deixará de reconhecer a importância crítica do campo econômico, fortemente condicionante dos demais, pelos recursos que só ele lhes poderá oferecer, mas afirma-se a prioridade instrumental do desenvolvimento político e o primado teleológico do desenvolvimento psicossocial.

Pensar, agir, ter êxito, porém, são expressões que não se referem precisamente aos mesmos parâmetros e pertencem a universos distintos. Como Göethe nos disse: «Pensar é fácil; agir, difícil. Agir de acordo com as próprias idéias é o que há de mais difícil no mundo». Sobreveio o dia de inauguração de 15 de março de 1974: a situação econômico-financeira mundial agravando-se; no setor econômico interno, acumulando-se dificuldades com a inflação que ameaçava escapar a todo controle. E, assim, meu governo, desde logo e mais do que desejaria, foi absorvido pelas análises e decisões requeridas pelo

campo econômico, inadiáveis, afirmando despoticamente a sua prioridade conjuntural.

A reestruturação do governo, a mobilização dos quadros de nossa complexa administração pública, a dupla elaboração orçamentária e, particularmente, o preparo do II PND — outras tantas tarefas que se impunham — assoberbaram meu governo nesta sua primeira fase, impedindo-o de dedicar toda a atenção que desejaria aos campos político e social. Creio, no entanto, haver conseguido realizar algo de importante, firmando alguns marcos decisivos para as tarefas que, agora, urge equacionar e empreender.

* * *

Ao longo deste primeiro ano, não me faltou o indispensável apoio esclarecido do Congresso Nacional, credor, por isso, dos meus melhores agradecimentos. Continuo a esperar, dos membros do Poder Legislativo, representantes partidários do povo brasileiro e dos Estados da Federação, estímulo e cooperação para levarmos a bom termo a tarefa ingente que a todos nós cumpre realizar.

As relações entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário continuaram a se processar em plena harmonia. Por proposição informal que fiz aos ilustres Ministros de nossa mais alta Corte de Justiça, está sendo empreendido, pela Presidência do Supremo Tribunal Federal, um amplo diagnóstico da situação da Justiça em nosso pais, o qual deverá servir de base para a reforma judiciária que se impõe.

Com os Estados, o governo federal prosseguiu, sem solução de continuidade, nos trabalhos de conclusão do I PND, buscando sempre a conjugação de planos regionais e esforços setoriais e de área. Houve perfeito entrosamento administrativo, com a União prestando todo o apoio indispensável à obra dos governos estaduais em fim de

mandato, bem como à programação dos novos governadores eleitos.

* * *

A POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA adotada pelo governo tem permitido alcançar resultados francamente favoráveis.

O ano de 1974, último da execução do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) — 1972/1974, apresentou, marcadamente, características de transição para um novo estágio, em face da plena capacidade alcançada pela indústria brasileira e da situação econômica mundial.

Os objetivos globais do I PND já haviam sido atingidos, em boa parte, no exercício de 1973, em razão principalmente de se haverem obtido taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), superiores às previstas.

Setorialmente, as primeiras análises mostram resultado, em geral, satisfatório na área econômica, embora o crescimento efetivo da produção pecuária não tenha sido elevado, a despeito da expansão dos rebanhos.

No período 1970/1974, novas experiências foram tentadas com relação, principalmente, ao desenvolvimento do Nordeste, à ocupação econômica da Amazônia e do Centro-Oeste. Realizou-se uma série de programas como o PIN, o PROTERRA, o PROVALE, o PRODOESTE, através dos quais se melhorou a infra-estrutura econômica e, em particular, agrícola daquelas regiões.

Num balanço dos resultados econômico-financeiros de 1974, cabe destacar:

— Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), segundo estimativa da Fundação Getúlio Vargas, igual a 9.6%. Tal expansão resultou de um crescimento agrícola de 8,5%, industrial de cerca de 8,2%, do comércio de quase 11%, e dos transportes e comunicações de 16,5%.

Esse resultado excepcional mostra que, a despeito dos problemas enfrentados durante o ano, de flutuações no nível de atividades e do crescimento lento em certos ramos industriais e de alguns produtos agricolas, a economia brasileira manteve o desempenho altamente dinâmico dos últimos anos.

Alterou-se substancialmente, em nosso favor, o hiato de taxas de crescimento entre, por exemplo, o Brasil e os países do mundo desenvolvido, em comparação com anos anteriores. Enquanto o Brasil crescia entre 10 e 11%, tais países cresciam na ordem de 6% ao ano. Em 1974, desenvolveu-se o Brasil em pouco menos de 10%, enquanto aqueles países, em conjunto, praticamente não apresentaram crescimento algum.

O país está agora com um PIB da ordem de US\$ 80 bilhões (a dólares de 1973) e uma renda per capita próxima a US\$ 800.

— A TAXA DE AUMENTO DO CUSTO DE VIDA (Guanabara), nos últimos oito meses (maio/dezembro), mantevese na média de 1,8% ao mês. Isso representa substancial declinio em relação à média mensal do periodo janeiro/abril, que foi de 3,8% e, principalmente, de março/abril, situada em 4,4%.

Verifica-se, portanto, que a inflação, após a exacerbação de dois ou três meses, foi colocada sob controle. As taxas um pouco mais elevadas no fim de 74 e, possivelmente, no início deste ano devem-se, principalmente, à maior expansão monetária de dezembro já controlada, e à tradicional confluência, no começo do exercício, de alguns reajustamentos autorizados pelo Governo.

É de notar que a inflação, da ordem de 34 a 35%, foi, em grande medida, resultante da elevação de preços externos. Basta salientar o aumento experimentado internamente, em conseqüência da inflação externa, pelos seguintes insumos de utilização generalizada: gasolina (116%), aço (47%), fertilizantes (143%). Em nenhum desses produtos se vem mantendo subsídio aos preços.

Internacionalmente, podem-se registrar, no ano findo, taxas de inflação da ordem de 13 a 25% para os Estados Unidos (dependendo do indicador, os preços por atacado devem elevar-se de 25%), 15 a 25% na Europa (com exceção da Alemanha) e 30 a 35% para o Japão.

Por outro lado, grande número de países europeus ainda mantém subsidio à energia elétrica e a outras formas de energia.

Na área de investimentos, o BNDE, em 1974, realizou financiamentos de cerca de Cr\$ 21,5 bilhões (deferimentos), com aumento de 186% em comparação com 1973. No setor industrial, o CDI concedeu incentivos a projetos correspondentes ao investimento total de Cr\$ 31,4 bilhões, 42% acima do ano anterior.

O balanço de pagamentos apresentou deficit global um pouco superior a US\$ 1 bilhão. O país, no final do ano, mantinha alto nível de reservas internacionais, sendo que, nos últimos três meses, a posição das mesmas foi aproximadamente estável.

Para financiamento do elevado deficit em conta corrente, ocorrido em conseqüência do aumento do valor das importações de petróleo, matérias-primas e equipamentos, verificou-se entrada normal de capitais, ao longo do ano, com a seguinte discriminação: empréstimos e financiamentos (bruto), us\$ 6,5 bilhões; investimentos diretos, us\$ 900 milhões.

É relevante salientar que, num ano não favorável para nossos produtos básicos de exportação (que ainda representam 60% do total), salvo açúcar e soja, foi possivel expandir as exportações em cerca de 28%.

Em síntese, no ano de 1974, a orientação adotada pelo Governo foi a de efetuar, rapidamente, todos os principais reajustamentos necessários, quer no campo da inflação, quer na adaptação da estrutura econômica brasileira à conjuntura mundial em crise.

Tendo em vista que 1974 teria de ser um ano de transição, procurou-se realizar logo as grandes mudanças indispensáveis para eliminar artificialismos que pesariam ainda mais no futuro próximo. Parte importante desses ajustamentos diz respeito à redução rápida e, em seguida, nos próximos anos, à eliminação do deficit de nossa balança de comércio, principalmente através de programas especiais de auto-suficiência.

Na ÁREA DOS TRANSPORTES foram aprovados um grande Plano de Construção Naval, no montante de Cr\$ 25 bilhões, e um Programa de Desenvolvimento Ferroviário no valor de Cr\$ 30,5 bilhões. E há um Programa Rodoviário em elaboração prevendo o emprego de Cr\$ 40 bilhões. Todos eles relativos ao período 1975/79.

Estuda-se, ainda, a reformulação do sistema portuário e uma definição quanto aos transportes urbanos de massa.

No Setor Agropecuário, foram criados instrumentos de indução ao aumento da produção e da produtividade. Nesse sentido, implementaram-se o Conselho Nacional de Abastecimento, a Comissão Nacional de Coordenação da Política de Crédito Rural e a Comissão de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural.

A consolidação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural permitirão que o apoio direto à produção seja acompanhado de um importante processo de criação e transferência de tecnologia.

Está o Governo igualmente empenhado na consolidação e expansão do Sistema Nacional de Planejamento Agricola.

Ampliou-se a pauta dos preços minimos e foram modernizados seus métodos operacionais, assim como se

dispensaram cuidados persistentes ao sistema de abastecimento.

Com tudo isso, o produto da agropecuária apresentou, em 1974, taxa de crescimento de 8.5%, maior, portanto, que a expansão verificada para a renda per capita (da ordem dos 7%).

Para a consecução desse expressivo resultado, contribuiu, de modo decisivo, o desempenho do produto das lavouras, com crescimento acima dos 12%, devido principalmente ao aumento da produção de soja (53%), café (45%), trigo (36%), laranja (22%), fumo (20%), milho (16%) e cacau (8,5%), muito superior que a redução de produção ocorrida em culturas como o amendoim (— 22%), o algodão (— 13%) e a mandioca (— 12%).

O valor das exportações dos produtos agrícolas, nos anos de 1973 e 1974, correspondeu a US\$ 4,3 e US\$ 4,9 bilhões, respectivamente, enquanto as exportações globais foram de US\$ 6,2 e US\$ 8 bilhões. Não obstante terem estas registrado um acréscimo de 28%, o valor das exportações dos produtos da agricultura teve um incremento bem inferior (15%). Tal situação decorreu de fatores adversos no mercado externo.

A produção cafeeira retornou à sua tradicional posição de destaque, em grande parte devido às condições climáticas, de modo geral, favoráveis. Produzidos 3,4 milhões de toneladas, contra 2,3 milhões em 1973, houve um acréscimo de cerca de 45% para a mesma área cultivada. O valor das exportações brasileiras de café (grão e solúvel) atingiu, no ano de 1974, us\$ 1 bilhão.

A cultura de soja continuou com sua elevada expansão, alcançando a produção de 7,8 milhões de toneladas, o que representou incremento da ordem de 53% em relação ao ano anterior. As exportações brasileiras de soja (grãos, farelo e torta) atingiram o montante de US\$ 888 milhões em 1974, contra US\$ 917 em 1973.

Embora o volume físico das exportações tenha sido, em 1974, 41% superior ao de 1973 (cerca de 4,8 bilhões de toneladas, contra 3,37), observa-se um decréscimo no valor das exportações, decorrente das menores cotações do produto no mercado internacional.

Em virtude de ligeira redução no volume de produção de cana-de-açúcar em relação a 1973 (95,9 milhões de toneladas contra 99.7, ou seja, um decréscimo de 3,8%), houve uma diminuição no volume físico das exportações de açúcar (demerara e cristal), as quais, de 2,8 bilhões de toneladas em 1973, cairam para 2,25 bilhões em 1974, com redução de cerca de 20%. No entanto, em decorrência do aumento de cerca de 175% nas cotações internacionais do produto, o valor das exportações elevou-se em US\$ 706 milhões, passando de US\$ 553, em 1973, para US\$ 1.259 milhões, em 1974. O produto que, em 1973, representava cerca de 9% do valor global das exportações brasileiras, alcançou quase 16% em 1974.

A produção de trigo, durante os últimos dez anos, cresceu em cerca de 20% ao ano, contra uma demanda que se expandia a 6% anuais. Tal fato significa uma queda relativa na dependência da importação do produto, que ocupava o segundo lugar na pauta brasileira. A produção de 1974 atingiu o recorde de 2,7 milhões de toneladas.

A produção de milho, nos anos de 1973 e 1974, foi de 14,9 milhões de toneladas e 17,3 milhões, respectivamente, com um crescimento de 16%. É importante salientar que a cultura do milho acha-se disseminada por todo o território nacional, ocupando, nos últimos anos, dentre as lavouras cultivadas, a maior área, ou seja. 25% do total.

As atividades pecuárias participaram em cerca de 30% da produção agropecuária. Seus produtos (carne, leite, ovos e outros, inclusive pescados) apresentam elevados coeficientes de elasticidade-renda e têm tido difi-

culdade em satisfazer a uma demanda potencial crescente, dadas as elevadas taxas de crescimento alcançadas pela economia brasileira, a partir de meados da década dos sessenta.

Nos anos de 1973 e 1974, o rebanho bovino brasileiro foi de 85,2 e 87,6 milhões de cabeças, respectivamente. A taxa de crescimento, nos anos considerados, foi da ordem de 2,8%.

A avicultura brasileira transformou-se, nas duas últimas décadas, numa atividade empresarial, evoluindo para a exploração em escala comercial. Atualmente, participa com cerca de 20% no valor da produção pecuária. O Brasil já possui um dos maiores plantéis avícolas do mundo, ultrapassando 335 milhões de galináceos, em 1973, e 350 milhões, em 1974.

Relativamente à INDÚSTRIA E COMÉRCIO, cabe mencionar que nossa política de desenvolvimento industrial sofreu importantes transformações e a concessão de incentivos pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial passou a ser feita com maior seletividade, avaliando-se e orientando-se os empreendimentos com vistas à desconcentração das áreas industriais já saturadas, à atenuação dos desequilíbrios regionais e ao controle da poluição do meio ambiente.

Tal orientação obteve boa resposta dos empresários nacionais e estrangeiros, com notável aumento do volume de investimentos aprovados pelo CDI.

A taxa de crescimento do setor secundário da economia, estimada em 8,2% para o ano de 1974, embora tenha sido inferior às verificadas em anos anteriores, revela o grande dinamismo relativo da indústria brasileira na presente conjuntura mundial, diante do fraco desempenho da maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. A indústria de transformação cresceu a uma taxa de 7%, enquanto os demais segmentos do setor secundário (dos quais o mais importante é a indústria de construção civil) cresceram a cerca de 12%.

Apesar das características especiais do ano de 1974, indústrias como as de material de transporte, mecânica, material elétrico e de comunicações conheceram expressivo crescimento, acentuando o processo de mudança estrutural do parque manufatureiro, com a crescente participação dessas indústrias, particularmente dinâmicas, no total do agregado industrial. O acréscimo estimado do produto real da indústria de material de transporte, em 1974, foi da ordem de 19%, enquanto o produto real da indústria mecânica e de material elétrico e comunicações alcançou, no mesmo período, taxas da ordem de 11 a 13%. Dentre tais segmentos industriais, merece ser citado o desempenho das indústrias de base, que apresentaram crescimento da ordem de 17%.

A indústria de transformação de minerais nãometálicos (que inclui produtos como o cimento, material cerâmico, tijolos e telhas) teve sua produção acrescida entre 15 e 16%.

Os setores de bens de consumo final, mais diretamente afetados pelo recrudescimento da inflação em 1974, alcançaram, mesmo assim, taxas de crescimento significativas, principalmente graças ao bom desempenho no primeiro semestre do ano. Por outro lado, as reduções do Imposto sobre Produtos Industrializados, incidente sobre eletrodomésticos, móveis, produtos têxteis e produtos alimentares, ao nível do consumidor, garantiram a sustentação da demanda dirigida a esses produtos.

A indústria automobilística, que poderia ter sido duramente atingida pelo impacto dos reajustes dos preços dos combustíveis, não só incrementou o ritmo de suas atividades, tendo produzido 858 mil veículos (exceto tratores), com um crescimento de 18% em relação a 1973, mas ainda dedicou-se, de maneira mais direta, a ativi-

dades outras, como adaptação tecnológica às condições do país e aumento das exportações, visando a situar sua atividade industrial dentro dos parâmetros estabelecidos pelas diretrizes do desenvolvimento nacional. A indústria de tratores apresentou, em 1974, um aumento de produção da ordem de 25%, com cerca de 51 mil unidades produzidas.

O comportamento do mercado brasileiro de produtos metalúrgicos, a despeito de fatores limitativos surgidos por força das condições econômicas internacionais e internas, manteve-se extremamente ativo. O consumo aparente de produtos siderúrgicos elevou-se a 12,2 milhões de toneladas (aço em lingotes equivalentes), com um aumento de guase 30% em relação ao ano anterior e uma participação da ordem de 40% de importações (é certo que, em parte, destinadas à formação de estoques). A produção nacional de aco em lingotes situou-se no nível de 7.5 milhões de toneladas, registrando um crescimento de 5,6 comparativamente a 1973. A realização de obras para a expansão das grandes usinas produtoras de planos, exigindo paralisações temporárias de equipamentos e interferindo no ritmo da produção, bem como dificuldades no abastecimento de carvão metalúrgico importado, reduziram o rendimento da operação dos altos fornos e, assim, representaram fatores limitativos ao maior crescimento da produção.

No setor de não-ferrosos, o consumo aparente atingiu os seguintes níveis em 1974, comparativamente aos valores observados em 1973 (em milhares de toneladas): alumínio — 257 e 198; cobre — 183 e 142; zinco — 101 e 104; chumbo — 96 e 79; estanho — 6 e 4; níquel — 8 e 5. As importações de não-ferrosos comuns atingiram a elevada cifra de US\$ 546 milhões, contra US\$ 277 milhões no exercício anterior, correspondendo a um incremento de 97%.

A indústria química (inclusive produtos de perfumaria, sabões e velas e produtos plásticos) alcançou uma taxa de crescimento, na produção, de 8 a 9% em relação a 1973.

A indústria petroquimica nacional, dadas as dificuldades e os altos preços das importações de produtos derivados de petróleo, intensificou as atividades de seu desenvolvimento, principalmente através dos pólos petroquimicos de São Paulo e da Bahia.

Dentre as indústrias de bens de consumo não-duráveis, as de produtos alimentares foram as que conheceram maior crescimento em 1974. Vêm, na verdade, contribuindo significativamente para reduzir as carências alimentares e nutricionais da população brasileira, através do aperfeiçoamento em duração de uso, quantidade e qualidade, dos alimentos naturais, minorando os efeitos de entressafra, inerentes à oferta de produtos in natura.

O valor total dos investimentos fixos previstos nos projetos industriais aprovados pelo CDI atingiu Cr\$ 31,4 bilhões, indicando um crecimento nominal de 42% em relação ao valor aprovado em 1973. Desse montante, o valor correspondente ao setor de bens de capital apresentou um crescimento nominal de mais de 140% em relação ao ano anterior, passando de Cr\$ 1,1 para Cr\$ 2,7 bilhões, elevando-se, no conjunto das aprovações, de 5% para quase 9%, o que constitui efeito positivo da nova política de desenvolvimento setorial adotada.

Na área da produção de insumos básicos, o CDI aprovou numerosos projetos de instalação e de expansão de indústrias, somando investimentos fixos de Cr\$ 21 bilhões, cabendo cerca de Cr\$ 13 bilhões ao grupo de indústrias produtoras de matérias-primas (metalurgia básica, química, petroquímica, papel e celulose) e Cr\$ 103 milhões ao de bens intermediários (metálicos e nãometálicos).

Em 1974, do montante global de Cr\$ 18,7 bilhões previsto para aplicação em máquinas e equipamentos, 44% relacionaram-se a aquisições no mercado nacional, contra

os 36% verificados no ano anterior, registrando-se ainda, entre os dois exercícios, um incremento nominal de cerca de 59% com relação às compras no pais. Do ponto de vista da distribuição espacial dos investimentos previstos nos projetos industriais aprovados pelo CDI, que tem sua maior concentração no Sudeste e no Sul, cabe assinalar que o ano de 1974 registrou, pela primeira vez, participação bastante expressiva também do Nordeste, como decorrência, basicamente, dos estímulos concedidos à implementação de grandes projetos integrados no pólo petroquímico da Bahia.

As atividades ligadas a Minas e Energia foram expressivas.

O setor de energia elétrica teve excelente desempenho, dando-se pleno atendimento às exigências do consumo e aumentando-se a capacidade instalada de 15.506 MW, em 1973, para 17.378 MW, em 1974 e a extensão das linhas de transmissão. Foi concluída a elaboração do programa de obras a serem realizadas até 1990 e prosseguiram os estudos para o aproveitamento do potencial dos rios da Amazônia. Desenvolveram-se pesquisas para a transmissão de grandes blocos de energia a grandes distâncias.

A fundação da Itaipu Binacional, cujas obras serão iniciadas este ano, merece registro especial, como deve ser destacada — medida de longo alcance — a criação da Nuclebrás.

Com relação ao petróleo, cuja importância é, agora, ainda mais relevante, foram adotadas numerosas medidas com a finalidade de aumentar a produção nacional, realizar economia do consumo, assegurar adequadas reservas de imediata utilização e, principalmente, descobrir novas jazidas, ativando-lhes a entrada em produção. Dentre os

resultados alcançados em 1974, relativamente a 1973, cabe mencionar:

- a produção nacional de 10,5 milhões de m³ de petróleo bruto (mais 4,6%) e de 1.180 milhões de m³ de gás natural (mais 26%);
- a importação liquida de 39,7 milhões de m³ de petróleo (menos 2%);
- o consumo aparente de 48,2 milhões de m³ de derivados de petróleo (mais 7,7%);
- estoque total de 9 milhões de m³ de petróleo bruto e derivados em 31 de dezembro;
- descobrimento de campos de petróleo na plataforma continental do Rio de Janeiro (região de Campos), Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte, que abrem amplas e favoráveis perspectivas para o país.

Na mineração, muito se fez no decorrer do periodo e resultados importantes são esperados no setor de pesquisas minerais. Especial realce merecem o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola e as implicações contidas no recente Programa Nacional de Não-Ferrosos.

Na área das Comunicações, há registros igualmente animadores.

A qualidade dos serviços postais experimentou sensíveis progressos.

O setor de telecomunicações continua em grande expansão, seja quanto aos serviços telefônicos, onde o sistema DDD vai sendo ampliado consideravelmente, seja quanto à rede de telex, beneficiada também por notável crescimento.

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL mereceu cuidados especiais, lançando-se importantes programas.

- O Programa Polamazônia levará Cr\$ 4 bilhões de investimentos governamentais a 15 áreas selecionadas, para expansão de atividades agropecuárias, florestais e de mineração.
- O Programa POLONORDESTE, por sua vez, carreará Cr\$ 5 bilhões para essa região, objetivando o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias.
- O Programa Especial de Desenvolvimento da Agro-Indústria importará na aplicação de Cr\$ 800 milhões no Nordeste.
- O Programa de Irrigação constante do II PND prevê, no período 1975/79, acréscimo de 100.000 hectares irrigados, no Nordeste e no Vale do São Francisco.
- O Programa do Pantanal Mato-grossense já teve a sua execução iniciada em 1974 e inclui o desenvolvimento de vários projetos, tendo em vista o melhor aproveitamento dessa área.
- O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) prevê investimentos da ordem de Cr\$ 2 bilhões, no período 1975/77, em 12 áreas selecionadas, nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Como seu complemento, foi aprovado o Programa Especial da Região Geo-Econômica de Brasilia, com o objetivo de propiciar a esta área condições de desenvolvimento mais equilibrado e consentâneo com o crescimento populacional na Capital da República.

* * *

A Política Social tem sido objeto da maior atenção de meu Governo, de que são indicadores inegáveis a criação do Conselho de Desenvolvimento Social, que mantém em permanente prioridade, nos mais altos níveis de decisão, a área coordenada dos Ministérios sociais, e o estabelecimento do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, que, já em 1975, disporá de 3,5 bilhões de cruzeiros.

O Governo tem plena consciência do quanto representam a EDUCAÇÃO e a CULTURA no processo de valorização do homem brasileiro, inclusive como investimento de alta rentabilidade, se bem que diferida no tempo, para o próprio desenvolvimento econômico do país.

Nesse sentido, continuou-se a dinamizar o ensino em todos os níveis, desde o pré-escolar à pós-graduação, sem esquecer as áreas da cultura e do esporte.

Merecem destaque a disseminação de cursos de curta duração, de grande importância para o desenvolvimento do país, assim como o estabelecimento de critérios para a criação de novas faculdades que resultem numa melhoria de qualidade e em maior racionalização do ensino.

Na área da Saúde, além de projeto de lei estabelecendo o Sistema Nacional de Saúde e da aprovação do Programa Nacional de Imunizações, vêm sendo elaborados planos regionais. Deu-se continuidade às campanhas contra as endemias e, ao mesmo tempo, foram desenvolvidas intensas ações para atendimento de situações anômalas, como enchentes e surtos de meningite em diversas áreas do país.

O Trabalho tem recebido merecida atenção, em particular quanto à política salarial que assegura, hoje, mais rapida reconstituição dos salários, em face da inflação, e representa, para as classes trabalhadoras, um ganho real significativo.

Dando maior atenção ao treinamento de mão-de-obra e ao problema da medicina, higiene e, sobretudo, da segurança do trabalho, assim como incentivando o sindicalismo e promovendo a atualização da Consolidação das Leis do Trabalho, meu Governo tem demonstrado preocupações muito especiais com o trabalhador brasileiro.

Quanto à Previdência Social, por intermédio do novo Ministério, objetiva-se implantar a sua universalização.

Esforços têm sido despendidos no setor da assistência médica, procurando-se corrigir-lhe as notórias deficiências. Para isso, estuda-se a reunião de recursos num fundo único, gerido por instituição especializada, distinta do INPS, ficando este último com as atividades restritas da concessão de beneficios em dinheiro.

Também a assistência social poderá vir a ser centralizada, em uma entidade específica.

No SETOR HABITACIONAL, reformulou-se o esquema de atuação do BNH com redução substancial das prestações pagas pelos mutuários de mais baixa renda, através da redução da taxa de juros, aumento dos prazos e concessão de incentivos fiscais.

* * *

A Política Externa praticada pelo Governo merece particular registro.

Desde os primeiros dias declarei que ela deveria ser construtiva, pragmática, responsável e ecumênica.

A essas diretrizes de conduta, ajuntei que as prioridades para a ação diplomática se orientariam com vistas à expansão econômica e ao progresso social do país, salientando as responsabilidades especiais do nosso relacionamento com as nações vizinhas de aquém e de alémmar.

Essa orientação e esse programa têm sido cumpridos com exação.

No continente, reforçamos os laços que nos unem às demais nações, para o que mantive, inclusive, contatos pessoais com Chefes de Estado americanos.

Com relação a nossos vizinhos africanos, adotamos uma posição de ativa compreensão dos legítimos desejos das nações que aspiravam à independência, buscando o fim da era colonial na África.

Sobre a base de compromissos inequívocos de respeito mútuo e não-ingerência, estabelecemos relações diplomáticas com a República Popular da China, país com o qual já iniciamos promissor intercâmbio no plano comercial.

Também instituímos relações diplomáticas com todos os países árabes, e com eles desenvolvemos úteis programas de cooperação econômica.

Por outro lado, adotamos posições explicitas quanto à situação no Oriente Médio, declarando-nos contrários à ocupação territorial pela força e prestando nosso apoio aos reclamos do povo palestino, no sentido da autodeterminação e de sua soberania. Assim fazendo, fundamo-nos no melhor da tradição diplomática brasileira e nos precedentes de nossa posição original sobre o assunto.

Sem sombra de dúvida, nossa diplomacia vem prestando concurso apreciável à consecução dos objetivos de desenvolvimento, além de projetar o Brasil, no exterior, de maneira marcadamente positiva, como interlocutor válido das nações mais influentes na condução dos problemas cruciais do momento.

* * *

A POLÍTICA INTERNA constituiu-se num setor de inegável importância.

Além das eleições dos novos Governadores Estaduais a 3 de outubro, realizaram-se as eleições de 15 de novembro, para a renovação das Assembléias Legislativas dos Estados, da Câmara dos Deputados e de um terço do Senado Federal. Essas últimas eleições constituem, do ponto de vista político, o fato mais relevante do ano.

Não menos significativa foi a aprovação pelo Congresso da importante Lei Complementar nº 20, que estabeleceu normas gerais para a reorganização territorial do país, iniciada, desde logo, com a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a ser efetivada a partir do dia 15 próximo.

Estou seguro de que o adequado cumprimento das disposições que enunciei na primeira reunião do Ministério constitui fator primordial para a tranqüila e promissora evolução política do país.

De fato, como então foi anunciado, envidamos sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64.

Continuamos empenhados no aperfeiçoamento das práticas democráticas e vigilantes quanto a possíveis atentados, declarados ou solertes, por parte dos que, em nome da democracia liberal, desejam de fato violentá-la ou destruí-la.

Permanecemos com o mesmo proposito indefectivel de garantir, a todas as entidades componentes do complexo da sociedade brasileira, o pleno exercício de suas atividades, dentro dos limites legais, aceitando sua colaboração desinteressada e leal, desde que não impositiva. Do mesmo modo, não podemos admitir intromissão indevida em áreas de responsabilidade privativa do Governo, nem a critica desabusada ou mentirosa, nem pressões descabidas.

Está de pé o apelo à imaginação criadora dos politicos, no sentido de instituir remédios prontos e eficientes, dentro do contexto constitucional, para a manutenção da atmosfera de segurança e ordem, da qual depende o desenvolvimento econômico-social do país. E, bem assim, a reafirmação de que cabe aos partidos — do Governo e da Oposição — essenciais ao estilo de vida democrático, concorrer decisivamente para o aperfeiçoamento da estrutura política nacional.

A Politica de Segurança tem sido firme e cautelosa, no combate à subversão da ordem e na garantia das instituições públicas, buscando sempre dar ao povo brasileiro as condições necessárias para que possa atingir legitimos objetivos sociais e econômicos.

* * *

As Forças Armadas, coesas, atuantes e preocupadas fundamentalmente com o seu aparelhamento e o adestramento de seus quadros, têm papel dos mais relevantes, é certo, tanto na segurança interna como na externa, e constituem o núcleo em torno do qual todos nós devemos nos unir nos momentos graves, para que o Brasil possa concretizar os seus mais altos destinos.

* * *

Senhores Congressistas

Resumidos os trabalhos desenvolvidos no primeiro ano do meu Governo, cabe-me agora voltar as vistas para o futuro, examinando as perspectivas mais próximas.

Esta legislatura deverá, assim o permita Deus, coincidir com a fase de meu Governo em que espero afirmar a importância da ação política: criadora, na progressiva institucionalização do sistema democrático que melhor convenha a esta quadra da evolução de nosso povo e contenha, imanente, decidido impulso contínuo a seu próprio aperfeiçoamento; dinâmica, na vida partidária que, em permanência, seja capaz de mobilizar a participação de todas as parcelas da população, e canalizar-lhes, com fidelidade, as aspirações legítimas de progresso; consensualista, na capacidade de dissolver antagonismos

e conflitos, através de fórmulas de conciliação esclarecida que visem, antes de tudo, ao bem comum e aos interesses nacionais.

Neste ano de 1975, iniciamos a execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento, voltado em grande parte para o desenvolvimento social e aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro último. Se é verdade que precisaremos agir com flexibilidade e agilmente, diante da continuada instabilidade da situação econômica internacional, não é menos certo que as perspectivas abertas pela situação nova em relação ao petróleo podem ser tomadas como garantia da viabilidade daquele Plano. Economias como a brasileira — com variadas alternativas decorrentes da dimensão econômica do país, de seus amplos recursos naturais, da capacidade industrial e tecnológica já disponivel — não são excessivamente vulneráveis a recessões externas, se adotada uma política econômica adequada.

Quanto à inflação, tudo indica ser possível continuar-se em sua desaceleração gradual, sem as flutuações ocorridas em 1974, já que não teremos inflação reprimida nem outras maiores distorções a corrigir.

Neste particular, merece registro a decisão de limitarse o reajustamento de tarifas e preços de bens e serviços públicos, conciliando-se, assim, os objetivos de preservar a capacidade de investimento das empresas e de evitar que tais reajustamentos se constituam em ativos fatores in[lacionários.

Na área externa, providências vão sendo tomadas para que se obtenha substancial redução no deficit da balança de comércio, não só pela diminuição das importações como pelo incremento das exportações, as quais esperamos aproximem-se dos 10 bilhões de dólares, em 1975.

Neste ano, já teremos aumento maior da produção interna de petróleo e, a partir de 1977, poderemos ter substancial contribuição das novas descobertas.

Sem pretender a autarquização da economia, pois o Brasil tem real interesse em manter alto nível de relações econômicas internacionais, preocupa-se o Governo em útilizar os recursos naturais e o mercado interno do país para evitar dependências excessivas, prejudiciais à nossa determinação de continuar crescendo aceleradamente.

As previsões são de que, no fim da década, estará o país auto-suficiente na área de produtos básicos.

Neste ponto, desejo proclamar, de modo categórico, para não deixar quaisquer dúvidas, as preocupações de meu governo, no primeiro ano do II PND, com dois objetivos da maior importância:

- a vitalização da empresa privada; e
- a melhoria da distribuição de renda que se refletirá na desejada expansão da demanda efetiva no mercado interno.

A ação para o desenvolvimento, a ser realizada em 1975, há de incluir o início da execução dos novos programas de auto-suficiência na área de insumos básicos, a implantação do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a destinação adicional de recursos e programas voltados para o bem-estar das grandes massas urbanas, a implementação de novos programas de integração nacional.

Espero que já no corrente ano obtenhamos significativos resultados da reformulação feita na estrutura governamental, quando se eliminaram órgãos supérfluos e foram criados o Ministério da Previdência Social e os Conselhos destinados ao assessoramento do Presidente da República, na tomada de suas principais decisões.

Reitero aqui observação já enunciada e que considero relevante: aqueles Conselhos abriram maior número de canais de comunicação entre o centro de decisões e a periferia, cumprindo aproveitá-los para a apresentação de pontos de vista e sugestões, uma vez que os problemas de importância maior, submetidos aos Ministérios competentes, devem chegar à mesa dos debates, sempre desejados estes, e jamais temidos pelo meu Governo, quando postos em plano elevado e adequado.

A todos os escalões de chefia, situados em quaisquer pontos da máquina administrativa e seja qual for o grau de sua responsabilidade ao longo do multiforme processo de desenvolvimento nacional, compete exercer ação pronta e sadia no sentido de usar bem as oportunidades e, a despeito de obstáculos imprevistos, perseguir os objetivos prefixados, quer se trate de quadros dirigentes à testa de entidades governamentais, quer de empresas ou entidades privadas.

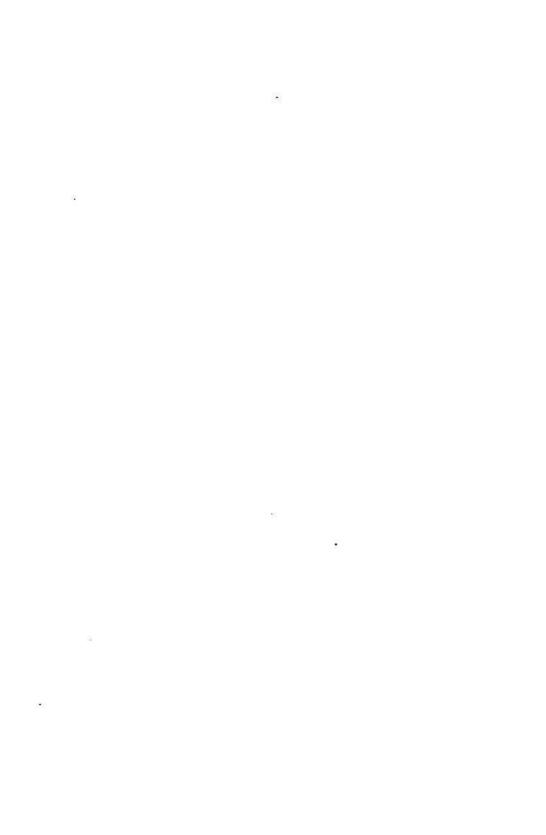
Na primeira reunião ministerial, afirmei que toda ação de governo é hoje integrada, em virtude da dependência entre os vários setores de atividades por ele exercidas — gerencial, promotora ou simplesmente incentivadora.

Não pode nem deve, portanto, haver compartimentações exageradas, assim como considero necessária a mais ampla liberdade de debates nos vários escalões da administração pública.

Do mesmo modo, no nivel mais elevado, o relacionamento entre os Poderes da União, independentes e harmônicos na forma do preceito constitucional, há de se desenvolver e estreitar em proveito geral. Nisso estarei sempre empenhado com o melhor de minhas energias, na convicção de que com a confiança recíproca gerada pela altitude de propósitos e pela lealdade no comportamento, haveremos de corresponder à expectativa da Nação.

E tudo isso impõe-se seja feito para que se proporcione bem-estar ao homem brasileiro, sem quaisquer distinções, pois tal deve ser, é e será objetivo fundamental e responsabilidade indeclinável dos dirigentes todos do país.

Brasilia, 1º de março de 1975.



| 8 | | | |
|---|-------------------------------|----|---|
| | • | | |
| | POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA | | |
| | | | p |
| | | 30 | |



FAZENDA

I — Política Monetária

A política monetária executada em 1974 desempenhou função relevante como instrumento de combate à inflação e de sustentação de um elevado nível de atividade econômica.

Em 1973, a expansão de meios de pagamento alcançou 47%, do que resultou excesso de liquidez real na economia.

A fim de evitar uma aceleração do processo inflacionário, foi necessária a adoção, em 1974, de algumas medidas básicas, destacando-se: a) limitação da expansão dos meios de pagamentos em 35%, o que melhor se compatibilizaria com o objetivo de conter as pressões inflacionárias do lado da procura, sem prejudicar a expansão do produto real, pela compressão da liquidez; b) fiel cumprimento do Orçamento Monetário, transformado em normativo, ativando todas as operações, dentro do estabelecido em cada item operacional, cabendo ao open-market a tarefa das eventuais correções entre as operações previstas e realizadas por parte dos Bancos Comerciais.

A política monetária foi conduzida no sentido de, inicialmente, absorver o excesso de liquidez real existente na economia e, em fase posterior, adequar a expansão monetária de modo a atender às necessidades do sistema econômico. A absorção do excesso de liquidez verificou-se em um período relativamente curto, de maio a julho, pois ao excesso de expansão monetária somou-se o reajus-

tamento dos preços de vários produtos, devido à evolução dos custos de produção nos meses anteriores.

As medidas de política monetária tomadas e outras providências, efetivadas principalmente a nível dos organismos controladores de preços, determinaram, no segundo semestre do ano, grande redução no ritmo da inflação, que foi inferior em 50% à verificada na primeira metade do ano (4,2% e 5,3% no 3° e 4° trimestres, respectivamente).

Manifestaram-se algumas dificuldades setoriais, inevitáveis em qualquer programa de reversão de tendência inflacionária. O acesso ao crédito tornou-se mais seletivo. A partir de agosto, foi possível promover-se uma recuperação gradativa da liquidez, sem prejuízo das metas de política econômica. Foram intensamente utilizados os diversos instrumentos de política monetária, principalmente a política de crédito, a política de redescontos e refinanciamentos seletivos do Banco Central, a política de encaixes compulsórios dos Bancos Comerciais e a política de operações no mercado aberto.

Apesar da aparente queda de liquidez no sistema econômico durante o ano de 1974, o país conseguiu atingir, no final do período, índices perfeitamente aceitáveis e dentro do previsto no orçamento monetário. Os empréstimos ao setor privado ultrapassaram em 30% os concedidos em 1973, com os Bancos Comerciais ampliando sua faixa de aplicação em 28,6%, mantendo-se, assim, em torno do percentual de variação global. Foram permitidas operações extrateto para atendimento de custeio e aquisição de máquinas e implementos agrícolas, associando-se a politica de crédito seletivo às conveniências da política monetária. Paralelamente, a política de mercado aberto foi dirigida no sentido de ajustar a liquidez aos níveis programados. Ao final do exercício, a expansão dos meios de pagamento situou-se aproximadamente na previsão do orçamento monetário.

Para 1975, de acordo com a política gradualista de redução da taxa de inflação, a expansão dos meios de pagamento foi prevista em 30%, devendo assegurar adequado controle sobre a evolução dos preços com a manutenção de altas taxas de crescimento do produto real.

II - Política Fiscal

Na elaboração do Orçamento Fiscal foram considerados alguns princípios básicos visando a aperfeiçoar sua função e adequá-lo como instrumento da política de desenvolvimento. Foi seguida a orientação de não aumentar os impostos, bem como a de manter o controle da despesa. Os dispêndios se processaram de forma ordenada, com as dotações orçamentárias sendo liberadas integral e automaticamente, tendo sido contidos os gastos correntes, em benefício da elevação de despesas de capital.

Mercê da utilização adequada dos instrumentos de política orçamentária e fiscal, conducentes a maior eficiência da Administração, logrou-se que a arrecadação alcançasse o valor de Cr\$ 76,8 bilhões contra uma despesa de Cr\$ 72,9 bilhões, apresentando, portanto, um superavit de caixa de Cr\$ 3,9 bilhões.

Em consequência do superavit, foi possível ao Governo manter considerável volume de recursos no setor privado, através da dilatação dos prazos de recolhimento de impostos.

As alterações legislativas no campo tributário foram dirigidas no sentido da melhor distribuição da renda pessoal e regional, do fortalecimento do mercado de capitais, da redução de alíquotas dos impostos indiretos, da liberalização do imposto direto para as classes de baixa e média renda, de estímulos à exportação e à substituição de importações, bem como de propiciar benefícios aos mutuários do sistema financeiro habitacional e, ainda, incentivar setores básicos da economia nacional.

Dentre as principais alterações, destaca-se o Decretolei nº 1.338, que dispõe sobre os beneficios fiscais concedidos às pessoas físicas domiciliadas no país, relativamente a aplicações financeiras em investimentos de interesse econômico e social e aos rendimentos deles derivados.

Outra importante medida foi adotada pelo Decreto-lei nº 1.351, permitindo que o imposto de renda retido na fonte seja corrigido, o que acarretará redução do imposto a pagar.

No que tange aos incentivos fiscais provenientes das parcelas dedutíveis do imposto sobre a renda devido pelas pessoas jurídicas, o Decreto-lei nº 1.376 também estabeleceu novas diretrizes. A captação desses recursos processava-se de forma destorcida, com sérios prejuízos para o desenvolvimento econômico nacional harmonizado. Foram criados três fundos específicos para a administração dos recursos: o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), supervisionado pela SUDENE e operado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.; o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), operado pelo Banco da Amazônia S.A., sob a supervisão da SUDAM, e o Fundo de Investimentos Setoriais (FISET), cujas contas serão operadas pelo Banco do Brasil S.A., sob a supervisão da Embratur, da Sudepe e do IBDF.

III — Mercado de Capitais

De acordo com orientação preestabelecida, empenharam-se as autoridades monetárias, em 1974, em promover o pronto saneamento e o paulatino e seguro fortalecimento do mercado de capitais.

Para tanto, utilizou-se a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, que consolidou e aperfeiçoou a legislação sobre a intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

A experiência adquirida mostrou, todavia, que a tarefa de zelar pelo desempenho das diversas unidades que poderia em certos casos levar, por diferentes processos, à medida extrema de afastá-las do sistema — deveria ser combinada com a criação de condições de tranqüilidade para o aplicador da poupança.

Este aspecto é particularmente relevante quando se considera o objetivo de longo prazo de estimular o mercado de capitais, como veículo para incentivar aquela poupança. Com esta finalidade, foi baixado o Decreto-lei nº 1.342, de 28 de agosto de 1974, que permitiu a aplicação da reserva monetária do Banco Central do Brasil, proveniente da receita do Imposto sobre as Operações Financeiras, no pagamento total ou parcial do passivo de qualquer instituição do ramo.

Desse modo, ficaram as Autoridades Monetárias com maior amplitude para atuar no processo de saneamento, evitando-se os reflexos indesejáveis sobre o mercado de capitais.

As providências adotadas nesse campo no ano anterior levaram, decididamente, ao fortalecimento do sistema financeiro privado nacional, o qual, dessa forma, se encontra mais apto a desempenhar o relevante papel que lhe cabe no financiamento do desenvolvimento do país.

IV — Comércio Exterior

A política econômica do País em relação ao comércio exterior manteve as metas fundamentais de, através da captação de poupanças no exterior, sustentar o ritmo acelerado de crescimento econômico.

As exportações foram amplamente estimuladas, com o efetivo funcionamento dos mecanismos de fomento à produção e exportação de produtos manufaturados, amparadas, também, pelo regime de câmbio flexível.

Diante do agravamento do quadro financeiro internacional, com os preços das importações elevando-se, em média, cerca de 46%, a balança comercial do país apresentou um deficit aproximado de us\$ 4,6 bilhões.

A taxa de crescimento das importações, no ano, foi de aproximadamente 103%, refletindo a elevação generalizada de preços no mercado internacional, conseqüência não só do ocorrido com o petróleo, como também do grave processo inflacionário enfrentado pelos países industrializados. Este crescimento desmesurado pode ser explicado pela própria dinâmica do processo interno de desenvolvimento econômico e pelo razoável volume de compras antecipadas, para fins de estocagem.

As exportações apresentaram taxa de crescimento da ordem de 28%, em relação às de 1973, a despeito dos problemas enfrentados na comercialização do café, algodão e carne, entre outros produtos. Ocorreram taxas de expansão altamente favoráveis nas vendas dos demais produtos tradicionais e nas dos produtos industrializados, especialmente os manufaturados. Em decorrência, o Balanço de Pagamentos, em 1974, apresentou um deficit estimado em us\$ 1.049 milhões.

O ingresso líquido de capitais, em forma de investimentos diretos, empréstimos em moeda e financiamentos, apresentou volume bastante superior ao do ano anterior: cerca de US\$ 5.894 milhões, contra US\$ 3.512 milhões, em 1973.

V — Reformas Estruturais

No tocante à implantação da Reforma Administrativa, foram tomadas providências na área de atuação da Secretaria-Geral do Ministério da Fazenda, as quais refletem a preocupação de conciliar o princípio da eficiência administrativa com o da redução dos gastos.

São medidas assinaláveis, com esse propósito:

a) Extinção da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior, passando suas atribuições para o Banco do

Brasil S.A. e outros órgãos da Administração Pública Federal;

- b) Reestruturação da Comissão de Coordenação da Política de Compras no Exterior, que passou a dispor de meios adequados para melhor aproveitar as oportunidades comerciais existentes, coordenar e articular, com as entidades interessadas, as possibilidades de utilização da capacidade de compra nacional;
- c) Reestruturação da Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas — COFIE, possibilitando ao Ministério da Fazenda graduar o valor da isenção em função dos parâmetros econômico-financeiros obtidos na análise do projeto, bem como compatibilizar a dimensão do capital com a capacidade da empresa e do setor de atividade.

VI — Outras Atividades

Na área da Secretaria da Receita Federal, houve acentuada melhoria da eficiência do aparelho arrecadador, cuja racionalização tem permitido um crescimento contínuo da receita, sem maior pressão sobre a carga tributária, já que as alíquotas dos tributos não têm sido majoradas; ao contrário, vêm sendo reduzidas.

Cuidou-se de adotar medidas visando à melhor distribuição na incidência dos impostos diretos, enquanto outras, de caráter social, procuraram diminuir o ônus fiscal às classes de renda mais baixa. O considerável aumento da arrecadação dos impostos diretos foi consequência de reformas levadas a efeito na área tributária, principalmente no imposto sobre a renda, cuja participação na arrecadação total passou de 23,4%, em 1973, para 28,5%, em 1974.

Periodicamente têm sido reajustados as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados e os prazos de recolhimento, em função da essencialidade do bem produzido e da capacidade contributiva do setor.

No campo das importações, o Conselho de Política Aduaneira, responsável pelo estabelecimento de diretrizes básicas da política tarifária, desempenhou, em 1974, importante papel, ao manipular as tarifas alfandegárias de modo a atender às exigências impostas pela política econômica. Com referência às importações e tendo em vista o agravamento do Balanço de Pagamentos, foram realizados estudos e tomadas medidas de caráter mais amplo, tais como: aumento da taxação; cancelamento da redução ou isenção de alíquotas do Imposto de Importação, para vários produtos considerados supérfluos; e isenção tarifária para defensivos agrícolas, objetivando redução dos custos internos de produção.

O Conselho Interministerial de Preços, como órgão incumbido de elaborar e executar medidas destinadas à implantação da sistemática reguladora de preços no mercado interno, dirigiu sua atuação no sentido de participar da reversão da expectativa inflacionária, sobretudo através do incentivo à celebração de acordos setoriais.

Reativou-se o controle de preços, a nível do consumidor. Atualmente, realizam-se estudos setoriais que possibilitem determinar um controle para o comércio. Foram fixados critérios de comercialização para produtos importados, estabelecendo-se margens máximas para diversos produtos.

O Banco Central deu continuidade às providências para o desenvolvimento normal da rede de instituições financeiras e do mercado de capitais, oferecendo uma gama bastante diversificada de alternativas de aplicações à poupança privada.

O mercado financeiro brasileiro continuou apresentando um desempenho significativo, no exercício de 1974, embora em ritmo menos acelerado do que nos anos anteriores.

Seu funcionamento tem merecido diversas providências de natureza institucional, emanadas das autoridades monetárias, visando ao melhoramento das práticas e o saneamento crescente do círculo de operadores do sistema.

Em relação à política de remanejamento e contenção do ritmo de crescimento das instituições financeiras, continuou o estímulo às fusões e incorporações, que objetivam a minimização dos custos operacionais e administrativos e a criação de economias de escala.

Dentro da política de expansão de suas atividades no exterior, especialmente quanto à captação de poupanças canalizáveis para o desenvolvimento do país, vem o Banco do Brasil aumentando o número de suas dependências externas, com a instalação de mais duas filiais no Hemisfério Norte (Amsterdam e Frankfurt). Com os departamentos já autorizados — Los Angeles, Beirute, Caracas e Rotterdam —, passará a contar com 24 dependências no Exterior.

É de ressaltar-se que as atividades industriais mereceram atendimento adequado nas diversas fases da conjuntura nacional. No segundo semestre de 1974, foi instituído, pelo Banco do Brasil, o programa denominado «Financiamento Especial ao Setor Privado — FESP», com recursos provenientes da captação de depósitos a prazo fixo e visando, em uma primeira etapa, a propiciar suporte financeiro para o reforço do capital de giro de empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços.

Os financiamentos à exportação foram incentivados pela CACEX, com estímulos creditícios para a produção e formação de estoques exportáveis e substancial apoio financeiro, através da Carteira de Câmbio.

A legislação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) foi modificada através da Lei Complementar nº 19, de 25 de junho de 1974, passando os seus recursos a serem aplicados pelo BNDE, preferentemente em programas especiais de investimentos, de acordo com as diretrizes dos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

Por outra parte, o Conselho de Desenvolvimento Social, em sua primeira reunião, realizada em 22 de outubro de 1974, criou o FAS — Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, através do qual a Caixa Econômica Federal passará a atuar como um verdadeiro banco de desenvolvimento social.

TRANSPORTES

A política de transportes continuou se desenvolvendo orientada para a modernização, ampliação e fortalecimento do sistema viário nacional, de modo a ajustá-lo às necessidades decorrentes do acelerado processo de desenvolvimento que o país vem experimentando.

I - Ferrovias

O Sistema Ferroviário Federal, constituído de 24.193 km de linhas em tráfego, produziu um trabalho de 17.8 bilhões de TKU, correspondendo a um acréscimo de 26.8% em relação ao ano anterior, tendo a Rede Ferroviária Federal S.A., em 1974, transportado 253 milhões de passageiros e 41,6 milhões de toneladas de mercadorias, traduzindo um crescimento de 18% em comparação com 1973.

Os investimentos do Setor atingiram, no exercício, Cr\$ 2,2 bilhões, tendo sido adquiridos 67 locomotivas e 2.194 vagões, destinados à ampliação da atual frota, tendo em vista os programas dos Corredores de Exportação e de apoio à Siderurgia, além de 6 trens-unidades para transportes suburbanos.

Foram, também, remodelados 370 km de linhas e entregues ao tráfego as seguintes obras: a) linha Japeri-Arará (62 km), possibilitando liberar o serviço suburbano das interferências dos trens que se dirigem ao terminal de carga do Porto do Rio de Janeiro; b) variante Japeri-

Brisamar (37 km), pertencente ao projeto das Minerações Brasileiras Reunidas, visando à exportação de 12 milhões de toneladas de minério de ferro, anualmente; c) km 44-Ponta Grossa (165 km), completando a ligação Itapeva-Ponta Grossa, pertencente ao Tronco Sul, que se constitui numa importante via de escoamento para o Corredor de Paranaguá.

Promoveu-se, ainda, a reconstrução e modernização da ferrovia Dona Teresa Cristina (Ferrovia do Carvão) — seriamente danificada pelas enchentes ocorridas, no início de 1974, em Santa Catarina — com a alocação de recursos no montante de Cr\$ 140 milhões, totalmente liberados em 1974. Os trabalhos encontram-se em fase de conclusão e a ferrovia já está em tráfego, ultimando-se estudos técnicos para sua eletrificação.

Além das obras mencionadas, merecem destaque os estudos de viabilidade técnico-econômica visando à implantação de novas linhas, bem como a introdução de modernas técnicas de manuseio e acondicionamento de cargas (containers e piggy-back).

Foram concluídos projetos finais de engenharia correspondentes a 700 km de linhas e encontram-se em andamento, com sua conclusão prevista para meados de 1975, outros projetos destinados à construção de 3.800 km de linhas novas e variantes, propostas no Programa de Desenvolvimento Ferroviario (1975-1979).

Dentro da estratégia de dinamização do setor de construção ferroviária, foi criada, em agosto de 1974, a Empresa de Engenharia Ferroviária S/A — ENGEFER, subsidiária da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA). A nova empresa vem ocupar o lugar do extinto Departamento Nacional de Estradas de Ferro — DNEF, e tem como objetivo principal a realização de estudos e projetos, bem como a construção e fiscalização de empreendimentos ferroviários.

II - Rodovias

Com relação ao setor rodoviário, o adiantamento de recursos no valor de 250 milhões de dólares fez com que sua expansão não sofresse solução de continuidade, tendo sido realizados, em 1974, estudos de viabilidade de 1.500 km, projetos finais de engenharia de 9.800 km, além da implantação de 50 km de rodovias substitutivas de ramais ferroviários anti-econômicos. Cabe realçar a implantação de 2.433 km de rodovias e a pavimentação de 3.090 km.

Foram entregues ao tráfego cerca de 3.508 km de rodovias pavimentadas, a saber: BR-116, Pelotas-Jagua-rão, com 143 km de extensão; BR-101, Fazenda dos 40-Rio Bonito, com 116 km; BR-158, Santa Maria-Júlio de Castilho, com 63 km; BR-163, Campo Grande-Bandeirantes, com 66,5 km; BR-285, Santo Ângelo-São Borja, com 184 km; BR-050, Cristalina-Divisa GO/MG, com 219 km; BR-365, Montes Claros-Uberlândia, com 618 km e BR-010/266/153, Belém-Brasília, com 2.100 km.

Durante o período também foi concluída a ligação pavimentada entre Belém e São Luís, e o trecho Itaituba-Humaitá, pertencente à Transamazônica, com 1.083 km de extensão em revestimento primário.

Por outro lado, a conclusão da Ponte Rio-Niterói, além de importante como obra rodoviária, merece especial referência como fator integrante do processo de fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

Para a construção e pavimentação de estradas de rodagem aplicaram-se, no ano de 1974, recursos da ordem de Cr\$ 4.5 bilhões.

III — Navegação

No que tange à Marinha Mercante e à Construção Naval, é de salientar que foram contratadas, com financiamento da Sunamam, 105 embarcações, totalizando 2,9 milhões de TPB, tendo sido entregues, no mesmo período, 43 embarcações, totalizando 301 mil TPB e 10.585 BHP, por estaleiros nacionais, cabendo aos estaleiros estrangeiros a entrega de 3 embarcações destinadas à navegação especializada, as quais totalizaram 818.700 TPB.

Ocorreram em 1974 os lançamentos, por estaleiros nacionais, dos primeiros navios de grande porte, destinados à navegação especializada, compreendendo: um mineropetroleiro de 131.000 TPB e um petroleiro de 116.500 TPB.

Outra ocorrência importante para o Setor, no curso de 1974, foi a criação da Empresa Brasileira de Reparos Navais — Renave, que se constituirá num grande centro reparador de navios, com capacidade para reparo de embarcações de até 400.000 TPB.

A política nacional da Marinha Mercante, desenvolvida pelo Ministério dos Transportes, tem assegurado resultados sensivelmente positivos à participação brasileira no mercado de fretes decorrentes do intercâmbio comercial do Brasil com o exterior, a saber: a) o total de fretes produzidos por todas as bandeiras no comércio exterior com o Brasil, em 1973, da ordem de us\$ 1.378 milhões, atingiu em 1974 o total de us\$ 1.900 milhões, com crescimento de 37,9%, (us\$ 522 milhões); b) a participação brasileira no mercado de fretes gerados por todas as bandeiras passou de us\$ 613,1 milhões, representando 44,5%, em 1973, para us\$ 855,0 milhões, correspondentes a 45%, em 1974.

No âmbito da navegação de longo curso, foram aprovados e assinados diversos acordos, tanto na área de conferência de fretes, entre armadores, como na área internacional, em nível de Governo.

O estabelecimento da linha especial LC 14-Porto Alegre/Manaus permitiu que todos os navios com emprego autorizado na cabotagem, independente de tipo

ou tonelagem de porte bruto, passassem a ter condições de operar em linhas regulares.

O programa de renovação da frota destinada à Navegação Interior possibilitou a entrega de 25 embarcações, totalizando 8.660 TPB e 2.345 BHP.

No setor portuário e de vias navegáveis, a tonelagem anual de movimentação de cargas, em 1974, foi de 157.5 milhões, sendo 68.2 para importação e 89.3 para exportação (acréscimo de 16% em relação ao ano anterior).

Os investimentos do setor atingiram cerca de 750 milhões de cruzeiros e as principais realizações durante o exercício foram: a) conclusão da barragem eclusada de Amarópolis e dos serviços complementares da barragem do Anel de D. Marco, ambos no Rio Jacuí (RS), fundamentais para o sistema de escoamento do Corredor do Rio Grande: b) inauguração do Porto Fluvial de Altamira. com 170 m de cais, acesso rodoviário, pátios, armazém, galpão e instalações gerais de água, esgoto e energia elétrica; c) inauguração do Porto Fluvial de Itaituba, com 192 m de cais, acesso rodoviário, pátios e instalações elétricas; d) inauguração do Porto Fluvial de Santarém, com 200 m de cais em pier para grandes embarcações e mais 200 m de cais marginal para navegação interior, bem como montagem de 2 guindastes de pórtico; e) no Porto de Maceió, conclusão de montagem de 5 quindastes de pórtico; f) inauguração da ilha artificial do terminal salineiro de Areia Branca (TERMISA), com início de operação em julho último; g) ampliação da capacidade para embarque a granel, em Rio Grande, para 1.500 t/h e conclusão de 2 armazéns para cereais a granel, constantes do programa de obras do Terminal de Cereais: h) no Porto de Santos, conclusão do pátio para carga pesada, além de 2 armazéns para carga geral, em Macuco Novo; i) no Porto de Paranaguá, conclusão do sistema de movimentação e embarque para cereais a granel, bem como aquisição de quindastes flutuantes com capacidade de 100 t.

A par desses eventos, merece registro a contratação de estudos de viabilidade para implantação do Porto de Luís Correia, no Piauí; dos projetos de engenharia para desenvolvimento do Porto do Recife; das obras do cais de Capuaba, em Vitória, bem como o início do acesso rodoviário ao mesmo; dos serviços de dragagem nos Portos de Itajaí e São Francisco do Sul, bem como recuperação do molhe do Porto em Itajaí; dos projetos de engenharia para alargamento do cais de Outeirinhos. com cerca de 1.100 m de extensão e ampliação das instalações de fertilizantes em Conceiçãozinha, no Porto de Santos.

IV - Outras Atividades

Cumpre dar relevo ao início dos estudos direcionados para a elaboração do Primeiro Plano Integrado Decenal de Transportes do Brasil, instrumento destinado a nortear toda a política de transportes e a ser concluído na vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

A Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOT — desenvolveu, de outra parte, uma série de projetos no exercício de 1974, os quais possibilitaram ao Governo a adoção de importantes medidas no setor de Transportes.

Entre esses projetos, destacam-se os seguintes: Estudo do Sistema Rodoviário Coletor do Pantanal Mato-grossense; Acompanhamento Técnico e Coordenação do Programa Especial Corredores de Exportação; Plano Diretor de Unificação de Bitolas; Plano Diretor de Eletrificação de Linhas Ferroviárias; início dos estudos para elaboração do Plano Operacional de Transportes, com vistas a equacionar o problema de transportes de produtos importantes para a economia brasileira, tais como café, açúcar, produtos siderúrgicos, petroquímicos, fertilizantes etc.; Planos Diretores Integrados Regionais; início de elaboração de estudos na área de Transportes Urbanos (Porto Alegre e Brasília).

Vale ressaltar, ademais, a participação do Ministério dos Transportes no conjunto da política externa brasileira, especialmente em relação aos países vizinhos, notadamente Paraguai e Bolívia, onde alguns projetos rodoferroviários vêm sendo desenvolvidos.

No tocante aos países que formam o Cone Sul do Continente, as atividades de obras públicas e transportes foram implementadas em 1974, cabendo ao Brasil a Presidência da Mesa de Turno das reuniões realizadas.

Os trabalhos levados a efeito pelos Ministros de Estado das áreas interessadas têm como suporte básico a maior integração física dos países do Cone Sul, dada a reconhecida importância dos contatos multilaterais, com vistas a obter adequada coordenação para estudo e solução de problemas comuns.

Além dessa atuação no campo internacional, em estreita colaboração com o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e das providências, já mencionadas, que se destinam a implementar a Política Nacional estabelecida para o Setor, destaque-se a dinamização do Programa Corredores de Exportação, entre outras importantes realizações abrangendo todos os Sistemas de Transportes.

AGRICULTURA

I — Politica Setorial

No último exercício, instituiu o Governo novos instrumentos da política setorial com vistas à elevação da produção e da produtividade da agropecuária.

Assim, a implementação do Conselho Nacional de Abastecimento (CONAB), da Comissão de Pesquisas, Assistência Técnica e Extensão Rural (COMPATER) e da Comissão Nacional de Coordenação da Política de Crédito Rural (COMCRED), bem como a transferência para

o Ministério da Agricultura da Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira — CEPLAC e os estudos, já em fase final, para estender a medida à área de produção de café começam a propiciar o entrelaçamento institucional necessário ao bom desempenho da execução da política agropecuária.

O Ministério da Agricultura vem se empenhando na consolidação e expansão do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola como instrumento capaz de incorporar aos planos setoriais as aspirações regionais relativas à agropecuária. Dentro dessa perspectiva, as Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAS), de acordo com a orientação da política estabelecida pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento, formularão as políticar estaduais, elaborando programas e projetos que materializem, a nível local, as expectativas globais de crescimento do setor.

Foram aperfeicoados os mecanismos de fixação de preços mínimos para diversos produtos, segundo as regiões do país; introduziram-se novos produtos na pauta de preços mínimos, da safra 1975-1976; criou-se mecanismo flexível de reajuste dos precos mínimos em caso de surgirem dificuldades na época de comercialização; e foram criadas, também, zonas especiais de exportação e comercialização interna (racionalização no uso da infra-estrutura de comercialização e exportação existentes). Outras medidas específicas foram tomadas, como a compra de cerca de 190 mil toneladas de milho em Goiás e Minas Gerais, para a solução da crise que atingiu os produtores que se encontravam sem condições de armazenamento: a exportação, através da COBEC, de 46 mil toneladas de farinha de mandioca adquiridas em Santa Catarina, em 1973, medida que possibilitou a abertura do mercado externo para esse produto.

Na área de crédito cooperativo, as principais realizações dizem respeito ao aumento do capital do BNCC, de

Cr\$ 110 milhões para Cr\$ 220 milhões, ao saneamento dos créditos de liquidação, que chegaram a representar 80% do capital integralizado em maio de 1974; à reestruturação e reorganização do BNCC; e à realização de estudos para abertura de novas agências do Banco, sobretudo em áreas onde se esteja desenvolvendo o cooperativismo.

A consolidação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — Embrapa, que tem a responsabilidade, a nível nacional, de coordenar a execução de pesquisas no campo das ciências agrárias, e a mencionada criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — Embrater permitirão a continuidade da ação governamental de apoio direto à produção, integrando-se no processo de criação e transferência de tecnologia, através do crédito rural e do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária — Proagro.

Estão em fase final de organização os Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária, nos Estados onde não existem entidades dessa natureza. De outra parte, foi iniciada a implantação de programa especial de pesquisas para a região do Pantanal Mato-grossense.

O Sistema Brasileiro de Extensão Rural deu continuidade às suas operações normais relacionadas com:

a) aplicação de crédito rural educativo, que atingiu, em 1974, o valor de Cr\$ 2,4 milhões; b) orientação técnica a 438 mil produtores. 458 cooperativas e 483 sindicatos rurais; c) atividades nas áreas de assistência social, formação de líderes, educação rural, saneamento e economia doméstica; e d) coordenação do Programa de Corredores de Exportação.

Merece especial destaque a assistência técnica prestada a mais de 4 mil agricultores estabelecidos ao longo da Transamazônica, dos quais mais de 3 mil se tornaram mutuários do Banco do Brasil. Paralelamente, 2 mil famílias foram orientadas em aspectos relativos à saúde. higiene, nutrição, educação e habitação.

Medidas de defesa sanitária - animal e vegetal tiveram continuidade, destacando-se: a) combate à febre aftosa, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, atingindo cerca de 80% da população bovina daqueles Estados, seguindo-se queda significativa na taxa de mortalidade devida a essa moléstia; b) inspeção de produtos de origem animal, prestando-se assistência técnica à indústria, centros de abastecimento, entrepostos e casas atacadistas; c) disciplinamento da entrada de sementes no País e do uso de herbicidas; d) incremento da produção de sementes, sob fiscalização das Comissões Estaduais de Sementes e Mudas, nas regiões Sul e Sudeste; e) contratação de obras de construção civil para armazenagem, frigorificação e beneficiamento de sementes, no valor de Cr\$ 12,5 milhões; f) deflagração do Plano Nacional de Sementes nas regiões Nordeste e Centro-Oeste; g) apoio ao Programa de Emergência do Nordeste, na área de sementes, através do repasse de Cr\$ 5 milhões para compras, logrando-se recuperar o plantio de guase toda a área atingida pelas enchentes de 1974.

Visando a implementar um conjunto de projetos agropecuários uniformes e adequados às especificidades regionais, o Ministério da Agricultura empenhou-se na disseminação de insumos.

O comportamento do produto da agropecuária em 1974 — crescimento superior a 8%, em relação a 1973, com as lavouras apresentando expansão da ordem de 12% — bem expressa o que se pode esperar do setor primário da economia nacional, nos próximos anos, como contribuição do crescimento do produto interno bruto.

Esse desempenho se deve, em parte, às condições climáticas favoráveis que prevaleceram em 1974, mas, também, à ação governamental de apoio às atividades produtivas, seja através da política creditícia e de preços mínimos e dos incentivos às exportações, seja por inter-

médio dos vários instrumentos de promoção das atividades agropecuárias de que dispõe o Governo.

Verificaram-se, com efeito, em 1974, crescimentos expressivos da produção de soja (da ordem dos 53%), café (45%), trigo (36%), laranja (22%), fumo (20%), milho (16%), suficientes para determinar crescimento das lavouras acima de 12%, a despeito de redução no volume físico da produção de culturas como o amendoim (—22%), algodão (—13%) e mandioca (—12%).

Essa expansão das lavouras contrabalançou o crescimento virtualmente nulo da produção animal, que tem, nos últimos anos, apresentado dificuldades em satisfazer à demanda crescente (exceção da avicultura), a despeito da expansão dos rebanhos.

II — INCRA e Eletrificação Rural

No âmbito das atividades do INCRA, cumpre destacar o desenvolvimento de ações discriminatórias de terras devolutas e fiscalização da posse e uso da terra, já tendo sido discriminados 1.067 mil ha, correspondendo a 0.42% da área total a discriminar, estando em fase de conclusão as discriminações de diversas áreas, que totalizam 8.231 mil ha (3,38% da área total). Faltam ainda 241.600 mil ha a serem discriminados (96,2% da área total). Desenvolveu-se grande esforço no sentido da titulação de terras e iniciaram-se ações de desapropriação de 6,6 milhões de ha, abrangendo 10 Estados da Federação, a um custo estimado de Cr\$ 27.3 milhões.

No exercício de 1974 foram aplicados na execução de projetos de eletrificação rural Cr\$ 85,5 milhões, representando a construção de 2.306 km de redes e uma potência instalada de 22.360 kva, levando tal benefício a 3.671 propriedades agrícolas e 44 cooperativas, em 13 unidades da Federação.

Acham-se em tramitação final projetos, já aprovados pelo Grupo Executivo de Eletrificação Rural — GEER,

no valor aproximado de Cr\$ 365.4 milhões, que permitirão atingir as seguintes metas no exercício de 1975: km — 13.792; consumidores — 24.683; kva a instalar — 125.604; e Cooperativas de Eletrificação Rural — 89.

III - Pesca

A liberação de recursos oriundos de incentivos fiscais, no montante aproximado de Cr\$ 100 milhões, a 64 empresas com projetos já aprovados, significou importante impulso ao desenvolvimento da pesca. De outra forma, desenvolveu-se um programa de pesquisa do potencial pesqueiro em 126 mil milhas quadradas das águas territoriais brasileiras, desde o arquipélago dos Abrolhos, no Sul da Bahia, até a fronteira do Uruguai.

Foram criados 5 Centros de Pesquisa Ictiológica em águas interiores, sendo 2 na bacia Amazônica (Belém e Manaus), 1 na bacia do São Francisco (Três Marias), 1 no Rio Grande do Sul (Pelotas) e 1 no Pantanal de Mato Grosso. Além dessas atividades, foram assinados convênios com os Estados, visando ao cumprimento de normas e padrões relativos à preservação dos recursos pesqueiros, convênios com o sistema ABCAR destinados à execução do Plano de Assistência à Pesca Artesanal e contrato com o BID para o desenvolvimento de estudos sobre terminais pesqueiros, frota pesqueira, comercialização do pescado, cooperativas de pesca, recursos pesqueiros, capacitação de mão-de-obra e aqüicultura, entre outros.

IV — Reflorestamento

Os projetos de reflorestamento, no exercício, atingiram o montante de Cr\$ 930 milhões, correspondendo a uma área de 240 mil ha e ao plantio aproximado de 492 milhões de árvores. O IBDF tem dado continuidade à elaboração de estudos com vistas à regulamentação dos incentivos fiscais, ao Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal, à preservação da natureza, reposição de

essências nativas e proteção à fauna. Está em conclusão o levantamento aéreo de cerca de 150.000 km², onde há distribuição natural da Araucaria angustifolia, objetivando fixar normas para melhor aproveitamento dessa conífera. Em convênio com a CEPLAC, desenvolveram-se estudos no Sul da Bahia, com vistas à integração agricultura-pecuária-reflorestamento.

V — Abastecimento

Teve início em 1974 o Cadastramento Nacional das Unidades Armazenadoras e a formulação de uma Política Nacional de Armazenamento.

Com o advento do Conselho Nacional do Abastecimento — Conab, foi possível articular, de forma ordenada, a ação do governo na área. Esta atuação baseou-se no propósito de manter níveis de preços compatíveis com o poder aquisitivo dos consumidores, a par de incentivar a produção. No que respeita à pecuária, os instrumentos do setor público foram mobilizados com vistas a diminuir os ganhos dos intermediários. O conjunto de medidas de política econômica adotadas pelo Conab, e relativas ao setor pecuário, ensejou a estabilização do abastecimento, através da formação de estoques reguladores de carne e leite, obtidos por financiamento, do Banco do Brasil, para os frigoríficos particulares e por compra direta pela Cobal.

Com vistas à entressafra de 1974, cumpriu a COBAL a gerência do estoque regulador de produtos essenciais, a partir de maio, incluindo o remanescente do período anterior.

Teve continuidade o programa de Centrais de Abastecimento, com a instalação de 3 novas unidades e inicio da construção de 2 outras. A revisão dos projetos, pelo CONAB, resultou na redução de 40% das áreas construídas, sem prejuízo da capacidade final das centrais para abrigar o comércio de perecíveis.

Foram lançadas as bases para a retirada da COBAL dos centros já atendidos satisfatoriamente pela iniciativa privada, concentrando a atuação nas regiões de ocupação recente. A COBAL definiu, em 1974, com implantação assegurada em 1975, a política de Cadeias Voluntárias, através da qual se assegurará às pequenas e médias empresas varejistas o acesso à distribuição, sob controle, de gêneros alimentícios essenciais.

O CONDEPE — Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária — teve como preocupação principal a implementação do programa de aumento da produtividade dos rebanhos bovino e ovino nas principais regiões produtoras, através da concessão de assistência técnica e crédito a longo prazo aos pecuaristas.

VI — Outras Atividades

No campo da Meteorologia e Climatologia, realizouse amplo programa de melhoramento quantitativo e qualitativo dos dados coletados, com a implementação da rede
de Estações Meteorológicas, integrantes da Vigilância
Meteorológica Internacional e respectiva Rede de Transceptores SSB, o estabelecimento da recepção e transmissão
fac-símile para o Brasil/América do Sul/Washington, o
estabelecimento dos Links Brasil/Maracay e Brasil/Buenos Aires para processamento eletrônico e microfilmagem
de dados meteorológicos, a ampliação da rede meteorológica na Região Amazônica e a instalação de Estações
Rastreadoras de Satélites Meteorológicos em Porto Alegre
e São Paulo.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

I - Desenvolvimento Setorial

A política de desenvolvimento industrial norteou-se por dois princípios básicos: o da redução da dependência externa e o da preocupação com a qualidade do desenvolvimento econômico, no sentido de que este se dirija para a melhoria das condições de vida da população.

Na implementação dessa política, exerceram papel decisivo inovações institucionais como a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDE, que permitiu maior integração e amplitude de resultados da ação dos órgãos governamentais, a reorientação da administração dos incentivos por parte do Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI e o fortalecimento da ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE.

Tendo em vista o objetivo de reduzir a dependência externa, as medidas adotadas pelo Governo Federal possibilitaram a fixação de critérios que vieram estimular o fortalecimento da empresa privada nacional, a criação de condições para o surgimento de uma vigorosa indústria de bens de capital revestida das condições de agente dinâmico do processo de auto-sustentação do crescimento industrial, a intensificação das atividades no campo da produção de matérias-primas e a enfatização do papel da indústria como instrumento de absorção de inovações tecnológicas de origem externa ou interna, adaptáveis às condições do país.

A preocupação com a qualidade do desenvolvimento industrial gerou, igualmente, o estabelecimento de diretrizes dotadas de ampla significação econômica e social, como as que definiram os propósitos de desconcentração industrial, nos dois planos distintos em que o problema se apresenta — o urbano e o regional — para impedir que os grandes centros urbanos continuem evoluindo dentro de um processo de deterioração da qualidade de vida de suas populações e para permitir maior eficácia à correção dos desníveis de desenvolvimento regional; e sobretudo a preocupação com o estímulo às indústrias que produzem os bens essenciais ao consumo básico, como alimentos, tecidos, calçados e medicamentos.

Já no decorrer de 1974 se delinearam resultados efetivos do realinhamento de prioridades estabelecidas

para a política de desenvolvimento industrial do País, seja através de atos governamentais, de caráter institucional, seja pela via de medidas de apoio fiscal ou financeiro às empresas industriais, mediante novos critérios seletivos e de gestão adotados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI e outros órgãos especializados na apreciação dos projetos industriais.

O controle de iniciativas de transferência de empresas nacionais para grupos estrangeiros tem observado uma permanente preocupação de sentido positivo para a economia do país, atuando também o CDI, mediante contato com as empresas, no estabelecimento e no acompanhamento de esquemas especiais de apoio financeiro pelo BNDE e de garantia de parcela do mercado interno, que compensem, para os empresários nacionais, sua desvantagem natural na competição com as corporações multinacionais.

No campo de estímulos financeiros e fiscais ao setor industrial, sobressaíram em importância a criação de novos mecanismos de apoio — como as empresas Embramec, Ibrasa e Fibase, subsidiárias do bnde — e a ampliação considerável das disponibilidades de recursos para investimentos em empreendimentos fabris, enquanto que reduções temporárias do IPI, extensão dos prazos de recolhimentos, anulações de isenções anteriormente concedidas e alterações de alíquotas do Imposto de Importação atuaram harmonicamente no sentido de aliviar os encargos empresariais, apoiar a indústria nacional de bens essenciais e retirar estímulos aos bens supérfluos.

A IBRASA tem dado prioridade a investimentos nos setores produtores de bens de consumo popular e às empresas exportadoras de manufaturados. Em 1974, realizou cinco operações de participação acionária, no total de Cr\$ 88,2 milhões, beneficiando principalmente as indústrias têxtil e de mobiliário.

Criou-se a Embramec para apoiar o desenvolvimento da indústria brasileira de bens de capital, num quadro que associa crescimento da produção nacional de equipamentos, domínio tecnológico, exportação de bens de capital e organização da demanda interna desses bens.

A FIBASE, criada para viabilizar empreendimentos destinados a aumentar a produção de alumínio, cobre, zinco, enxofre, cloro, carvão, fertilizantes e outros insumos básicos, teve atuação relevante em 1974, quando assumiu o projeto da Caraíba Metais, participando ainda de expansões na área da metalurgia e da extração de cassiterita.

Merece realce ainda a atuação dos fundos e programas administrados pelo BNDE, tais como: o FMRI - Fundo de Modernização e Reorganização Industrial, destinado a promover programas de reagrupamento e reorganização gerencial e técnica e incentivar fusões e incorporações de empresas nas áreas de major intensidade de economia de escala: o Fungiro — Fundo Especial de Capital de Giro. objetivando o reforço de capital de giro das empresas: o Cebrae - Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa, com a finalidade de apoiar tais empresas, facilitando-lhes o acesso às instituições de crédito e sua reestruturação do ponto de vista científico e tecnológico; o FIPEME - Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa, cuja ação financiadora é voltada para a implantação, modernização ou ampliação da pequena e média empresa.

Relevante é salientar a transferência ao BNDE dos recursos do PIS e do PASEP para aplicação preferencial na produção de insumos e equipamentos básicos, na expansão do mercado interno para equipamentos nacionais, em obras de infra-estrutura, nos sistemas de distribuição e comercialização de mercadorias de consumo básico, bem como no fortalecimento da empresa privada nacional, através dos vários programas administrados pelo BNDE com essa finalidade.

No campo do financiamento da produção e das vendas é assinalável a criação de novos programas pela Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME, empresa subsidiária do BNDE e destinada a financiar a produção e a compra de bens de capital, e a extensão em 1974, às vendas internas de bens de capital, dos incentivos concedidos às exportações.

Especificamente em relação ao desenvolvimento prioritário do setor de bens de capital, foram tomadas, ainda, medidas disciplinadoras e estimuladoras para absorção, no mercado interno, de máquinas e equipamentos de fabricação nacional, destacando-se a recomendação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, às empresas sob controle do Governo Federal, para darem preferência à compra de bens produzidos no país quando da realização de seus programas de investimentos.

O lançamento de programas setoriais de desenvolvimento, a exemplo do Plano Nacional de Construção Naval e do Programa de Desenvolvimento Ferroviário, representa iniciativa que, além de importante no atendimento das necessidades setoriais atuais e futuras, possibilitará maior participação da indústria nacional na satisfação da demanda de equipamentos necessários à execução dos programas.

Esforços foram concentrados no aumento da produção interna dos principais insumos básicos objetivando a auto-suficiência. Além da criação da FIBASE, que visa a apoiar os empreendimentos destinados à produção desses insumos, destaca-se o lançamento, em 1974, de importantes programas setoriais, tais como: o Programa Nacional de Papel e Celulose, o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agricola, além de medidas voltadas especificamente ao fortalecimento dos setores petroquímico e siderúrgico.

O Programa Nacional de Papel e Celulose busca alcançar, a médio prazo, a auto-suficiência brasileira em

celulose e papéis, bem como a produção de excedentes exportáveis de celulose ao nível de pelo menos 2 milhões de toneladas em 1980, o que possibilitará, aos preços atuais, um ingresso de divisas de mais de us\$ 250 milhões naquele ano.

Estabelece o Programa, como metas físicas de produção interna a serem alcançadas em 1980, 3.680 mil toneladas de papéis dos vários tipos, 4.200 mil toneladas de celulose e 650 mil toneladas de pasta mecânica, exigindo investimentos estimados em Cr\$ 20 bilhões. Tal produção permitirá, pela substituição das importações de papéis, uma economia de divisas da ordem de us\$ 500 milhões a partir de 1980.

A esse Programa foi incorporado o Programa Especial de Exportação, que objetiva aumentar o excedente exportável de celulose de forma a alcançar cerca de 20 milhões de toneladas, em quantidades crescentes a partir de 1983.

O Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola propõe metas e recomendações executivas visando à auto-suficiência interna de fertilizantes básicos, responsáveis em 1974 por um dispêndio de divisas, sob a forma de importações, da ordem de us\$ 425 milhões.

No empenho de alcançar a auto-suficiência interna na produção de produtos petroquímicos até 1979-1980, foi constituído, pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, grupo de trabalho interministerial, com atribuições de estudar e propor a expansão da produção petroquímica brasileira.

A SIDERBRÁS deu prosseguimento aos estudos relativos à implantação da Usina de Tubarão, que deverá ter capacidade inicial de produção de 3 milhões de toneladas-ano de semi-acabados de aço. Igualmente, foi dada continuidade aos estudos visando à implantação da Usina de Itaqui, no Maranhão, para aproveitamento das reservas

de minério de ferro da Serra de Carajás, com capacidade inicial de 4 milhões de toneladas/ano.

No final de 1974, o Consider iniciou os trabalhos de coordenação pertinentes à elaboração do Plano Decenal de Siderurgia (1976-1985), que traduzirá as diretrizes governamentais para a expansão do setor. De outra parte, o Consider elaborou o Plano Nacional de Desenvolvimento da Indústria dos Metais Não-Ferrosos, com o fim de assegurar um rápido crescimento nessa área básica até agora dependente, em ampla medida, de suprimentos externos que oneram sobremaneira o balanço de pagamentos do país.

De outra parte, prosseguiu-se na execução do Plano Siderúrgico Nacional, ativando-se a execução da ampliação das usinas da CSN, USIMINAS, e COSIPA, de sorte a permitir que, já em 1975, estejam concluidas as principais obras da 2º etapa dos respectivos projetos de expansão, possibilitando, assim, que em 1976, com uma capacidade conjunta de produção elevada para 7,2 milhões de tonedas/ano, o aumento nos níveis da oferta de produtos planos possa aliviar o ônus das crescentes importações de aço. Simultaneamente com o prosseguimento dessas obras de expansão, iniciaram-se providências relacionadas com a execução da 3º etapa de ampliação das três siderúrgicas estatais, cuja aprovação, pelo Consider, antecipará, de 1980 para 1978, a disponibilidade de capacidade conjunta das referidas empresas no nível de 11,6 milhões de toneladas de aço, na linha de produtos planos.

Com vistas a tais propósitos, iniciou-se a concorrência para a execução da referida 3º etapa, nos principais centros siderúrgicos do exterior, ao mesmo tempo que foram negociados com fontes externas de financiamento os recursos para a realização dos investimentos programados, em montante estimado em 2 bilhões de dólares, dos quais 1,1 bilhão correspondente a aquisição de equipamentos. Espera-se que a indústria nacional de bens de capital, que participou, em escala razoável, na 2º etapa, possa ampliar, ainda mais, sua presença nos novos planos de expansão, não só porque conta com margem de preferência nos preços e com outros incentivos, como também pelo grau de maturidade tecnológica que vem alcançando na fabricação de equipamentos siderúrgicos.

As demais usinas cujo controle pertence, direta ou indiretamente, à União — ACESITA, Piratini, Ferro e Aço de Vitória, USIPA e COSIM — também executam ou concluem, de forma satisfatória, seus projetos de expansão. Considerando o relativo atraso verificado na realização dos programas de ampliação do subsetor de produtos nãoplanos, o Governo adotará, a curto prazo, medidas no sentido de sua dinamização, de sorte a assegurar o suprimento ao crescente mercado interno.

Na área dos não-ferrosos, a atuação governamental se fez sentir, também, através do apoio a projetos prioritários, por intermédio dos incentivos fiscais concedidos pelo CDI, de financiamentos efetuados através dos agentes financeiros oficiais e de medidas destinadas a corrigir a situação de insuficiência de alguns desses metais, principalmente o cobre e o alumínio, cujas importações têm sido crescentes.

No âmbito do Ministério da Indústria e do Comércio, prosseguiu em ritmo satisfatório a execução do programa de expansão da Companhia Nacional de Álcalis — CNA, visando a elevar a capacidade da Fábrica de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro, para o nível de 200 mil t/ano de barrilha a partir de 1976. Aspecto marcante, em relação ao desenvolvimento do setor, foi representado pela constituição da Álcalis do Rio Grande do Norte S/A — Alcanorte, subsidiária da CNA que tem por objetivo implantar, em Macau, uma unidade de produção de carbonato de sódio, com capacidade de 200 mil t/ano, a entrar em operação em 1977.

Com respeito à desconcentração industrial, no seu aspecto regional, cabe destacar, além da utilização da política de incentivos fiscais, que busca atrair os investimentos industriais para regiões menos favorecidas, o lançamento em 1974 de grandes programas de desenvolvimento regional, tais como o POLAMAZÔNIA e POLONORDESTE, além da estratégia de industrialização do Nordeste.

O sistema de incentivos fiscais, objeto de algumas distorções nos últimos anos, teve sua mecânica de aplicação alterada. O principal aspecto da reformulação efetivada foi o estabelecimento de três fundos — Finor, Finam e Fiset — que passaram a intermediar a aplicação dos recursos daqueles incentivos. As diretrizes gerais da política de incentivos, fixando prioridades de acordo com os planos nacionais de desenvolvimento, serão propostas pelo CDE, cabendo às agências de desenvolvimento regional a definição de prioridades e análise e aprovação de projetos para, em seguida, autorizarem os bancos operadores a financiar esses projetos ou subscrever suas ações.

Foram fixados novos critérios de prioridade quanto aos setores industriais beneficiários da ação estimuladora do CDI, ficando favorecido, principalmente, o aumento da produção de matérias-primas básicas que influem no comportamento do balanço de pagamentos do país, bem como o de bens de capital e, ainda, o de produtos necessários ao desenvolvimento dos programas siderúrgico e habitacional e ao consumo da população.

Outra medida estabeleceu critérios quanto a níveis mínimos, em termos de valor, para a apresentação de projetos ao CDI, o que significou importante iniciativa saneadora e desburocratizante, com resultados efetivos quanto à implementação de projetos de investimentos completos e integrados na área industrial, preservando-se, entretanto, através de tratamento diferenciado, os interesses das pequenas e médias empresas.

Por outro lado, com vistas a maior compatibilização da sistemática operacional do CDI com os objetivos da atual política econômica do País, ao final do exercício foram fixadas normas especiais para a concessão de incentivos por intermédio desse órgão especializado, cuja efetivação, a partir de 1975, irá redundar em importantes transformações na dinâmica do processo de industrialização.

O CDI fixou, também, nova política de incentivos para a modernização e o desenvolvimento tecnológico-industrial do setor químico-farmacêutico. Assim, foi vinculada a concessão de incentivos fiscais e financeiros ao atendimento de requisitos de enquadramento prioritário, bem como estabelecidas condições que induzam à integração das indústrias de insumos químico-farmacêuticos.

Com a criação da Central de Medicamentos — CEME e a vigência do Plano Diretor de Medicamentos, passou o Governo a dispor de instrumentos capazes de catalisar e harmonizar a atuação dos diversos órgãos governamentais, objetivando, principalmente, a maximizar o aproveitamento dos recursos preexistentes nas áreas de produção de medicamentos, de prestação de serviços de saúde e de pesquisa tecnológica aplicada.

Impõe-se assinalar, também, a continuidade da ênfase atribuída aos Planos de Nacionalização Progressiva de peças e componentes de complementação de bens de fabricação nacional.

Finalmente, movida pelo designio de acelerar a incorporação de tecnologia pela indústria, a ação do Governo procurou, ao lado do incentivo à transformação no próprio setor industrial, o desenvolvimento da capacidade nacional de criação e absorção de tecnologia e o disciplinamento do fluxo de pagamentos enviados ao exterior em troca da aquisição de conhecimentos técnicos.

Com o objetivo de reduzir o hiato tecnológico que separa a produção nacional da dos países desenvolvidos,

foi ativada a utilização de instrumentos já existentes, como a do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — projetos — propriedada ao mic, e que congrega o Instituto Nacional de Propriedade Industrial — industrial

O MIC, em 1974, implementou uma ação proveitosa no campo tecnológico, concentrada, principalmente, no planejamento e na adequação de sua estrutura e dos instrumentos necessários à sua função central de fortalecer o setor industrial através de avanços tecnológicos, bem como na realização efetiva de importantes trabalhos de natureza científica e tecnológica em estreita coordenação com outras entidades governamentais e privadas. Considerando que a tecnologia constitui-se em fator critico na produção industrial moderna, as diretrizes básicas de ação do MIC dirigiram-se no sentido da aplicação intensiva e extensiva da ciência e da técnica à produção de bens e serviços, seja através da implantação de uma infraestrutura de pesquisas e da criação de tecnologia nacional visando a reduzir a dependência externa, seja pela transferência, em condições adequadas, de tecnologia adquirida no exterior. Para a consecução desses objetivos, o MIC, além de estimular a tecnologia industrial, também atua nas atividades de controlar e disciplinar as áreas de qualidade e propriedade industrial e de metrologia legal.

II – Café

A adoção de uma série de providências por parte do Instituto Brasileiro do Café — IBC, marcando sua política de vendas através de entendimentos diretos com torradores de mercados tradicionais e de negociações bilaterais de governo a governo, permitiu que as exportações do

café brasileiro, que apresentavam quantitativos decrescentes desde abril de 1974, passassem a ser ativadas em volume ponderável a partir do mês de setembro, de modo a assegurar, segundo dados ainda provisórios, que o volume de vendas, em 1974, alcançasse o total de 13,5 milhões de sacas, gerando uma receita de pouco mais de us\$ 1 bilhão, não menor que as verificadas nos exercícios anteriores — exceto o de 1973 — mas correspondendo a preço médio unitário superior, qual seja de us\$ 74.00 por saca.

A fim de assegurar condições favoráveis, no futuro, para a comercialização do café, os entendimentos entre os países produtores tiveram prosseguimento com o disciplinamento das vendas, aprovando as nações produtoras, outrossim, proposição brasileira, transmitida à Organização Internacional do Café, de apoio a um novo Acordo Internacional entre produtores e consumidores, desde que os niveis de preços sejam remuneradores e corrigidos periodicamente.

III - Açúcar

Graças ao excelente desempenho do setor açucareiro nacional nas duas últimas safras e aproveitando as condições favoráveis do mercado mundial, a par do integral atendimento das crescentes necessidades do mercado interno, em franca expansão, o Brasil foi elevado à categoria de primeiro produtor mundial de açúcar de cana e segundo exportador mundial desse produto.

Em 1974, as exportações brasileiras de açúcar (demerara cristal e refinado) atingiram a 2,3 milhões de toneladas, em valor equivalente a us\$ 1,3 bilhão, assumindo a posição de principal componente da pauta de exportações brasileiras, com 17% do montante da receita global de divisas. Em 1973, as vendas de açúcar totalizaram quase 3,0 milhões de toneladas atingindo o valor de us\$ 600 milhões, explicando-se o menor volume expor-

tado em 1974 pelo fato de terem permanecido inoperantes, no exercício anterior, as cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Açúcar de 1968, do que resultou a liberação da cota de exportação do Brasil, com a colocação livre dos estoques até então retidos. Aspecto favorável que também merece destaque diz respeito à elevação dos preços médios unitários obtidos pelo produto brasileiro no mercado mundial, passando de us\$ 200 para us\$ 579 por tonelada, respectivamente nos anos de 1973 e 1974.

No que se refere à infra-estrutura do sistema de exportação de açúcar, além da operação, com bons resultados, do Terminal Açucareiro de Recife, foi contratada e iniciada a construção do Terminal Açucareiro de Maceió, enquanto que, no tocante ao terminal de Santos, o Instituto do Açúcar e do Álcool — IAA vem dando continuidade aos entendimentos mantidos com o DNPVN e o Governo do Estado de São Paulo, através da CEAGESP, a fim de acelerar a realização do projeto.

Por sua parte, mantendo taxas elevadas de crescimento, o mercado interno foi abastecido com plena regularidade, sendo de salientar ter o consumo nacional per capita evoluído de 39,2 para 43,2 kg nos dois últimos anos.

Para alcançar níveis crescentes de produção e exportação de açúcar, o IAA continuou executando um conjunto de medidas abrangidas na atual política de desenvolvimento do setor agro-industrial açucareiro, tendo como objetivo sua expansão e modernização em escalas adequadas, com ganhos significativos de produtividade e de redução de custos.

Através dos recursos do Fundo Especial de Exportação, principal mecanismo para a execução das políticas estabelecidas, o Governo faz retornar ao setor parcela substancial dos resultados da exportação através de programas e projetos prioritários, aprovados pelo IAA. No ano de 1974, visando à reestruturação do parque industrial açucareiro, foi aprovada a aplicação de 2,7 bilhões em

projetos de modernização e racionalização de usinas e em reforço de capital de giro das cooperativas de produtores. Por sua vez, para o programa de apoio à lavoura canavieira, foram autorizados desembolsos de Cr\$ 483 milhões para aquisição de maquinaria agrícola e veículos e reforço de capital de giro das cooperativas de fornecedores. Do montante de Cr\$ 3,2 bilhões aplicados no exercício, Cr\$ 1.400 milhões foram destinados a empreendimentos situados no Norte/Nordeste, e Cr\$ 1.800 milhões, no Centro/Sul.

Em apoio ao desenvolvimento do setor, destacou-se o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar — Planansucar, componente do Proct e destinado à implantação e execução de projetos de pesquisa integrada nos campos de Genética, Fitossanidade e Agronomia, com vistas à obtenção de novas variedades de cana ecologicamente especializadas. No ano de 1974 foram produzidos cerca de 2,0 milhões de plântulas e concluídas as instalações das Estações Regionais de Campos e Anhembi. Recebendo aplicações de Cr\$ 16 milhões em 1974, o Planansucar estará totalmente implantado por volta de 1978.

IV - Seguros

Prosseguindo em seus esforços para o fortalecimento do setor, através de política de estímulos a fusões e incorporações de empresas, com ganhos de economia de escala, a Superintendência de Seguros Privados — Susep aprovou a execução de nove operações do gênero, reduzindo de 110 para 101 o número de seguradoras existentes. Introduziu-se importante alteração na fórmula de cálculo para os limites operacionais das seguradoras, dado que o sistema anterior, que cumpriu suas finalidades como instrumento de aglutinação de empresas, já começava a afetar a capacidade do mercado, obrigando a maior soma de resseguros e retrocessões.

Tendo em vista a expansão crescente do setor, dotouse o mercado segurador de modalidades ainda inexploradas no Brasil, mas necessárias ao estágio atual de desenvolvimento sócio-econômico, aprovando-se normas tarifárias de novas modalidades de seguros, como o de responsabilidade civil geral, civil de imóveis em construção ou demolição (risco de construtor), civil familiar, aeronáutico (perda de certificado de habilitação de vôo) Foram adotadas providências, também, para e outros. a regulamentação dos Montepios e similares, bem assim para o redisciplinamento do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil dos Proprietários de Veículos Automotores de Vias Terrestres - RCOVAT, sob a nova denominação de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a Pessoas Transportadas ou Não, com a simplificação da sistemática de liquidação dos sinistros, pois agora as sociedades seguradoras efetuam o pagamento das indenizações antes da apuração judiciária das responsabilidades.

Com o elenco de providências adotadas, a oferta de seguros ganhou nova dimensão, capacitando-se o setor ao atendimento progressivo de larga faixa de procura antes suprida pelo mercado externo, com a conseqüente redução do fluxo de divisas para o exterior. De sua parte, com a adoção da política de reciprocidade progressiva no intercâmbio com o exterior, o Instituto de Resseguros do Brasil — IRB obteve saldo superavitário de cerca de us\$ 6 milhões no mercado internacional de resseguros.

V - Turismo

Em 1974, foram aprovados 30 projetos de construção de novos hotéis — sendo 15 para recebimento de financiamentos — englobando investimentos totais de Cr\$ 395,6 milhões, inclusive Cr\$ 177,1 milhões de incentivos fiscais, com previsão de 2.780 novas unidades habitacionais, 2.855

novos empregos diretos e 8.565 indiretos. De outra parte, foram aprovados sete projetos de ampliação de hotéis existentes, com acréscimo de 256 unidades habitacionais, bem assim 27 projetos de melhoria operacional de hotéis em funcionamento e, ainda, sete pedidos de suplementação de incentivos, no valor de Cr\$ 21,7 milhões. beneficiando empreendimentos anteriormente aprovados. Assinale-se, por outro lado, a conclusão de importantes projetos de hotelaria, inclusive vinculados a redes internacionais, prevendo-se que a implementação de outras iniciativas em curso deverá propiciar, em 1975, a inauguração de 67 novos hotéis no país, totalizando o acréscimo de cerca de 9.330 unidades habitacionais e gerando número substancial de novos empregos diretos e indiretos.

No desenvolvimento do programa de empreendimentos turísticos, foram acelerados os trabalhos relativos ao Projeto Turis, de aproveitamento da faixa litorânea Rio-Santos. De igual importância são os Projetos Turcen e Tursa, para as regiões do Delta do Parnaíba, Fernando Noronha e Porto Seguro, cujas fases de levantamentos, estudos de viabilidade e planejamento foram concluídas, o mesmo ocorrendo quanto aos trabalhos relativos às Regiões Centro-Oeste e Amazônica. Por sua vez, o Projeto Rotur levantou as potencialidades turísticas e as necessidades de infra-estrutura de quase 300 Municípios.

Para atender às crescentes necessidades de mão-deobra especializada do setor, convênio firmado entre a Embratur, o Departamento Nacional de Mão-de-Obra — DNMO e o SENAC prevê a formação de grande número de empregados até 1975, sendo ainda de assinalar a implementação, no exercício, de outros convênios.

O turismo interno continuou se expandindo em ritmo acentuado, pela crescente massificação dos fluxos implementada, de forma direta e indireta, pelo processo geral de desenvolvimento do país. Tendo em conta a situação

do balanço de pagamentos, o Banco Central do Brasil baixou resolução proibindo o financiamento de viagens para o exterior. Outro aspecto relevante foi a expedição de nova regulamentação para o serviço das agências de viagens e transportadoras turísticas.

O fortalecimento da posição do Brasil para o turismo receptivo traduziu-se, em 1974, no recebimento de mais de 540 mil turistas, segundo dados preliminares disponíveis. É de salientar, particularmente, a realização, no Rio de Janeiro, da convenção da Sociedade Americana dos Escritores de Turismo — satw, em 1974, e do Congresso Mundial da Asta, que se reunirá em 1975, com repercussões sobre o futuro desenvolvimento do setor de turismo nacional.

MINAS E ENERGIA

Em vista do impacto que os aumentos do preço do petróleo provocaram nas nações desenvolvidas e em desenvolvimento, a partir do final do ano de 1973, a política nacional para os setores energético e mineral passou por algumas modificações visando, principalmente, amortecer os possíveis reflexos danosos, provenientes do setor externo, na economia nacional.

I — Energia

Durante o ano de 1974 procurou-se estabelecer diretrizes que contribuissem para a redução de dependência do país em relação às fontes externas de energia.

Objetivando viabilizar a utilização de fontes opcionais de energia, foram canalizados esforços no sentido de incrementar as atividades no campo da energia nuclear, de maximizar o aproveitamento do carvão mineral e de industrializar a produção de óleo a partir do xisto betuminoso.

Buscou-se, também, otimizar a utilização dos recursos energéticos de origem hidráulica, visando a maior economia de derivados de petróleo, através da redução da participação de termeletricidade na produção de energia elétrica. Obteve-se, como resultado imediato, uma economia de combustível, destinado à geração de energia, da ordem de 60%.

Na mineração foi dada ênfase, em nível de alta prioridade, à pesquisa dos minerais básicos, principalmente os não-ferrosos (cobre, níquel, alumínio, chumbo, zinco e estanho), objetivando-se reduzir a tendência ascendente das importações. Durante o ano foram aplicados Cr\$ 271 milhões na pesquisa de minerais atômicos.

Especificamente na área de energia nuclear foi disciplinado o exercício do monopólio da pesquisa, lavra, produção e comercialização dos minerais nucleares.

A Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN) foi reestruturada, passando a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras (Nuclebrás). Com esta medida, passou o setor da energia nuclear a dispor de uma empresa capaz de levar adiante os objetivos de criação, a curto prazo, de uma indústria do ciclo do combustível e da fabricação de componentes para instalações nucleares.

A usina-piloto de beneficiamento de urânio, localizada em Poços de Caldas, foi concluída e entrou em funcionamento no final do ano de 1974. Essa usina determinará as técnicas e os processos a serem adotados pela primeira unidade brasileira de beneficiamento de urânio que, em 1977, deverá produzir 200 t/ano de concentrado do minério.

Tiveram início estudos para a construção da segunda unidade geradora de energia termonuclear em Angra dos Reis, com potência de 1.200 Mw e com início de operação previsto para 1982. Tiveram, também, início as obras de montagem da primeira central núcleo-elétrica, em Angra

dos Reis, com funcionamento previsto para 1977 e potência líquida instalada de 626 Mw.

Paralelamente, foi elaborado programa de aumento da participação da indústria nacional na fabricação de equipamentos para usinas nucleares.

O setor de energia elétrica, em vista da situação energética mundial, reforçou o programa nacional de geração de energia, pelo aproveitamento de um potencial hidráulico estimado, preliminarmente, em mais de 150 milhões de kw. dos quais 80 milhões (53%) já caracterizados como economicamente aproveitáveis.

A produção total de energia elétrica atingiu 71,5 bilhões de kwh, com acréscimo de 11,9% em relação ao ano de 1973. Elevou-se a capacidade geradora instalada de 15.506 Mw, em 1973, para 17.378 Mw, superando-se a meta prevista pelo 1 PND. O consumo nacional que, em 1973, era de 55,3 bilhões de kwh passou para 62 milhões de kwh. Os investimentos no setor, em 1974, atingiram Cr\$ 14 bilhões, superando as previsões mais otimistas. Foram também construídos 8.902 km de linhas de transmissão, representando acréscimo de 29% com relação ao total de linhas instaladas durante o ano de 1973.

Elaborou-se programa de obras que prevê a construção das usinas hidrelétricas de Areia e Salto Santiago, no Rio Iguaçu, as quais deverão entrar em funcionamento em 1981; da usina de São Félix, no Rio Tocantíns, bem como de uma unidade adicional à termelétrica de Candiota, as quais deverão iniciar suas operações em 1982, ano em que também deverão estar em funcionamento as duas primeiras unidades de Itaipu. Foram, ainda, concluídos os estudos para a instalação da hidrelétrica do Tucuruí, localizada cerca de 400 km de Belém-Pará, que deverá ter sua construção iniciada em meados de 1975, com uma potência instalada prevista, em uma primeira etapa, da ordem de 3.000 Mw.

Como realizações do setor de energia elétrica, merecem destaque:

- I criação da Empresa Itaipu Binacional, com capital no valor de us\$ 100 milhões, em partes igualmente divididas entre Brasil e Paraguai. Sua capacidade geradora será de 12.600.000 kw, requerendo inversões de us\$ 4 bilhões, sendo que o custo por kw instalado estimado em us\$ 317,00 é dos mais baixos para um aproveitamento dessa magnitude;
- II início da montagem de sete das oito unidades geradoras da Usina Hidrelétrica de Marimbondo (Furnas), com potência unitária de 175 Mw:
- III realização da concorrência internacional e do início dos trabalhos de construção da Usina Hidrelétrica de Itumbiara, no rio Paranaíba, que terá a capacidade de 2.100 Mw;
- IV entrada em operação das unidades 12 e 13 de Paulo Afonso, adicionando 432 Mw ao sistema CHESF, que passou a dispor de 1.838 Mw;
- V elevação, de 1.885 para 2.050, do número de centros populacionais no Nordeste supridos por energia da CHESF;
- VI início da construção da Usina de Paulo Afonso IV, que possuirá, inicialmente, cinco
 (5) geradores de 375 Mw cada;
- VII início dos estudos do sistema de transmissão em extra-alta-tensão (7.500 kv) para o transporte de energia, a ser gerada em ITAIPU, até os grandes centros distribuidores das regiões Sul e Sudeste. O custo do sistema de transmissão, de responsabilidade da Ele-

TROBRÁS e de FURNAS, é avaliado em um bilhão de dólares.

Em 1974, a produção brasileira de petróleo atingiu 10.3 milhões de m³, com aumento relativo de 4% com relação ao ano de 1973. A capacidade de refino passou de 41.3 para 46,1 milhões de m³, com acréscimo relativo de 11,6%.

O Brasil importou, no exercício, 40.952 mil m³ de petróleo bruto, petróleo recondicionado e naftas, no valor global CIF de us\$ 3.220 milhões, ao preço médio de us\$ 12,50 por barril, preço este três vezes superior à média verificada em 1973, quando eram cobrados us\$ 3,86 por barril. O suprimento de derivados ao mercado nacional foi complementado com a importação de 2.448 m³, no valor de us\$ 266,50 milhões. A produção de gás natural foi superior, em cerca de 28%, à verificada no ano de 1973, alcançando-se 1.509 milhões de m³, tendo o suprimento atingido a casa de 657 mil m³ diários.

As refinarias da Petrobrás processaram 46.142 mil m³ (9,5% a mais, em relação a 1973), destacando-se a ampliação da Refinaria de Paulínia — Replan, com capacidade de processar 20.000 m³ diários de petróleo; essa refinaria acresceu em 13% a capacidade de refino da Empresa que, em 1974, foi de 161.300 m³/dia (38% a mais que em 1973).

No tocante à descoberta de novas jazidas de hidrocarbonetos, os resultados obtidos nos trabalhos de exploração na plataforma continental brasileira determinaram justificadas expectativas de vir o país a tornar-se importante produtor de petróleo. As descobertas efetuadas nas costas de Alagoas-Sergipe (campo de Mero e Robalo), do Rio Grande do Norte (campo de Ubarana) e, principalmente, os excelentes resultados iniciais alcançados em testes de produção realizados no campo de Garoupa, no Estado do Rio de Janeiro, que abriram perspectivas altamente positivas para a bacia de Campos, são fatores que merecem ser destacados, tal sua importância para o setor petrolífero. As reservas desse último campo estão estimadas, inicialmente, na ordem de 500/600 milhões de barris, o que equivale aos depósitos anteriormente conhecidos no país.

A Petrobrás Internacional — Braspetro desenvolveu amplo programa de pesquisas de petróleo na Argélia, Egito, Iraque, Irã, República Malgaxe (Madagáscar), Libia e Colômbia e criou subsidiárias na Argélia e na França.

No setor de transporte de petróleo, entraram em operações um navio de minério-petróleo de 265.000 TPB e dois navios ULCC's, com 276.000 TPB cada um, aumentando-se a capacidade da FRONAPE para 2.093 mil TPB, com acréscimo de 60% em relação ao ano de 1973.

A Petrobrás intensificará seus esforços no sentido de colocar o campo de Garoupa em produção comercial no final de 1976. Serão, ainda, acelerados os trabalhos de prospecção e de produção, inclusive no exterior, com aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 26 bilhões, no quinquênio 1975-1979.

Quanto ao aproveitamento de xisto, durante o ano de 1974 prosseguiu o teste de operacionalidade da Usina Protótipo de São Mateus (PR). Foram iniciados os trabalhos de construção de uma unidade industrial de produção de óleo a partir do xisto, em escala comercial, para a qual o II PND estipula a aplicação de Cr\$ 2,8 bilhões.

Complementando-se o programa de energia, tentarse-á, em 1975, expandir a produção do carvão mineral e incrementar sua maior utilização na siderurgia.

II - Mineração

No setor da mineração, merece ser assinalado que o minério de ferro — principal componente da produção mineral do país — teve sua produção aumentada de 53,0

milhões de toneladas em 1973, para aproximadamente 62,0 milhões de toneladas em 1974. Dessa produção foram exportados 52.0 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 23,8%, com relação ao ano de 1973, implicando ingresso de divisas da ordem de us\$ 520 milhões (incremento de 53%, com relação a 1973). Para 1975, pretende-se ampliar as exportações para 75 milhões de toneladas, pelo que serão obtidas, segundo previsões, divisas de us\$ 1 bilhão.

A Companhia Vale do Rio Doce — CVRD associou-se, para instalação de 2 usinas de pelotização de minério de ferro, com capacidade de produção de três milhões de t/ano, cada uma, com sete empresas do Japão — formando a firma Nibrasco — e com o Instituto Nacional da Indústria da Espanha, formando a Hispanobrás. Deve-se mencionar, também. a aprovação do Projeto «Samarco», que trata da exportação de minério de ferro, permitindo uma entrada de divisas cambiais, para o país, da ordem de us\$ 120 milhões por ano.

Cabe ressaltar a associação da CVRD com a Light Metal Smelter's Association, formada por cinco (5) grandes empresas japonesas, para a constituição da ALBRÁS, que produzirá 640 mil toneladas/ano de alumínio, prevendo-se um investimento de cerca de us\$ 2,5 bilhões. Desse modo, o projeto transformará o Brasil, de importador em exportador de alumínio.

Dentre outras realizações da CVRD, durante o ano de 1974, merecem destaque: a) associação com a ACESITA-ITAVALE, com o objetivo de explorar minas ao nível de 20 a 25 milhões de toneladas/ano; b) realização de acordo preliminar com a Organização Geral Egípcia, segundo a qual a CVRD participará com 5% do capital de uma usina de ferro-esponja, em Alexandria, a qual utilizará pellets produzidos no Brasil; associação com o Egito, que financiará us\$ 80 milhões para construção de uma Usina de Pelotização; c) início de operação, em escala industrial, da Usina de Concentração de Itabirito e alcance de 60%

dos serviços de duplicação da ferrovia Vitória-Minas; d) acordo preliminar com a KORF Industrie Und Gmbh, para produção de 4 milhões de toneladas de pellets.

Na área de pesquisa mineral deve-se registrar a cobertura de 150.000 km² em pesquisas aerogeofísicas, elevando-se para 800.000 km² a área total pesquisada, por essa via, desde 1970; o lançamento das dez primeiras folhas impressas da Carta Geológica do Brasil ao Milionésimo e a publicação, na escala 1:5.000.000, do primeiro mapa metalogenético do Brasil.

Foram também publicados novos volumes do projeto RADAM abrangendo o estudo de 788.060 km², possibilitando melhor caracterização da formação da Serra Carajás e localização de rochas alcalinas, no Amapá.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM aprovou doze operações de financiamento a empresas mineradoras, no valor global de Cr\$ 42,9 milhões, o que representa um acréscimo de 47% sobre o valor concedido em 1973. Contratou, também, doze outros financiamentos, no montante de Cr\$ 39,9 milhões, ou seja, mais do dobro do total contratado no exercício passado.

Dentre os principais resultados alcançados pela CPRM, durante o ano, cabe citar: a) delimitação de duas novas áreas de bom potencial para a produção de carvão, em Santa Catarina; b) descoberta de minério de fosfato em Patos de Minas e de jazidas de caulim, no Paraná; c) conclusão dos trabalhos de pesquisa na jazida de níquel do Morro do Engenho, em Goiás, e da jazida de gipsita da região de Aveiro, no Pará.

Quanto à mineração, no ano de 1975 o Governo dará ênfase aos programas de pesquisa e de aumento da produção daqueles minerais que, pela insuficiência das reservas conhecidas ou por não contar com técnicas de produção satisfatórias, representem fator importante na evasão de dívisas.

No II PND está previsto, para o período 1975-1979, o aumento da produção de alumínio em 5,6 vezes; 7,3 vezes para o cobre e 3,75 vezes para o chumbo. Durante o ano de 1975, serão despendidos grandes esforços no sentido de se alcançarem essas metas.

INTERIOR

As atividades do Ministério do Interior, em 1974, no âmbito do desenvolvimento regional, foram marcadas pelo surgimento de novos e importantes programas.

A criação do Polamazônia — Programa de Pólos Apropecuários e Agrominerais da Amazônia, do Polonordeste — Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, do Programa de Agro-Indústria do Nordeste, do Programa de Desenvolvimento do Pantanal, bem como a criação da Codevase — Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco representaram os pontos mais marcantes da política de desenvolvimento regional, a cargo do Ministério do Interior.

Em estreita articulação com outros órgãos governamentais, deu-se início a um programa de ocupação e recuperação de terras, em áreas urbanas e rurais, destacando-se os projetos de controle de erosão no Nordeste do Paraná e no Sul de Mato Grosso e o Projeto Integrado da Lagoa Mirim.

Programas de habitação e saneamento básico foram intensificados: criou-se o Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação de Terras, tendo em vista as irregularidades climáticas registradas em diversos pontos do país; reformulou-se o Sistema Financeiro de Habitação, com o objetivo básico de favorecer as famílias de menor poder aquisitivo.

O ano de 1974 marcou, ainda, o início das atividades de orientação normativa na área da preservação do meio ambiente, principalmente no que diz respeito ao controle da poluição, em áreas urbanas mais densamente povoadas.

Através da Secretaria do Meio Ambiente — SEMA, foram realizados estudos iniciais para a criação de uma rede de estações ecológicas, para atender aos diferentes ecossistemas do país, as quais servirão como bancos genéticos e prestar-se-ão para estudos ecológicos, por parte das Universidades e outras entidades científicas.

A política de captação e aplicação dos recursos dos incentivos fiscais para financiamento a projetos industriais e agropecuários, posta em prática pelo Governo, ao final do ano de 1974, alterou substancialmente os mecanismos até então adotados. Os projetos serão agora financiados através dos Fundos de Incentivos: Finor, para o Nordeste, e Finam, para a Amazônia, além do Fiset, que visa ao desenvolvimento do turismo, do reflorestamento e da pesca. Com essa providência, buscou-se corrigir as distorções entre a oferta e a procura de recursos do sistema de incentivos e eliminar a prática irregular da intermediação. Uma nova área foi aberta ainda para os pequenos contribuintes do imposto de renda, que poderão adquirir quotas do Finam e do Finor, prontamente negociáveis no mercado secundário.

O Banco do Nordeste do Brasil, na área da Sudene, e o Banco da Amazônia, na área da Sudam, permanecem como os principais agentes financeiros para as duas regiões e depositários dos recursos dos incentivos fiscais. Os dois estabelecimentos de crédito tiveram suas atribuições ampliadas e passaram a participar de Grupos Permanentes de Trabalho, com o objetivo de compatibilizar os programas de ação conjunta e os esquemas de fontes de recursos financeiros, destinados aos projetos a serem financiados pelos dois fundos.

Durante o exercício, o Conselho Deliberativo da Sudene aprovou 109 projetos industriais e 8 projetos agropecuários, com investimentos totais, respectivamente,

de Cr\$ 11.169 milhões e Cr\$ 291 milhões. Desses totais, correrão à conta dos incentivos fiscais Cr\$ 2.521 milhões, para o setor industrial, e Cr\$ 174 milhões para o setor agropecuário. A implantação desses empreendimentos permitirá a criação de mais 27 mil oportunidades de emprego na Região.

Em 1974, as liberações de recursos do sistema 34/18 corresponderam, respectivamente, a Cr\$ 1.056 milhões e a Cr\$ 244 milhões para os setores industrial e agropecuário.

Para a Amazônia, o Conselho Deliberativo da Sudam aprovou, durante o ano, 52 projetos industriais, 27 projetos agropecuários e 9 projetos de serviços básicos, com investimentos totais, respectivamente, de Cr\$ 1.131 milhões, Cr\$ 823 milhões e Cr\$ 124 milhões. Serão beneficiados com incentivos fiscais 42 desses projetos, envolvendo um comprometimento de Cr\$ 808 milhões.

Diversos programas foram dinamizados visando a promover ou facilitar a aquisição de casa própria, destacando-se:

- a) Programa dos Lotes Urbanizados destinado às famílias de baixa renda, fornecendo opção aos que preferirem construir a habitação com seus próprios meios;
- b) Programa de Aquisição de Terrenos através de operações desvinculadas daquelas que se relacionam com o financiamento do projeto de construção;
- c) Financiamento para Urbanização de Conjuntos Habitacionais — destinado a obras de infra-estrutura em conjuntos habitacionais financiados pelo sfH;
- d) Financiamento de Equipamentos Comunitários, públicos e particulares, essenciais aos conjuntos habitacionais, financiados pelo BNH.

No que se refere ao desenvolvimento urbano, estão em andamento:

- a) o Programa de Urbanização, que tem por meta o financiamento para melhoria dos serviços de infraestrutura urbana;
- b) o Programa de Transportes Urbanos, que objetiva complementar recursos para implantação e melhoria dos sistemas de transportes urbanos;
- c) o Programa de Equipamentos Comunitários, que tem por objetivo específico dotar os diversos núcleos urbanos de equipamentos públicos, tais como escolas, e privados, como supermercados;
- d) o Programa de Financiamento para o Planejamento Urbano, que inclui a realização de pesquisas.
- O Plano Nacional de Saneamento Planasa tem por meta o abastecimento de, no mínimo, 80% da população urbana, com água de boa qualidade, e o controle da poluição hídrica em cerca da metade dos domicilios, os quais serão ligados às redes de esgotos. Até dezembro de 1974, foram investidos cerca de Cr\$ 7 bilhões neste programa.
- O Programa Especial de Controle de Enchentes, a cargo do DNOS, envolve a recuperação de terras, controle de enchentes, desobstrução de galerias e desassoreamento de rios. Iniciado em 1974, prevê a execução de 18 projetos, abrangendo áreas urbanas e rurais, nas seguintes localidades: cidades de Santarém (PA), Goiânia (GO), Campo Grande (MT), Curitiba (PR), Porto Alegre e Canoas (RS), e os vales dos rios Mearim (MA), Parnaíba (PA), Capibaribe (PE), Jaguaribe (CE), Açu-Piranhas (RN), Sapucaí (MA), Sarapuí-Meriti (RJ-GB), São João (RJ), Itajaí (SC), Sinos (RS), Paraibuna (MG) e Barragem-Eclusa de São Gonçalo (RS).
- O Projeto Rondon desenvolveu um programa de ação que mobilizou a força de trabalho de cerca de 30 mil universitários e atendeu diretamente a 3.420 municípios, através de Operações Nacionais, Regionais e Especiais. Existem já 21 Campi Avançados.

O objetivo básico da ação da Funai é garantir aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam, o usufruto dos recursos naturais nelas existentes, bem como preservar sua cultura e prestar-lhes assistência médicosanitária e educacional.

Em convênio com o INCRA, a Funai providenciou a demarcação e delimitação de reservas indígenas em aproximadamente um milhão de hectares (parte desse trabalho está por concluir), beneficiando as tribos Xerente, Sangradouro, São Marcos, Areões, Pimentel Barbosa e Aripuanã.

De outra parte, a Funai intesificou seus programas de educação e saúde — este último através de equipes volantes, apoiadas pelo Hospital do Índio, na Ilha do Bananal, e pela Chácara-Ambulatório instalada em Cuiabá.

I - Nordeste

Dentre os projetos aprovados pela Sudene, em 1974, assumem relevo os ligados ao Pólo Petroquímico do Nordeste, os quais compreendem a implantação de dez novas indústrias e a ampliação de duas unidades já existentes. Os investimentos previstos para esses projetos totalizam Cr\$ 4.004,4 milhões, dos quais Cr\$ 594,2 milhões correspondem a recursos do Sistema 34/18.

As fortes precipitações pluviais que se abateram sobre o Nordeste, notadamente nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, levaram a Sudene, com a colaboração de outros órgãos federais, a adotar medidas capazes de atender às necessidades de abrigo, alimentação e assistência médica às populações dos 131 municípios atingidos, além de providências ligadas à recuperação das lavouras, rodovias e açudes.

Foram distribuídos, nesses municípios, cerca de 1.500 toneladas de gêneros diversos, além de 100 tone-

ladas de sementes. Foi aberta uma linha especial de crédito, no valor de Cr\$ 200 milhões, para o atendimento da lavoura e obras de infra-estrutura.

No campo do saneamento básico, foram concluídos os sistemas de abastecimento de água em 33 cidades nor-destinas, prossegue a implantação em outras 146 cidades e está em execução, em 15 cidades, a construção de sistemas de esgotos sanitários.

A SUVALE/CODEVASF concluiu projeto executivo de 2.370 hectares nas várzeas de Itiúba (AL) e Propriá (SE), iniciando a implantação do projeto executivo da área do São Desidério, na Bahia, para a irrigação de 2 mil hectares em projeto-piloto, onde serão instaladas 373 famílias. No Baixo São Francisco, foi iniciada em 1974 a elaboração do projeto executivo das obras de proteção das várzeas, sob a forma de diques.

Na área do Rio Grande, está em fase de conclusão o estudo de viabilidade para implantação de dois projetos de irrigação, com 7 mil hectares cada um. Para a região de Três Marias, desenvolvem-se estudos para a implantação de um Instituto de Piscicultura, além da elaboração de um plano turístico.

Começaram, em 1974, os trabalhos de implantação de um Projeto-Piloto de Irrigação em uma área de 1,8 mil hectares, no município de Pirapora.

A partir de 1975, caberá à Codevase executar e coordenar a ação governamental e empresarial no Vale do São Francisco, ficando a Suvale, até a data de sua extinção, prevista para o mês de março, como órgão de apoio da nova empresa.

Os saldos dos empréstimos globais do BNB evoluíram de Cr\$ 3,5 bilhões, em dezembro de 1973, para Cr\$ 5,7 bilhões, em dezembro de 1974, representando um aumento nominal de 66%. As operações de crédito especializado — através das quais a entidade exerce a função de Banco de Desenvolvimento — cresceram, no exercício de 1974,

em torno de 80%, contra 51%, do Crédito Geral. Em números absolutos, os saldos das operações de Crédito Especializado totalizaram Cr\$ 3,28 bilhões, contra Cr\$ 2,63 bilhões do Crédito Geral.

Na distribuição das operações de crédito especializado, por atividades financiadas, o setor rural foi o mais beneficiado, com Cr\$ 1.780 milhões, seguindo-se o setor industrial, com Cr\$ 828 milhões e os serviços básicos (infra-estrutura), com Cr\$ 675 milhões.

II - Amazônia

A Sudam elaborou, em 1974, Programa de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA), integrado ao II PND, prevendo a aplicação de recursos pelo Governo Federal da ordem de Cr\$ 38.1 bilhões.

A estratégia formulada para o desenvolvimento da Amazônia está voltada para o aproveitamento das vantagens comparativas de certos setores e de produtos capazes de gerar maior renda e emprego para os residentes na área, tais como minérios, madeira, pecuária, pesca empresarial, indústrias eletrotérmicas e eletrolíticas e lavouras selecionadas.

Iniciou a SUDAM, ademais, estudos que deverão ser concluídos em 1975, objetivando a elaboração do Plano Básico para os Vales dos Rios Xingu e Tapajós, abrangendo uma área de cerca de 543 mil km².

O Banco da Amazônia efetivou empréstimos, em 1974, no montante de Cr\$ 2,6 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 43%, em relação ao ano anterior, destacando-se o incremento nas aplicações em crédito rural.

O crédito geral cresceu 26%, perfazendo um montante, em termos de saldo, de Cr\$ 1.386,3 milhões.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus — Suframa deu continuidade ao programa de implan-

tação do Distrito Industrial de Manaus com a entrada em funcionamento, durante o ano, de seis empresas industriais e o início da implantação de vinte e três outras. Foram ainda reservadas áreas para mais trinta e três indústrias.

Encontra-se em fase preliminar de implantação o Distrito Agropecuário com uma área de 560 mil hectares, localizado ao longo da rodovia Manaus-Caracaraí (BR-174).

III — Região Centro-Oeste

As atividades desenvolvidas pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — Sudeco, em 1974, estiveram voltadas para o atendimento de programas e projetos integrados. Sua ação foi concentrada, em relação ao Polamazônia, em cinco áreas: Rondônia, Aripuanã, Juruena, Xingu-Araguaia e Araguaia-Tocantins.

A SUDECO desenvolveu um conjunto de atividades visando à implementação da suinocultura nos Estados de Mato Grosso e Goiás; ao combate à febre aftosa no Estado de Goiás e Território Federal de Rondônia; à produção de sementes de soja (GO); à assistência técnica aos produtores da bacia leiteira de Porto Velho, bem como à usina de beneficiamento e industrialização de leite (RO) e ao matadouro-frigorífico de Porto Velho (RO); à implementação da usina de beneficiamento de sementes (RO) e ao projeto para frigorificação industrial de Vila Rondônia (RO), em estreita articulação com o Ministério da Agricultura.

O Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal Mato-grossense — Prodepan, em execução a partir de 1974, abrangendo uma área de 170 mil km², compreende a execução de projetos de saneamento ambiental (DNOS), de transportes (DNER, DERMAT, GEIPOT, DNPVN), energia (CEMAT), industrialização (SUDECO),

pesquisa agropecuária (EMBRAPA) e assistência técnica. A Sudeco realizou os estudos de pré-viabilidade, destinados ao aproveitamento industrial das matérias-primas regionais (ferro, manganês, fosfatos, calcário, madeira e, especialmente, carne).

IV. - Região Sul

As atividades da Sudesul, em 1974, concentraramse na condução dos projetos Sudoeste I, Noroeste do Paraná, Lagoa Mirim e Litoral Sul de Santa Catarina, bem assim na elaboração dos programas regionais para o período 1975/1979. Os programas elaborados em 1974 envolvem: a) desenvolvimento da agro-indústria, com o objetivo central de dimensionar as oportunidades de expansão do setor industrial a partir da utilização de insumos provenientes do setor agropecuário; b) estudos sobre a ecologia do meio urbano e rural, com base nos recursos naturais existentes, determinando, inclusive, a potencialidade desses recursos; e c) organização de espaços industriais.

V — Territórios Federais

Em 1974, deu-se início a nova etapa no programa de desenvolvimento econômico e social dos Territórios Federais de Roraima, Rondônia e Amapá.

Instalou-se o Conselho Territorial previsto no Decreto-lei nº 411, de 1969, elaborou-se o Plano Diretor de Expansão dos Territórios, celebraram-se convênios com o INCRA, para acelerar os trabalhos de regularização fundiária; concluiu-se estudo sobre a reorganização dos Territórios Federais; ultimou-se outro referente à organização das Polícias Militares; iniciou-se o trabalho de zoneamento das principais atividades econômicas; concluíram-se obras de Saneamento Geral e Básico; aperfeiçoaram-se os instrumentos de comunicação, instalando-se televisão nos três Territórios.

COMUNICAÇÕES

Dois aspectos fundamentais caracterizaram, em 1974, a atuação do Governo no setor de Comunicações: a conquista imediata de importantes benefícios, há muito aguardados, e, simultaneamente, a realização de intenso trabalho de planejamento como parte integrante da elaboração do II Plano Nacional do Desenvolvimento (PND). Adicionalmente, medidas de extraordinária importância estratégica foram programadas, visando a racionalizar a transferência de know how para o país e criar condições efetivas para o surgimento de indústrias de grande porte, genuinamente brasileiras, no setor de telecomunicações.

No que se refere a Comunicações, a ação do Governo assim pode ser resumida:

I — Serviços Postais

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos procurou, como meta fundamental, ajustar os serviços às necessidades da população, através de completa reorganização dos serviços postais. Tal remodelação, em face dos desníveis de utilização pelas regiões, em virtude das diferenças de densidade demográfica e de características sócio-econômicas, exigiu acompanhamento permanente dos processos e dos indicadores da conjugação entre a qualidade de serviços e a racionalização de custos.

A rede de atendimento postal passou, no período, de 6.711 para 7.060 unidades, servindo a 3.844 municípios brasileiros, dos 3.953 existentes, ou seja 95,4% do seu total.

A ECT prosseguiu na instalação de agências e postos ao longo da Transamazônica, oferecendo os meios básicos de comunicação a todos que para lá se deslocaram.

O nível de qualidade na prestação dos serviços postais experimentou sensível progresso, que se refletiu em aumento de 41,2% no volume de objetos postados. Cerca de 928 milhões de objetos transitaram pelos Correios, contra 657 milhões do ano anterior; 60 mil toneladas de correspondência foram transportadas, por via terrestre, e 2 mil toneladas, em aviões.

II — Telecomunicações Públicas

Quanto às Telecomunicações Públicas, há que destacar, dada a sua particular importância para o setor, a promulgação da Lei nº 6.127 que prorrogou, por prazo indeterminado, a arrecadação das tarifas constitutivas do Fundo Nacional de Telecomunicações — FNT, parcela substancial dos recursos que vêm sendo investidos na expansão dos serviços.

Adotou-se, ademais, nova sistemática de participação financeira de pretendentes usuários nas implantações e expansões dos serviços públicos de telefonia. A nova sistemática compreende, fundamentalmente, a adoção de um critério de equidade social naquela participação, através da gradação dos valores proporcionalmente às potencialidades econômicas das localidades respectivas.

De igual importância foi a promulgação do Decreto nº 74.374, de 08/08/74, que outorgou à Telecomunicações Brasileiras S.A. — Telebrás a prerrogativa de concessionária geral dos serviços públicos de telecomunicações, dando assim continuidade à política governamental de integração global daqueles serviços em todo o país.

As atividades do Grupo Telebrás se dirigiram fundamentalmente para a expansão dos serviços públicos de telefonia e de telex, tendo em vista a sua elevada importância como elemento propulsor do desenvolvimento econômico-social da Nação.

Como consequência dessa ação continuada, o número de terminais telefônicos em operação no país atingiu, no final de 1974, a 2.450 mil telefones. Outrossim, encon-

tram-se contratados, com a indústria nacional, 2.050 mil terminais telefônicos para serem instalados durante o período do II PND.

O Sistema de Discagem Direta à Distância — DDD ampliou-se de forma correspondente, atingindo no final do ano a 35 mil troncos de comutação interurbana automática, com o atendimento total de 142 cidades, refletindo um incremento de 42% em relação a 1973.

A nova Rede Nacional de Telex foi posta em operação no final do ano, havendo o total de localidades atendidas atingido a 55, com elevação do número de centrais de 16 para 25. Os terminais em operação chegaram a 6.400, equivalendo a um acréscimo de 63% sobre 1973.

Os sistemas de transmissão interurbana perfazem hoje 56 mil km, ou seja 8.600 circuitos por km, com aumento de 25,6% em relação ao existente em 1973.

Foi dada continuidade à política de integração de empresas, tendo o Grupo Telebrás absorvido as atividades de 194 entidades exploradoras de serviços telefônicos, abrangendo assim os serviços de 224 novas localidades.

Também a Rede Brasileira de Estações Costeiras mereceu especial atenção, com vistas à sua capacitação para atender a todas as necessidades de um serviço seguro e eficaz para as comunicações terra-mar de âmbito nacional e mundial. Esses serviços, analogamente aos do Sistema Básico Terrestre, foram implantados e estão sendo operados pela Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. — Embratel, do Grupo Telebrás.

A Administração encarou com o necessário realismo o problema de formação de pessoal especializado para o setor. Como consequência, o treinamento atingiu cerca de 18.800 empregados, com investimentos de mais de 3 milhões de cruzeiros. A cifra é particularmente expressiva considerando-se o número total de empregados no

setor de telecomunicações públicas, que atinge hoje a 65 mil pessoas.

Com relação às inversões financeiras realizadas pelo Grupo Telebrás, cabe mencionar que se elevaram a valor global superior a Cr\$ 5.900 milhões. Deste total, a parcela correspondente ao Fundo Nacional de Telecomunicações foi de 18%, ou seja, Cr\$ 1.060 milhões.

III - Radiodifusão

Encetou-se a transferência, para o Ministério das Comunicações, das emissoras de radiodifusão operadas por diversos órgãos do Governo Federal: Fundação Rádio Mauá (já concretizada), Rádio Ministério da Educação e Rádio Nacional.

A expansão dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens (televisão), a cargo da iniciativa privada, foi objeto do apoio governamental através da abertura de 72 editais de concorrência pública para exploração dos serviços (100% mais do que em 1973), com especial destaque para as emissoras em freqüência modulada.

O Ministério das Comunicações cuida de acelerar as atividades em execução assim como estabelecerá novos programas com a finalidade de impulsionar as comunicações nacionais em todas as suas modalidades.

Constituirá fato relevante para o ano de 1975 o envio, ao Congresso Nacional, do projeto do novo Código Postal e de Telecomunicações, destinado a conceder o necessário apoio jurídico às modificações estruturais já ocorridas no Setor e às exigências da rápida evolução das comunicações brasileiras.

Com o intuito de consolidar os planejamentos parciais já executados e de formalizar a política geral de desenvolvimento do Setor, a médio e longo prazos, será elaborado o Plano Nacional de Telecomunicações e Serviços Postais. No apoio ao desenvolvimento da Radiodifusão sonora e de televisão, procederá o Ministério ao estabelecimento de um Plano de Distribuição de Canais de Ondas Médias, de âmbito nacional.

É prevista, também, a criação de uma empresa pública encarregada de concentrar, operacionalmente, as emissoras de radiodifusão pertencentes à União e de promover a instalação de novas emissoras, em localidades julgadas estrategicamente importantes para a integração nacional e que não apresentam atrativo à iniciativa privada.

IV — Indústria de Equipamentos e Serviços

Com relação à indústria de equipamentos e serviços de telecomunicações, é política do Governo incentivar as atividades daquelas indústrias instaladas no país, assegurando-lhes mercado crescente e contemplando-as objetivamente nos programas elaborados. A par da promoção de criação de novos empregos, disseminando a Renda Nacional por uma parcela cada vez mais ampla da população, essa política visa a fortalecer a indústria local, diminuindo a dependência externa de bens e equipamentos, mantendo o crescimento quantitativo e qualitativo da Rede Nacional de Comunicações.

A efetiva aplicação das políticas governamentais de desenvolvimento do Setor das Comunicações demandará a ativa contribuição do empresariado nacional, de modo a ampliar-se progressivamente a participação do capital interno dos empreendimentos industriais necessários ao Setor.

V — Expansão dos Serviços

De outra parte, o trabalho a ser desenvolvido pela Telebrás, suas subsidiárias e associadas estará voltado, no que tange à expansão dos serviços, para o cumprimento dos objetivos fixados no II PND.

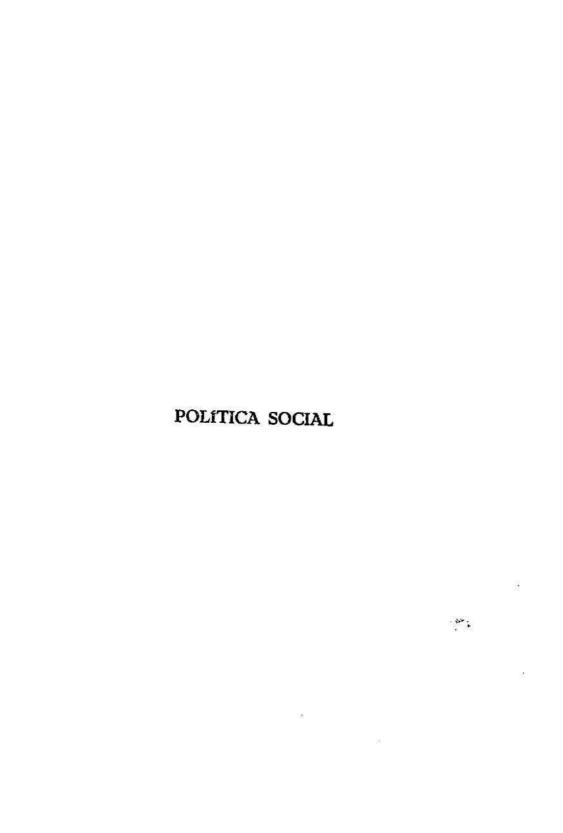
A operação dos serviços deverá merecer especial atenção dos responsáveis pelo setor, através da sistematização da análise do desempenho, tendo em vista o aprimoramento da qualidade do serviço e da eficiência da mão-de-obra. Buscar-se-á, também, maior desenvolvimento gerencial das empresas, visando ao mesmo fim.

Como resultado desse trabalho, prevê-se para 1975 a consecução dos seguintes objetivos:

- a) número de telefones em operação 3.072 mil,
 com 25% de incremento sobre 1974:
- b) número de troncos de comutação interurbana automática instalados — 60 mil, com aumento de 53% sobre 1974;
- c) número de terminais de telex 11.500, com crescimento da ordem de 80% sobre 1974;
- d) número de cidades atingidas pela Rede Nacional de Telex — 100, superior em 80% a 1974;
- e) integração de 201 novas concessionárias ao Grupo Telebrás:
- f) incremento de mais de 300% nos investimentos em formação de mão-de-obra especializada;
- g) aplicação de recursos financeiros no valor de Cr\$ 11.500 milhões, na expansão dos serviços públicos de telecomunicações, com incremento da ordem de 100% sobre 1974;
- h) aumento da arrecadação do Fundo Nacional de Telecomunicações em 50%. programando-se atingir o montante de Cr\$ 1.580 milhões;
- i) expansão dos meios internacionais de telecomunicações, a cargo da EMBRATEL, através do início da instalação de um cabo telefônico submarino entre o Brasil e os Estados Unidos e da instalação de uma segunda antena rastreadora de satélites em Tanguá.

No tocante à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, são os seguintes os objetivos principais a serem perseguidos em 1975:

- a) ampliação e aprimoramento da estrutura da Rede Postal Aérea Noturna, visando a aumentar a sua atual capacidade de transporte e a sua extensão a outras áreas importantes ainda não ligadas;
- b) implantação do sistema de Código de Endereçamento Postal em diversas cidades;
- c) instalação de Caixas de Coleta Postal em todas as capitais estaduais e expansão dos sistemas em operação em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo;
- d) substancial melhoria no serviço de encaminhamento postal, através da construção de centros de triagem de correspondência;
- e) melhoramento no sistema geral de transporte e distribuição de correspondência através da construção de novos entrepostos de malas, centros de distribuição domiciliar, bem como ampliação da rede de agências postais (57 novas agências) e modernização de 81 agências existentes:
- f) absorção pelo Serviço de Correspondência Agrupada de todo o mercado nacional de malotes, com o conseqüente crescimento de sua receita operacional em 180%;
- g) implantação de novo sistema de serviços de vales postais, reembolsos e encomendas;
- h) elevação dos padrões gerais de qualidade dos sérviços, visando, como meta, à entrega, até o dia imediato, da correspondência entre todas as cidades de maior importância.



EDUCAÇÃO E CULTURA

O Ministério da Educação e Cultura vem desenvolvendo esforços, em todos os níveis, visando à melhoria da qualidade do ensino e ao crescimento quantitativo da oferta de vagas, mediante a eliminação da capacidade ociosa, a construção de novas unidades escolares, a adaptação dos currículos à realidade nacional e às peculiaridades regionais e a articulação da educação, da pesquisa e da tecnologia com o desenvolvimento global do país.

O Ministério manteve-se atento à experiência de quantos militam no campo educacional e pode, com objetividade, apontar as causas que estão dificultando o desenvolver de ações mais produtivas de solução. Exemplo a ser citado foi a realização do VII Encontro de Secretários de Educação e Representantes de Conselho de Educação, tendo os trabalhos sido desenvolvidos em torno de três temas centrais: transferência de encargos educacionais aos Municípios; construção e equipamentos escolares; e modelo de organização administrativa das Secretarias Estaduais de Educação.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) promoveu o atendimento às necessidades educacionais de entidades públicas e particulares de ensino, bem como da cultura e do esporte. Durante o ano de 1974, o FNDE cumpriu uma programação composta de 49 projetos e atividades, totalizando recursos no valor de Cr\$ 2.288 milhões.

I — Educação Pré-Escolar

Empenhou-se o MEC, no ano de 1974, em definir uma política de ação para a educação em nível pré-escolar,

dirigida, principalmente, ao aluno mais carente, oriundo de meio social com fraca impregnação cultural. Foram considerados os reflexos positivos resultantes dessas medidas, tais como a melhoria do rendimento escolar, pela diminuição das taxas de repetência e evasão, bastante altas na primeira série do primeiro grau.

Entendida a educação pré-escolar não apenas como uma fase preparatória, mas como um intenso dinamismo biopsicossocial, de grande repercussão no desenvolvimento ulterior, vêm-se processando estudos que conduzam a uma ação flexível, multidisciplinar, promovendo-se a integração de organismos e instituições públicas e particulares. Levantamentos estão sendo feitos nos Estados, colhendo-se as reais possibilidades das Secretarias de Educação para o adequado atendimento e estabelecimento de diretrizes.

II — Ensino do Primeiro Grau

O I Plano Nacional de Desenvolvimento estabelecia fosse alcançada a taxa de escolaridade de 80% da população da faixa etária da obrigatoriedade escolar, pelo que o MEC, neste último ano do período planejado, empenhouse numa ação supletiva aos esforços das Unidades Federadas, a fim de possibilitar a consecução da meta fixada. E o sistema escolar vem respondendo ao crescimento da matrícula, que acompanha o processo brasileiro de urbanização, buscando, paralelamente à expansão quantitativa, a melhoria qualitativa do ensino. Foram investidos pelo MEC Cr\$ 250 milhões, construindo, ampliando, adaptando, reformando, recuperando e equipando 7.169 salas de aula e demais dependências. Para a reformulação de currículos, necessária à efetiva elevação da produtividade do sistema, ofereceu o MEC assistência técnica e financeira às Unidades Federadas, despendendo Cr\$ 3.130 mil. Tendo em vista a formação de pessoal docente para o ensino fundamental e normal, foram promovidos cursos em

diversos níveis de capacitação, ajustados às necessidades regionais, atendendo a um total de 63.135 professores e 12.646 funcionários técnico-administrativos.

O magistério recebeu o devido interesse, por ser um dos pontos relacionados com a melhoria do nível de ensino. Visando a atingir uma das metas prioritárias do Plano Setorial (1972-1974) — a correção das distorções da política salarial dos profissionais do ensino — o MEC desenvolveu intensa atuação junto aos Estados para a elaboração do Estatuto do Magistério.

Na área do ensino de primeiro grau, implementarse-á em 1975 projeto de desenvolvimento de novas metodologías aplicáveis ao processo Ensino-Aprendizagem.

Outra ação de grande alcance, que vem sendo desenvolvida mediante o Programa Nacional de Aperfeiçoamento do Ensino de Primeiro Grau, tem como finalidade a melhoria de qualidade do ensino, a partir da experiência iniciada pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino — Premen. Esse Programa prevê, entre outros: o acompanhamento do ensino desenvolvido nas escolas construídas pelo Premen, bem como a manutenção das mesmas; a realização de estudos e modelos de funcionamento de escolas de primeiro grau, compatíveis com os princípios preconizados na Lei nº 5.692/71; o equipamento, instalação e demais instrumentos necessários à produtividade do ensino e à sua universalização.

III - Ensino do Segundo Grau

No decorrer de 1974, foram realizados 29 cursos de formação profissional em disciplinas especializadas, atingindo-se 1.489 professores e aplicando-se recursos no montante de Cr\$ 8.352 mil na execução do Projeto de Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Médio, cuja execução esteve a cargo do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional — Cenafor.

Outras metas alcançadas no decorrer do exercício referem-se à construção e aquisição de equipamentos para centros de Engenharia de Operação (Paraná e Minas Gerais), construção e ampliação de equipamento de colégios agrícolas (Goiás, São Paulo, Rio Grande do Sul) e formação e aperfeiçoamento de professores.

Para 1975, merecem destaque as seguintes realizações:

- a) participação no Plano de Pesquisas Científicas e Tecnológicas;
- b) estabelecimento de estratégia para profissionalização do segundo grau.

Na área do ensino médio, grande foi a contribuição do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN).

Pelo primeiro acordo financeiro do Programa, foram construídas e equipadas 200 escolas, das quais 176 já foram entregues e 24 estarão prontas até março.

Quanto ao segundo acordo, que se encontra em fase de implementação, já estão sendo iniciadas obras em Santa Catarina, Paraná, Guanabara e Pernambuco.

A Fename, que tem por finalidade a produção e distribuição de material didático, de modo a contribuir para melhoria de sua qualidade, preço e utilização, atendeu a aproximadamente 2 milhões de estudantes, através de uma rede de mais de 200 postos instalados em todo território nacional, distribuindo, a preços de custo, 45 milhões de unidades, incluindo publicações, cadernos escolares e material escolar diverso.

A CNAE distribuiu, no período, 1.428 milhões de refeições em 3.272 municípios, abrangendo 92,3 mil escolas e 11.563 mil estudantes. O desenvolvimento dessas atividades exigiu a preparação de recursos humanos, feita através de 911 cursos para supervisores de Programas, orientadores, merendeiras, alunos colaboradores e público em geral (num total de 18.427 alunos).

IV - Ensino Superior (Graduação e Pós-Graduação)

Oito projetos prioritários impulsionaram a atual política educacional a nível superior:

- a) Projeto de Construção da Primeira Etapa dos Campi Universitários, que aplicou Cr\$ 113 milhões nas Universidades Federais do Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Juiz de Fora, Santa Catarina, Santa Maria e Brasília;
- b) Projeto de Equipamento dos Centros Avançados, que canalizou recursos num total de Cr\$ 71.397 mil, através de equipamentos fornecidos a 31 Universidades Federais — esses recursos foram provenientes de dotações ordinárias e convênios assinados com a República Popular da Hungria e República Democrática Alemã;
- c) Projeto Produtividade no Ensino Superior, que utilizou Cr\$ 4 milhões através de seu Programa de Ensino Integrado, em 7 Universidades Federais;
- d) Programa de Incentivo à Implantação das Carreiras de Curta Duração, com suporte financeiro de Cr\$ 2 milhões, para atender às metas de implantação de novos cursos em 1974 e prestar assistência aos cursos já iniciados em 1973 (estão sendo realizados 16 cursos, tendo sido 6 implantados em 1973 e 10 em 1974, com previsão de 12 para 1975 e o total de alunos de cursos de curta duração atingirá em 1975 o número de 1.650, sendo envolvidos nas atividades docentes cerca de 168 professores);
- e) Projeto de Integração das Universidades nas Comunidades, através do qual foram aplicados recursos num montante de Cr\$ 6 milhões e treinados 6 mil alunos universitários nas áreas rurais;
- f) Projeto de Implantação Progressiva dos Diferentes Regimes de Trabalho no Magistério Superior, que contou com Cr\$ 335.955 mil, colocando 3.539 docentes

em RETIDE, 678 em regime de 40 horas e 6.315 em regime de 24 horas, atendidos, ainda, 3.449 monitores;

- g) Projeto de Integração Escola-Empresa-Governo, que vem promovendo o relacionamento entre as universidades e as empresas, visando a ativar o interesse universitário pela pesquisa técnico-científica, relacionada com os problemas peculiares da atividade industrial (foram realizados 9.960 estágios supervisionados, 40 visitas com 2.824 participantes visando ao intercâmbio técnico, e 6 programas de pesquisas tecnológicas);
- h) Projeto de Implantação de Cursos de Pós-Graduação, cuja execução está a cargo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e despendeu Cr\$ 48,9 milhões, na distribuição de 1.535 bolsas de estudo e prestação de auxílio a 300 cursos de Pós-Graduação.

Ainda no âmbito da Pós-Graduação, foi instalado, no exercício de 1974, o Conselho Nacional de Pós-Graduação, que elaborará o Plano Nacional de Pós-Graduação, com o qual se pretende consolidar as bases institucionais do sistema, aprimorar a qualidade dos cursos em funcionamento, aumentar a eficiência do atual sistema e assegurar o crescimento e planejamento do mesmo.

V - Ensino Supletivo

O Programa Nacional de Alfabetização visa a impulsionar os Programas de Alfabetização Funcional existentes para que se consiga, até 1980, erradicar o analfabetismo e oferecer a adolescentes e adultos, que não conseguiram ou não concluíram a escolaridade na idade própria, oportunidade de adquirir conhecimentos equivalentes às quatro primeiras séries do ensino de primeiro grau.

O Programa compreende o subprojeto 1, do Movimento Brasileiro de Alfabetização — Mobral, e o subprojeto 2, do Departamento de Ensino Supletivo — Dsu.

O Mobral vem perseguindo suas duas grande metas, quais sejam a Alfabetização Funcional e os Cursos de Educação Integrada. A primeira desenvolveu atendimento prioritário à faixa de 15 a 35 anos, pela atuação das Comissões Municipais em convênio com o Mobral, atingindo 3.953 municipios brasileiros. Foram contemplados 4.800 mil alunos, tendo sido atingida a meta de 1.920 mil alfabetizados. Isso representa 15% da população analfabeta de 15 anos e mais, existente em 1974.

Em continuação à Alfabetização Funcional, Cursos de Educação Integrada, que abrangem as quatro primeiras séries do primeiro grau, foram realizados através de convênios com as Secretarias Estaduais e Municipais, atuando o Mobral como órgão coordenador, propiciando assistência e treinamento aos professores envolvidos na realização dos referidos cursos, nos quais, em 1974, foram atendidos 1.103.886 alunos, num total de 1.992 municípios.

Na execução da Alfabetização Funcional e dos cursos de Educação Integrada, o Mobral aplicou Cr\$ 305 milhões. Na sua programação cultural, o Mobral instalou 1.076 postos e fez publicar 7,5 milhões de exemplares de natureza didática e cultural.

O subprojeto 2 — Dsu foi executado através de convênios com o Movimento de Educação de Base, a Associação de Ensino Supletivo do Distrito Federal, o Comando do 4º Distrito Naval e a Missão Anchieta, tendo sido alfabetizados 9.885 alunos. A segunda meta — Escolarização de primeiro grau para alfabetizados sem primário completo — atingiu 133.078 alunos.

O Programa Intensivo de Programação de Mão-deobra (PIPMO) atuou na compatibilização dos programas de formação profissional com as prioridades dos planos federal e estaduais de desenvolvimento, realizando cursos de qualificação para adolescentes e adultos em ocupações de agropecuária, indústria e comércio e serviços, bem como de aperfeiçoamento e especialização da força de trabalho.

Foram atendidos, através de cursos para o setor primário. 80 mil trabalhadores; para o setor secundário, 46.6 mil; e para o setor terciário, 57.7 mil trabalhadores, com recursos que montaram a Cr\$ 36.496 mil.

A superposição evidenciada das atividades do PIPMO e da Secretaria de Mão-de-obra do Ministério do Traba-lho motivou estudos que conduziram, no final do ano, à transferência do referido programa para aquele Ministério.

A execução do Projeto Logos I, com emprego de módulos didáticos, à distância, conduziu ao alcance da meta de qualificação de 2 mil professores não titulados, nas regiões Norte e Nordeste, com recursos de Cr\$ 494,5 mil.

A preparação de pessoal docente, técnico e administrativo, para atuar nos Centros de Estudos Supletivos, inicialmente instalados nas Unidades da Federação, atingiu um total de 500 pessoas, com aplicação de Cr\$ 1.055 mil.

O Projeto Acesso, nos termos do artigo 26 da Lei nº 5.692/71, teve atuação no Estado de Minas Gerais, Distrito Federal e em Pernambuco, atingindo a meta de 338 habilitados e o dispêndio de Cr\$ 1.818 mil.

VI — Educação Especial

Através do Centro Nacional de Educação Especial — CENESP, promove o MEC ação coordenada em todo o território nacional para a expansão e melhoria do atendimento aos deficientes mentais e físicos, da visão e audição, bem como aos superdotados, visando à sua progressiva integração social.

Foram despendidos pelo programa Cr\$ 30.860 mil na conquista de suas metas, estando incluídas nesse mon-

tante as dotações destacadas para o Instituto Benjamim Constant e Instituto Nacional de Surdos.

VII - Programa Nacional de Teleducação

O Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL) vem se dedicando, principalmente a:

- a) coordenar as entidades e programas que utilizam a teledidática:
- b) colaborar através da telerradiodifusão na consecução dos objetivos gerais da universalização do ensino;
- c) melhorar a educação permanente de adultos, inclusive na alfabetização e na educação continuada;
- d) aprimorar a formação e o treinamento de técnicos.

Dentre as realizações do Prontel em 1974 destacam-se programas educativos pelo rádio, através do Projeto Minerva (cursos supletivos de primeiro grau, cursos de educação integrada, capacitação do magistério leigo e série de programas informativo-culturais) e pela TV, por intermédio da Fundação Centro Brasileiro de TVE (curso João da Silva e programas didático-culturais, com 12 séries).

Foram produzidos durante o ano 540 programas educativos, sendo que o curso supletivo atingiu 219.364 alunos.

VIII - Cultura

No âmbito da Cultura, o ano de 1974 foi marcado por uma dinamização das atividades do Departamento de Assuntos Culturais (DAC).

A implementação do Programa de Ação Cultural (PAC) teve como uma de suas finalidades básicas a difusão da cultura em seus diferentes aspectos, aumentando a clientela e incentivando, paralelamente, o mercado

de trabalho para os profissionais da área, através do estímulo à criatividade.

A realização de exposições permanentes, temporárias e itinerantes, em colaboração com museus e colecionadores sediados no território nacional, permitiu a divulgação de obras de importantes artistas plásticos e de acervo dos principais museus históricos e artísticos brasileiros.

As atividades teatrais foram incentivadas pela venda, a preços populares no Rio e São Paulo, de 90 mil ingressos e divulgação, pela televisão, das peças em cartaz.

O Serviço Nacional de Teatro promoveu ainda concursos de peças infantis e para universitários, cursos de preparação de professores de artes cênicas e de complementação para atores profissionais e um encontro dos representantes regionais do teatro amador, do qual resultou a criação da Federação do Teatro Amador.

No âmbito musical, observou-se em 1974 uma intensificação das atividades da Orquestra Sinfônica Nacional que, além de sua programação normal de apresentações, participou da abertura do Congresso Internacional do Conselho de Música da UNESCO e excursionou pela Europa.

O Serviço de Radiodifusão Educativa realizou, ainda, 43 programas da série «Concertos para a Juventude», transmitidos pelo rádio e televisão para todo o Brasil e 45 apresentações da Orquestra de Câmara, Coral, Quinteto de Sopros e Conjunto de Música Antiga da Rádio MEC.

Na área cinematográfica, as atividades do Instituto Nacional do Cinema expressaram-se na realização de 65 documentários, didáticos e culturais, instalação de filmotecas, nas principais capitais e Embaixadas Brasileiras no Exterior, implantação de subnúcleos de distribuição gratuita de filmes e concessão de financiamentos a produtores, laboratórios e exibidores.

No tocante a incentivo ao cinema, cabe ressaltar, também, as atividades da Embrafilme, que realizou 10 filmes históricos e forneceu financiamento à produção de 20 outros baseados em romances de autores nacionais.

Na linha de valorização e proteção do patrimônio histórico, artístico e arqueológico nacional, desenvolveram-se trabalhos de conservação e restauração de 78 monumentos de valor histórico e artístico da arquitetura civil, militar e religiosa.

Além destes planos específicos, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) prosseguiu no inventário cultural do presente e do passado brasileiros, localizando, identificando, classificando e cadastrando o acervo de bens culturais do país.

Além do dac e do IPHAN, vários órgãos do MEC vêm desenvolvendo, especificamente, programas de caráter cultural, notadamente o Mobral, o Instituto Nacional do Livro (INL) e entidades várias envolvidas em atividades culturais através da televisão, rádio e cinema. Ressalta-se o programa de atividades culturais do Mobral, desenvolvido através dos Postos Culturais e das Casas de Cultura, criadas pelo Conselho Federal de Cultura e consideradas prioritárias para execução da Política Nacional de Cultura. De 1968 a 1974, já foram implantadas 15 casas, em municípios-pólos de irradiação cultural, achando-se em fase de construção mais de 10 casas.

Durante o exercício foram co-editados pelo INL — Instituto Nacional do Livro, 90 títulos de obras literárias, com listagem de 670 volumes, além de 41,7 mil volumes de obras não comerciais que foram distribuídos pelas bibliotecas e salas de leitura.

Em temas de educação fundamental, o INL atendeu 1.682 municípios, tendo sido distribuídos a professores e alunos de 1.º a 4.º séries cerca de 7.556 mil livros e, de 5.º a 8.º séries, um total de 256 mil livros. Apesar do crescente aumento do custo do papel e de sua escassez,

o INL superou a previsão para o programa de atendimento do livro didático do ensino fundamental em 1974, com o lançamento do livro em papel tipo imprensa, o que reduziu o preço de capa de 10% a 30%.

IX - Educação Física e Desportos

Através do Projeto «Desenvolvimento da Educação Física, Desportos e Recreação», foram executados subprojetos de Construção e Instalações Desportivas. Aperfeiçoamento em Educação Física e Desportos, além da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo e eventos gerais que se realizaram no decorrer de 1974.

Na área de construção e instalações desportivas, o Governo aplicou recursos num montante de Cr\$ 77.182 mil, sendo Cr\$ 8.020 mil para a Região Norte, Cr\$ 12.480 mil para o Nordeste. Cr\$ 34.333 mil para a Região Sudeste, Cr\$ 9.748 mil para o Sul e Cr\$ 12.600 mil para o Centro-Oeste. Através desse programa foram construídos 24 ginásios, 8 pistas e 26 minipistas de atletismo, 16 piscinas, 36 campos de futebol, 77 quadras polivalentes, 6 quadras cobertas, 10 salões para ginásticas, 32 vestiários, 3 quadras de tênis e 1 prédio de administração.

Entre os principais eventos desportivos destacam-se Colônia de Férias (com 5.500 participantes). Desportos do Ministério do Exército (com 1.200 participantes), Jogos Estudantis Brasileiros (com 5.000 participantes), Jogos Universitários Brasileiros (com 3.000 participantes), Ginasiada/74, na Alemanha (com 29 participantes) e reunião da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (com 2 mil participantes).

SAUDE

Na área de saúde, múltiplas medidas concretas foram adotadas em 1974 pelo Governo. dentre as quais merecem destaque especial a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Conselho de Desenvolvimento Social e a aprovação de recursos orçamentários diretos ao Ministério da Saúde, em 1975, no valor de Cr\$ 1.456.884.100,00, elevando seu orçamento em 70%. Esta tendência à elevação deverá manter-se nos demais anos do II PND, além de recursos substanciais oriundos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS).

Foram efetivadas importantes modificações institucionais na área de saúde, com vistas a corrigir certas distorções organizacionais que dificultavam sobremodo o desempenho das atribuições que lhes são afetas. Neste sentido procurou-se alterar a estrutura do Ministério da Saúde, a fim de retificar subordinações hierárquicas e funções de unidades de segunda linha, estabelecendo mecanismos efetivos de coordenação inter e intra-setorial, e extinguir órgãos cujas funções não mais se justificavam diante de novos objetivos programáticos. Tais medidas foram alcançadas através do Decreto nº 74.891.

De especial relevo na reforma efetiva do quadro institucional foi a criação das Coordenadorias Regionais da Saúde, com o fim precípuo de racionalizar, a nível nacional, o desempenho de ações de planejamento, coordenação e supervisão das atividades desenvolvidas pelas Delegacias Federais de Saúde, direta ou indiretamente, em articulação com outros órgãos federais, principalmente os de atuação regional e os estaduais, municipais e do setor privado.

Releva ainda notar a instituição do Sistema Nacional de Saúde, objetivando dotar o Governo de um mecanismo capaz de organizar as atividades no campo da saúde, dar melhor aproveitamento aos recursos humanos e à capacidade instalada no Setor, mercê de estruturas administrativas e de uma tecnologia médica apta a permitir o oferecimento de prestação de serviços de saúde, integrais e integrados, de adequada qualidade, com vistas à cobertura gradual da demanda a um custo compatível com os recursos disponíveis.

Cumpre também destacar a transferência do Conselho de Prevenção Antitóxicos, do Ministério da Educação e Cultura para o Ministério da Saúde. A esse Conselho, na forma prevista na Portaria Ministerial nº 373/BSB, caberá o importante papel de coordenar a elaboração e execução de planos e programas sobre o uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e seus efeitos nocivos para a saúde.

I — Alimentação e Nutrição

A execução do Primeiro Programa de Alimentação e Nutrição foi ajustada aos objetivos traçados pela nova gestão ministerial, incorporando-se às Secretarias de Saúde os encargos executivos, antes confiados a estruturas organizacionais mantidas pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, em diversos Estados da Federação.

Ademais, foi revisto convênio firmado com a Companhia Brasileira de Alimentação, que visava à aquisição, armazenamento e distribuição de alimentos, qualitativa e quantitativamente selecionados pelo INAN.

Estudos realizados demonstraram a necessidade de partir-se, em 1975, para o detalhamento de uma política nacional de alimentação e nutrição, de caráter multidisciplinar e intersetorial, na busca da redução da prevalência de doenças provocadas por carências nutricionais. Alguns dos projetos, em definição, referem-se ao enriquecimento de alimentos básicos; ao estímulo à produção de alímentos a baixo custo para crianças (sobretudo 1º infância); à assistência alimentar supletiva e educação à gestante, nutrizes, lactantes e pré-escolares.

Foram também preparados, durante o ano de 1974, para execução em 1975, diferentes projetos de pesquisa e formação de pessoal, em alimentação e nutrição, a serem coordenados pelo INAN e realizados por várias instituições do país.

II — Erradicação e Controle de Endemias

Os resultados alcançados no controle da malária somente no exercício de 1974 permitem estimar uma redução de 20.000 doentes de malária, registrando-se considerável progresso nesse Programa.

No combate à doença de Chagas, foram trabalhadas 16.700 localidades em 427 municípios de 15 Estados. No levantamento entomológico, 4.7% dos 500 mil prédios inspecionados apresentaram triatomídeos; dos 76 mil examinados, 3,2 mil mostraram-se infectados com o Trypanosoma cruzi. Foram expurgadas com BHC 79,5 mil habitações.

Realizaram-se atividades contra a esquistossomose em 17 Estados, constituídas por: a) combate aos planorbídeos (caramujos) em 11,7 mil coleções aquáticas positivas; b) exames laboratoriais — 706 mil realizados, sendo 37 mil positivos (5,2%).

Com a erradicação do Aedes aegypti, que havia sido reintroduzido no Brasil, tendo sido eliminado o último criadouro, em fins de 1972, no Pará e Maranhão, foi criado um serviço de vigilância epidemiológica para esse Setor, que realizou, em 1974, inspeção em 419 localidades de 133 municípios, desinsetizou 250 mil depósitos e 14 mil prédios e aplicou 2,3 milhões de vacinas antiamarílicas, em 302 municípios trabalhados, contra a forma silvestre da doença.

Registraram-se casos humanos de peste em áreas dos Estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Minas Gerais (neste último houve apenas um caso). Dos 543 casos suspeitos (apenas diagnóstico clínico), foram confirmados 322. Na atividade de vigilância epidemiológica, foram realizados mais de 62 mil exames de laboratório e 623 inquéritos: Foram trabalhados 158 municípios (3.396 localidades), com desinsetização de 339 prédios.

O Ceará permanece como principal foco de leishmaniose. Foram trabalhados 15 Estados e 282 localidades. Foram realizados 4.137 exames de laboratório para fins de diagnóstico. Registraram-se 321 casos de Calazar (leishmaniose visceral) e 2.357 de leishmaniose tegumentar.

O surgimento de casos de leishmaniose na zona rural de Jacarepaguá foi logo identificado e controlado, impedindo-se a expansão da doença e prevendo-se para breve sua erradicação.

A medida profilática contra o bócio endêmico é o sal iodado para consumo humano, cuja produção em 1974 atingiu a 676 mil toneladas, consumindo-se 13,3 toneladas de iodato de potássio. No último trimestre do ano foi iniciado um inquérito de âmbito nacional para medir a prevalência desta doença, estando previsto seu término para setembro de 1975.

O tracoma está sendo avaliado através de dados coletados juntamente com o inquérito sobre o bócio endêmico. Em 1974 registraram-se 17 mil casos em 19 Unidades da Federação.

Há dois focos de filariose: um no Recife (PE) e outro em Belém (PA). Este ano, em 329 mil exames de laboratório, registraram-se 5,6 mil positivos (1,7%).

Considerando a possibilidade da ocorrência de casos de cólera no Brasil, em conseqüência do aparecimento de surtos epidêmicos dessa doença na Europa, mais particularmente em Portugal, que mantém freqüente emigração para nosso pais, o Ministério da Saúde adotou medidas severas para prevenir a entrada e assegurar o controle da doença.

III — Outros Serviços de Saúde

Principalmente através da Fundação Serviços de Saúde Pública, foram organizados e administrados diferentes serviços de saúde regionais e locais, especialmente

em áreas de valorização econômica do Norte e Nordeste, inclusive na Transamazônica e vale do São Francisco, visando a aumentar a cobertura de assistência médicosanitária às populações carentes.

Ações de assessoria técnica e administrativa foram também desempenhadas junto aos Estados e Municípios, a pedido destes, com vistas ao desenvolvimento de programas locais.

Foram ainda cumpridas missões de vigilância epidemiológica, de educação sanitária e odontossanitárias.

De fundamental importância foram as realizações na área dos estudos, projetos, construções, ampliação e melhoramentos dos serviços públicos de abastecimento de água, sistemas de esgotos, coleta e destino final de resíduos.

IV - Saúde Materno-Infantil

No campo da proteção e recuperação da saúde materno-infantil, procurou-se implementar programa objetivo, visando ao reaparelhamento dos serviços oficiais e particulares incumbidos de ações especializadas, capacitando-se recursos humanos, promovendo-se a distribuição de alimentos especiais, principalmente leite em pó, em acordo com o INAN, e instituindo-se um sistema de avaliação.

V — Câncer

Com o propósito de desenvolver o Plano da Campanha Nacional de Combate ao Câncer, foram estabelecidos, no exercício, convênios com 22 Governos Estaduais, que beneficiarão 92 entidades oficiais e particulares, o que corresponde à aplicação de Cr\$ 47.240 mil. Do mesmo modo, para implantação de medidas operacionais relacionadas com o Plano em questão, foi celebrado convênio com a Fundação Getúlio Vargas, no montante de Cr\$ 1.720 mil.

A fim de permitir a incorporação gradual de atividades de prevenção do câncer nas unidades da Fundação Serviços de Saúde Pública, foi celebrado com essa entidade convênio no valor de Cr\$ 2 milhões.

Com o objetivo de permitir a implantação de 11 bibliotecas regionais especializadas em publicações sobre câncer, com a consequente distribuição de revistas especializadas, foi celebrado Acordo com a Biblioteca Regional de Medicina (BIREME) da Organização Pan-Americana da Saúde.

Instalaram-se em todas as Capitais Estaduais os núcleos centrais, mecanismos administrativos idealizados para desenvolvimento do Plano Nacional de Controle do Câncer, incumbidos de aferir as necessidades locais e orientar a execução técnica dos trabalhos de exame e encaminhamento dos pacientes diagnosticados.

Está em curso uma concorrência pública de vulto para aquisição de equipamentos de alta precisão e especialização, tais como bombas de cobalto e aceleradores lineares, a serem instalados estrategicamente em diferentes pontos do Território Nacional.

Foram confeccionados formulários e fichas padronizadas para processamento eletrônico das informações científicas e administrativas a fim de permitir a avaliação das atividades desempenhadas, da capacidade instalada e dos recursos humanos e materiais existentes e dos necessários.

VI — Vigilância Epidemiológica e Controle Sanitário

Em que pese à deficiência estrutural, de aparelhamento e de recursos humanos dos órgãos incumbidos dessas ações de vigilância, controle e fiscalização, bem como à debilidade e desatualização das leis sanitárias, que, gradativamente, estão sendo revistas, intensa foi a atividade desenvolvida neste campo.

Foram licenciados 7.533 produtos farmacêuticos novos e revalidadas 1.925 licenças de outros. Ascendem a 972 os atos relativos a guias de importação e exportação, certificados, autorizações, endossos e guias de importação, via colis posteaux.

Diversos atos regulamentares foram editados, destacando-se Portarias sobre a produção, comercialização, prescrição e uso de drogas; aprovando instruções a serem observadas no licenciamento e revalidação de licenças de produtos biológicos; e fixando normas sobre a comercialização e utilização de produtos inseticidas e raticidas.

Na área de controle de alimentos, o Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos fez 2.708 registros de novos produtos, 129 análises fiscais e 43 análises prévias.

Retomou-se contato com a Fundação IBGE a fim de acelerar o processamento dos Boletins Epidemiológicos e de reestudar os dados a serem coletados nos mesmos Boletins pela Fundação, visando a melhorar a disponibilidade de informações para programas de saúde.

VII - Combate à Meningite

No mês de março de 1974, em várias Capitais das regiões Sudeste. Sul e Centro-Oeste ocorreram surtos epidêmicos da Meningite Meningocócica, cujo início se identificou no mês de julho de 1971, na área da Grande São Paulo. Esses surtos vinham se desenvolvendo com tendência ascendente, sem que os recursos terapêuticos existentes lhe pudessem dar paradeiro. Foram intensificadas imediatamente as medidas de proteção da população, inclusive ressaltando a necessidade de processamento do diagnóstico precoce com a tipagem do meningococo, para o encaminhamento adequado do tratamento. Com a liberação para uso humano da vacina tipo C, em abril de 1974, e melhor conhecimento dos resultados da aplicação da vacina tipo A na África e outros países, o

Ministério da Saúde passou a adquirir, através da CEME, tais vacinas. Dada, porém, a baixa produção mundial de então e, praticamente, a inexistência de estoques no mercado, a solicitação máxima possível de 12 milhões de doses, a serem entregues ao longo do segundo semestre de 1974, apenas permitiu o desenvolvimento de programas restritos de imunização contra a doença, concentrados nas áreas de maior incidência: Grande São Paulo, Brasília, Londrina, Colorado, Goiânia, Anápolis e Curitiba.

Era previsível, em face do comportamento epidemiológico da doença, um recrudescimento de sua incidência nos meses de inverno de 1975, tanto para o tipo A como para o tipo C. Esse fenômeno, acrescido de melhor conhecimento da capacidade imunogênica das vacinas, levou o Ministério à opção de uma vacinação em massa na região mais atingida pela doença, tendo em vista interromper o surto epidêmico, evitando-se o previsível grande número de casos no inverno seguinte.

Em 1975 deverá estar implantado o Programa de Vacinação de Controle da Meningite Meningocócica, já iniciado, visando a vacinar, em primeira etapa, 80% da população urbana e suburbana das Unidades Federadas das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, até o mês de junho, e, em segunda etapa, as populações das regiões Norte e Nordeste, até o mês de dezembro. Para essa segunda etapa, espera-se ter disponível a vacina já fabricada no Brasil.

VIII - Saneamento

Tiveram curso, durante o ano de 1974, as atividades de saneamento básico em áreas endêmicas, melhorias sanitárias nas habitações rurais, controle da qualidade da água de abastecimento público e utilização de novas técnicas simplificadas para aplicação e controle de compostos de fluor na água de consumo. Em 1975, serão executados programas de construção, operação e administração de

serviços públicos de abastecimento de água e de destino final de resíduos, em áreas de valorização econômica; controle da qualidade da água distribuída à população; participação em programas de controle da poluição ambiental; melhorias sanitárias das habitações rurais.

TRABALHO

A Lei nº 6.036, de 1º de maio de 1974, desdobrou o Ministério do Trabalho e Previdência Social em Ministério do Trabalho e Ministério da Previdência e Assistência Social. Tal medida visou a permitir que cada um dos novos Ministérios possa atingir seus objetivos específicos de modo mais adequado e harmônico.

A Politica Social do Governo, que vem sendo desenvolvida através do Ministério do Trabalho, está contida em projetos e atividades relacionadas com: a) organização profissional e sindical; b) fiscalização; c) mercado de trabalho; d) Política de emprego e salário; e) política de imigração; e f) colaboração com o Ministério Público junto à Justiça do Trabalho.

Para tanto, e como decorrência natural do desdobramento do MTPS, foi estabelecida nova estrutura básica para o atual Ministério do Trabalho, com a criação de três Secretarias: Secretaria de Relações do Trabalho: Secretaria de Emprego e Salário; e Secretaria de Mãode-Obra.

Na área do Trabalho, a política social do Governo visa a garantir, de um lado, a incorporação efetiva da força de trabalho ao processo produtivo e, de outro, a assegurar a elevação dos padrões de vida do trabalhador, através da concretização de melhor distribuição de renda.

Essa estratégia, que é subjacente à filosofia do desenvolvimento integral do homem em suas relações com o trabalho, garante oportunidades de emprego, treinamento e acesso profissional ao trabalhador e, paralelamente, amplia seus horizontes culturais e profissionais, bem como

propicia ampla tutela, através de medidas mais eficazes de prevenção de acidentes e efetiva inspeção do cumprimento das normas de proteção do trabalho.

O II PND prevê crescimento anual do emprego, no periodo 1975-1979, a taxas acima de 3,5% ao ano, portanto superiores às da oferta de mão-de-obra, estimadas em 2,9% ao ano. Esse crescimento significa oportunidades médias anuais de 1.320 mil novos empregos, ou seja, um total de cerca de 6.600 mil novos empregos no qüinqüênio.

O desenvolvimento dos recursos humanos, de outra parte, em consonância com uma política adequada de emprego, constitui-se numa das molas mestras do desenvolvimento global do país.

Verificada a necessidade de reagrupar os programas e projetos, pela espécie e objetivos a atingir, e considerada a grande necessidade de treinamento profissional no período, uma das primeiras providências foi a nova vinculação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — PIPMO, que, deixando a órbita do Ministério da Educação e Cultura, passou a vincular-se à Secretaria de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho, a partir de janeiro de 1975.

Essa integração do PIPMO tornou possível ao Ministério do Trabalho a coordenação de todas as atividades nacionais de preparação e formação de mão-de-obra, evitando distorções e a dispersão de recursos e esforços numa mesma área, com o mesmo objetivo. Delineia-se, assim, a criação de um verdadeiro Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra, responsável pela infra-estrutura capaz de possibilitar o planejamento mais racional de programas de treinamento condizentes com as necessidades de mão-de-obra qualificada, geradas pelo acelerado crescimento econômico.

Além do PIPMO, dedicam-se à execução de programas de preparação de mão-de-obra, o SENAI e o SENAC,

estreitamente ligados ao sistema sindical brasileiro e, por isso mesmo, vinculados ao Ministério do Trabalho.

No primeiro semestre de 1974, empreenderam-se estudos para o aperfeiçoamento do cálculo das taxas de reajustamentos salariais, em benefício dos trabalhadores, do que resultou, com a aprovação do Poder Legislativo, nova fórmula capaz de, sem se constituir em acelerador inflacionário, resguardar e ampliar o poder aquisitivo dos salários.

A referida fórmula está inserta na Lei nº 6.147 e consagra os seguintes princípios básicos:

- a) Os reajustamentos continuarão a processar-se a intervalos de doze meses;
- b) Permanece assegurada a participação do trabalhador na produtividade da economia nacional.

O cálculo do novo salário considera o poder aquisitivo médio dos últimos doze meses, e não mais dos últimos vinte e quatro meses; mantém o fator de previsão da inflação para os doze meses seguintes (resíduo inflacionário) bem como o fator de correção do resíduo inflacionário anterior e acrescenta o fator correspondente à participação na produtividade nacional. Já se podem apontar os efeitos práticos e os benefícios concretos da nova fórmula. Os reajustamentos são capazes de compensar a variação do custo de vida, mesmo quando esta é superior ao esperado. As taxas de reajustamento situam-se em níveis significativamente superiores às de variação dos preços e asseguram ao trabalhador aumento real de seu salário.

As taxas foram de 43% em janeiro e 44% em fevereiro. Esses níveis de reajustamento, elevados se comparados aos anteriores, atingiram tal montante em virtude da diferença havida entre a inflação prevista e a que realmente existiu. A nova sistemática de cálculo resultou de nítida definição do Governo no sentido de evitar

os efeitos corrosivos de uma repentina e imprevista aceleração do processo inflacionário e constitui objetivo do II PND.

A Lei nº 6.147/74 conjugou à nova fórmula um abono salarial de 10% (dez por cento) de emergência e corretivo dos reajustamentos verificados no primeiro semestre do ano passado, período crítico do surto inflacionário, abono esse que veio com caráter de antecipação.

O abono de emergência atingiu também os trabalhadores que ganhavam o salário mínimo, tendo em conta que os seus últimos valores tinham sido decretados no auge do período atípico de recrudescimento inflacionário.

Os percentuais de reajustamento permanecerão supeperiores aos de variação dos preços, mas deverão declinar progressivamente em virtude do comportamento futuro da inflação. Os aumentos de salários deles decorrentes serão normalmente assimilados, estando o Governo atento às variações conjunturais para prevenir, com antecipação, qualquer efeito digressivo da política social e econômica marcada no II PND.

- O Ministério do Trabalho vem, assim, por intermédio de projetos específicos e dentro de suas atividades rotineiras, perseguindo os seguintes objetivos:
- I Na Area da Política Salarial, fornecer subsídios ao exame de possíveis distorções na metodologia dos reajustamentos de salários, mediante projetos específicos de análise do custo de vida, de estudos do orçamento familiar e de pesquisas sobre os efeitos do treinamento, da assistência técnica e demais ações governamentais no padrão de vida do trabalhador, bem como as suas repercussões na produtividade das pequenas e médias empresas:
- II Na Área da Colocação de Mão-de-Obra, implementação do Sistema Nacional de Emprego que, além de exercer as funções tradicionais de colocação e orienta-

ção de fluxos de mão-de-obra, constitui um instrumento básico para o conhecimento das particularidades que regem o funcionamento do mercado de trabalho (para tanto, está sendo desenvolvida a Classificação Brasileira de Ocupações e reestruturada a atual rede de Agências de Colocação, cujas funções serão consideravelmente mais amplas e complexas);

- III Na Área da Formação de Mão-de-Obra, intensificação dos programas de treinamento para trabalhadores e conscritos carentes de qualificação profissional e para aperfeicoamento continuo da mão-de-obra qualificada, realização de programas especiais de treinamento para trabalhadores desempregados, através de orientação profissional, reciclagem profissional daquela parcela de mão-de-obra cujos requisitos de qualificação não se adaptam às exigências do mercado de trabalho (sobretudo os que se situam em faixas de difícil absorção pelo mercado), reabilitação e adaptação para o trabalho de pessoas acidentadas e deficientes, treinamento para o trabalho artesanal, estimulando a produção utilitária da arte popular e da pequena indústria e qualificação profissional para o trabalho doméstico (ao todo, serão beneficiados 450 mil trabalhadores em 1975):
- IV Na Área da Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, preparação de profissionais especializados para a inspeção e orientação do cumprimento das normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, promovendo também a divulgação de ensinamentos práticos de prevenção, com o propósito de educar o trabalhador, motivar a empresa e reduzir os elevados índices de acidentes, com a ação tripartite de empresas, empregados e governo;
- V Na Área da Inspeção do Trabalho, ampliar a atuação da Inspeção do Trabalho, através de criação de novos Postos de Fiscalização e Identificação Profissional, bem como renovando e expandindo o quadro de inspetores do Trabalho; e

VI — Na Área de Valorização da Ação Sindical, fortalecimento das entidades sindicais, no sentido de dotálas de condições para exercerem funções de interesse de seus associados, participação nesse esforço pela formação de recursos de aperfeiçoamento para o exercicio de cargos de diretores sindicais, cursos de formação de administradores sindicais e cursos de preparação de vocalato junto à Justiça do Trabalho, promoção de campanhas de alfabetização de adultos (em colaboração com o MOBRAL), expansão do Programa Especial de Bolsas de Estudos (PEBE) (que concede aos trabalhadores sindicalizados, seus filhos e outros dependentes oportunidades de acesso ao ensino profissionalizante) e incentivo a práticas desportivas.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, transferiram-se à esfera de sua competência as seguintes entidades: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL); Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE); Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários (SASSE); Legião Brasileira de Assistência (LBA); Fundação de Assistência aos Garimpeiros (FAG); Fundação Abrigo Cristo Redentor (FACR); Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM); e Central de Medicamentos (CEME).

A fim de assessorar o Presidente da República na formulação da política social e na coordenação das atividades dos Ministérios interessados, segundo a orientação geral definida no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), foi instituído o Conselho de Desenvolvimento Social, ao qual cabe apreciar, entre outros, os planos setoriais dos Ministérios da Previdência e Assistência Social, fixando as diretrizes para sua execução.

Na área do novo Ministério, e a ele vinculada, foi autorizada a constituição da Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV), com a finalidade de dar apoio aos órgãos e entidades da previdência social na análise de sistemas, na programação e execução de serviços de tratamento da informação e no processamento de dados através de computação eletrônica, bem como na prestação de outros serviços correlatos.

Em vista da atual realidade do país, decorrente do acelerado processo de desenvolvimento econômico nos últimos dez anos, pareceu oportuno ao MPAS cogitar da universalização da previdência social, isto é, de sua extensão paulatina às camadas da população ainda carentes de proteção.

Como ponto de partida, foi proporcionado amparo aos maiores de 70 anos ou inválidos, no campo ou na cidade, carentes de meios de subsistência, e que tenham mantido alguma forma de vinculação com a previdência social no passado, os quais farão jus a uma renda mensal vitalícia no valor de metade do maior salário-mínimo vigente no país e aos serviços médicos prestados pela previdência social urbana ou rural — vantagens que serão custeadas sem qualquer aumento das atuais taxas de contribuição a cargo dos segurados e das empresas.

Outro aspecto da universalização da previdência social reside na reformulação do esquema de prestação de serviços médicos, que envolverá a utilização e coordenação de todos os recursos destinados ao setor nos níveis federal, estadual e municipal, com definição de competência de cada um deles e amplo aproveitamento da iniciativa privada.

No que se refere à assistência médica ora prestada pelas diversas entidades vinculadas ao MPAS, serão os seus recursos financeiros e humanos reunidos num fundo único, gerido por uma instituição específica. Ainda em termos de universalização da proteção social, vem o MPAS realizando estudos com vistas a dar organicidade aos serviços de assistência social, até hoje prestada fragmentariamente e com grande dispersão de esforços. O objetivo, no caso, é a integração e cordenação de todos os recursos oficiais hoje alocados ao setor, levando-se em conta, inclusive, a ação dos órgãos que prestam assistência social a nível estadual e municipal, de modo a evitar duplicações ou superposições e maximizar os resultados a alcançar.

Enquanto se aguarda a completa reformulação do setor de assistência médica, afigurou-se necessário melhorar, desde logo, o atendimento dos beneficiários da previdência social, em matéria de assistência médica, para o que foi aprovado e se acha em vias de implantação um Plano de Pronta Ação, destinado a incrementar a realização de convênios com os Estados, Municípios, Sindicatos, com a própria União e com as empresas, voltados para a prestação de assistência médico-social; ampliar a credenciação de médicos para atendimento em seus consultórios; disciplinar as atividades das organizações privadas prestadoras de servicos médicos à clientela da previdência social; dispensar matrícula prévia para o primeiro atendimento na assistência médica; admitir a livre escolha hospitalar e a preferência por instalações especiais; ampliar os casos de reembolso de despesas médicas; e intensificar a descentralização de serviços.

Paralelamente a essas providências, vem o MPAS, nos poucos meses que transcorreram desde sua criação, adotando uma série de outras iniciativas tendentes a racionalizar o funcionamento do nosso sistema de previdência social.

Uma dessas iniciativas, que já se fazia tardar, foi a de incluir o salário-maternidade entre as prestações da previdência social, vantagem trabalhista que antes onerava o empregador, obrigando-o a arcar com o pagamento do salário à gestante, durante o seu período de inatividade

(4 semanas antes e 8 depois do parto). A transferência desse ônus para a previdência social acabará com a discriminação contra o ingresso da mulher na força de trabalho.

Outras iniciativas dignas de nota, algumas das quais ainda em andamento, foram a instituição de domicílio bancário para o recolhimento de contribuições por parte das empresas, que passarão a obter das agências bancárias os certificados de regularidade de situação e de quitação perante a previdência social; a extensão do seguro de acidentes do trabalho aos trabalhadores rurais: a celebração de convênios entre a previdência social e os hospitais de ensino; a reformulação do plano de aplicação de recursos da Central de Medicamentos (CEME); a prestação de assistência médica aos servidores públicos interiorizados; a extensão da previdência social aos servidores municipais; a constituição de comissão especial, destinada a estudar os problemas previdenciários relacionados com a construção da barragem de Itaipu; o estabelecimento do limite legal de 20 salários-mínimos para a contribuição da empresa sobre remuneração paga a trabalhadores autônomos; e a contagem de tempo de serviço trabalhista e estatutário, para fins de aposentadoria.

No tocante à administração da previdência social, tem sido intensa a atuação do MPAS, através não só do Plano de Pronta Ação como de várias providências em matéria de racionalização do trabalho junto às entidades vinculadas, cumprindo mencionar, em particular, a criação da DATAPREV, já referida.

O relacionamento entre a previdência social e o sistema financeiro não poderia ser mais estreito, já que a arrecadação de contribuições e o pagamento de benefícios se fazem por intermédio da rede bancária. Esse procedimento descentralizou radicalmente o atendimento do empregador contribuinte e do beneficiário, que se transferiu dos guichês do INPS para cerca de 8.000 agências espalhadas por todo o país, sem congestionamento e sem filas. Com o propósito de introduzir ainda maiores

aperfeiçoamentos nesse sistema, o pagamento de beneficios passará agora a ser feito em contas correntes, em relação a cerca de 300 mil beneficiários que já são bancários.

Até que seja possível dar ao Ministério estrutura definitiva e adequada às atribuições que lhe cabe desempenhar, duas tarefas importantes serão por ele desenvolvidas no exercício de 1975, quais sejam: a) melhoria da funcionalidade das instituições vinculadas, com as estruturações administrativas e legais que atualmente possuem; b) implementação jurídica do novo Ministério, nas duas áreas compreendidas em sua competência genérica: a da previdência social e a da assistência social.

A implementação jurídica com vistas às atividades a serem exercidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social exigirá uma série de medidas indispensáveis, tais como: a) estabelecimento de uma política de previdência social e, já agora, também de assistência social, ajustada ao estágio atual de desenvolvimento do país, visto como a vigente, em relação à previdência social, data de 1960, e a atinente à assistência social não se acha sistematizada, nem sequer coordenada; b) ajustamento daquela política aos atos legais, elaborando-se a estruturação jurídica cabível; c) estruturação e organização ou reorganização das entidades executoras dos programas estabelecidos.

Essas medidas se desenvolverão durante o exercício, para que sejam postas em execução em janeiro de 1976.

I - Política de Previdência Social

A previdência social será obrigatória e federal, abrangendo todos aqueles que exerçam atividades remuneradas e amparando a população inteira, excluídos do seu regime apenas os membros das forças militares.

O Sistema Nacional de Previdência Social, constituído das entidades que desempenham as atividades a ele inerentes, será gerido por órgão central, ao qual caberá, entre outras atribuições: a) formular proposições em matéria de previdência social ou sobre elas opinar, convertendo-as em normas de política social, através de sua aprovação pelo Conselho de Desenvolvimento Social; b) orientar a aplicação dos recursos das instituições de previdência social, em consonância com a política fixada pelo Conselho Monetário Nacional: c) zelar pela liquidez e solvência das instituições previdenciárias: d) fixar, na conformidade das atribuições legais que lhe forem conferidas, as contribuições a serem transferidas às entidades previdenciárias, ajustá-las, modificá-las ou substituí-las de maneira a assegurar o custeio das prestações a serem pagas aos beneficiários; e) estabelecer os planos de benefícios, de acordo com os princípios legais; f) disciplinar os procedimentos indispensáveis aos serviços das entidades previdenciárias; g) examinar e apreciar os orçamentosprogramas, das entidades executoras, antes de sua aprovação pela autoridade competente; h) acompanhar, fiscalizar e controlar a execução dos orçamentos-programas aprovados e propor a intervenção nas entidades que deixarem de observar suas recomendações ou que não cumprirem as prescrições legais.

O Sistema Nacional de Previdência Social reger-se-á por normas gerais que, em princípio, terão em vista: a) manutenção das atuais prestações concedidas pelo INPS e sua extensão a todas as classes, quando em regime contributivo; b) uniformização do regime de contribuição relativamente a todas as classes que exerçam atividade remunerada; c) instituição de plano básico de prestações a quantos não tenham como prover à sua subsistência e à de seus dependentes, ou não possuam meios de contribuir para a previdência social porque vivem em regime de economia familiar ou em zonas rurais; d) contribuição empresarial, para a previdência social em regime misto, incidindo sobre a folha de salário ou sobre qualquer

outro fato gerador especificado em lei, conforme for mais conveniente, em face do volume de mão-de-obra utilizado pela empresa.

II — Política de Assistência Médica

Em relação à assistência médica, três objetivos principais nortearão as reformas que serão estruturadas no exercício de 1975, observadas a Política Nacional de Saúde e as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Social:

- a) criação de instituição nacional responsável pela saúde individual da população, a que se dará autonomia sob a forma de Fundo ou de Fundação;
- b) mobilização e unificação de todos os recursos a serem utilizados no Fundo Nacional de Previdência e Assistência Social, de forma que sejam utilizados sem paralelismo de serviços, de maneira eficaz e exclusivamente em função dos objetivos nacionais da Política Nacional de Saúde; e
- c) regionalização da prestação de assistência médica, de modo a coordenar a observância das regras gerais ou nacionais com as normas regionais e os padrões locais de atendimento, criando-se regiões de prestação de serviços, as quais deverão corresponder a áreas homogêneas, de acordo com os critérios do IBGE.

Ao Sistema Nacional de Medicina Social competirá gerir, acompanhar e fiscalizar os aludidos planos, bem como estabelecer as condições e as normas em que serão executados, fixar as verbas a serem utilizadas, controlar a sua aplicação e estabelecer os preços dos serviços hospitalares e os honorários dos profisionais que atendam ao Sistema, tabelando-os com observância das situações peculiares cabíveis.

Será criado o Cadastro Nacional de Saúde Individual, no qual serão arquivados os assentamentos pessoais

de todos os cidadãos através do respectivo número do PIS ou de série própria fornecida pelo PIS.

A prestação da assistência médica, observadas as normas do Sistema Nacional de Medicina Social, será feita pelos serviços previdenciários ou por organizações ligadas ao sistema, admitindo-se a livre escolha do facultativo, desde que o usuário participe do custeio da prestação, seja pessoalmente, por meio de entidades credenciadas, ou através de seu empregador ou segurador.

Os serviços de pronto atendimento serão, sempre que possível, executados por entidades especializadas, públicas ou privadas, que cubram determinadas áreas ou zonas da população.

Os riscos catastróficos serão sempre cobertos pela instituição federal que tiver o encargo de órgão central do Sistema Nacional de Medicina Social, sendo os demais atendidos de acordo com as respectivas disponibilidades.

As entidades públicas de assistência hospitalar, dentro de sua atividade própria, que é a prestação de serviços médicos, deverão contribuir para o progresso da medicina, através da realização de pesquisas, de treinamento e reciclagem de profissionais, e funcionarão para suplementar a ação da iniciativa privada.

Serão incentivadas todas as iniciativas que objetivem a prática da medicina preventiva e operacional, especialmente por meio de empresas que firmem convênios nesse sentido.

III - Política de Assistência Social

A assistência social será planificada e objeto de programação, no exercício de 1975, com observância das seguintes diretrizes:

 a) instituição do Sistema Nacional de Assistência
 Social, com o objetivo principal de estabelecer normas e planos da aplicação dos recursos destinados à assistência social, de uniformizar os procedimentos a serem adotados e os regimes orçamentários e programáticos das entidades executoras;

- b) definição da assistência social como englobando, prioritariamente, a assistência pré-natal e natal, o reforço alimentar na faixa de 0 a 6 anos de idade, proteção aos menores desassistidos, assistência aos excepcionais, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura, e amparo à velhice;
- c) unificação e federalização das entidades executoras, vinculadas ao MPAS, conforme as atividades e finalidades de cada uma, atribuindo-lhes os encargos de órgãos centrais do Sistema Nacional de Assistência Social;
- d) atribuição, mediante convênios com entidades públicas e privadas, de encargos de execução de planos de assistência social;
- e) unificação e centralização dos recursos destinados à assistência social no Fundo Nacional de Previdência e Assistência Social, de maneira a permitir melhor utilização e aproveitamento desses recursos, de acordo com as prioridades que vierem a ser estabelecidas pelo Conselho de Desenvolvimento Social;
- f) realização de campanhas para solução de problemas sociais de natureza temporária, cíclica, intermitente ou que possam ser debelados ou erradicados;
- g) criação de incentivos para a realização de programas de melhoria das condições de vida dos trabalhadores e de suas famílias, no caso de renda inferior a três salários-mínimos regionais;
- h) celebração de convênios com escolas públicas e particulares, empresas, municipalidades, associações e instituições assistenciais e filantrópicas para o fornecimento de refeições, merendas, medicamentos e outros artigos de premente necessidade dos inscritos em programas de assistência social;

- i) participação no custeio de programas de assistência social de quaisquer entidades privadas previamente aprovadas e que se enquadrem no Sistema Nacional de Assistência Social:
- j) descentralização de atribuições, desconcentração de poderes e execução de tarefas em âmbito local; e
- estabelecimento de planos e programas regionais e locais, em parte sujeitos a normas gerais, regionais e locais.

IV — Politica de Previdência Privada

A situação das entidades de previdência privada ora existentes está sendo objeto de estudos por Comissão Interministerial, que deverá sugerir ao Governo esquema destinado a disciplinar o seu funcionamento e estabelecer a respectiva vinculação ministerial, conforme sejam Fundos de Pensão fechados ou abertos.

Por conseguinte, prevê-se que a previdência privada venha também a ser organizada em âmbito nacional, através de um Sistema Nacional de Previdência Privada, que teria como órgão central um Conselho Nacional de Previdência Privada, cujas ações sejam executadas exclusivamente por entidades privadas, sem a participação de recursos públicos e sem a interferência governamental na sua administração.

A política do Conselho Nacional de Previdência Privada objetivaria:

- a) preservar a liberdade de elaboração e criação de planos de prestação, complementares ou suplementares aos que são mantidos pela previdência social, em caráter facultativo, obedecidos os regimes de capitalização de reservas para o respectivo custeio atuarialmente cabíveis;
- b) orientar e assessorar, sempre que solicitado, a elaboração de planos e prestações; examinar a viabilidade financeira dos que sejam propostos, mediante consultas

preliminares; incentivar a criação de novos planos e de novas entidades; propiciar a fusão e a incorporação de entidades, com o objetivo de obter a melhoria de seus programas de previdência e incrementar a criação de co-seguradoras de riscos excepcionais ou especiais, de maneira a reduzir o custo dos planos elaborados;

- c) aprovar os planos das entidades de previdência privada, no que se refere à parte técnica, para que sejam autorizados pela autoridade competente;
- d) fiscalizar e acompanhar a execução dos planos aprovados e autorizados a operar, de maneira a garantir a observância das respectivas normas técnicas; e
- e) intervir nas entidades, sempre que deixarem de observar as normas e regras do Sistema Nacional de Previdência Privada, e liquidar extrajudicialmente suas atividades pelo mesmo processo e as mesmas normas das instituições financeiras.

V — Política de Cooperação com Entidades Filantrópicas e Assistenciais

Existem, no Brasil, centenas de entidades sem fins lucrativos, que foram instituídas com propósitos assisciais e filantrópicos, custeadas pelo patrimônio e receitas próprias, prestadoras de serviços inestimáveis à população e merecedoras de apoio, mas que encontram dificuldades para prosseguir em suas atividades.

Para o atendimento dessa situação, serão estudados meios de modernizar as estruturas e de estabelecer o equilíbrio financeiro dessas instituições, desde que as respectivas administrações se enquadrem nas normas e regras gerais estabelecidas nos Sistemas Nacionais de Saúde e de Assistência Social.

Por outro lado, tornar-se-á necessário atualizar a legislação que regula as atividades dessas instituições, dando-lhe forma jurídica adequada e compatível com as finalidades que desenvolvem.

PESSOAL CIVIL

Empenhado em assegurar o desenvolvimento de uma política de pessoal orientada pelos princípios enunciados no diploma básico da Reforma Administrativa, sob a preocupação fundamental de promover a valorização da função pública, habilitando o servidor à plena realização profissional em correspondência com as exigências do funcionamento da Administração no processo de crescimento do país, cuidou o Governo, em 1974, de ajustar e complementar o programa de ação destinado a alcançar esses objetivos.

No que se refere à classificação e retribuição de cargos e empregos dos órgãos da Administração Direta e das Autarquias, cujas diretrizes foram aprovadas pela Lei nº 5.645, de 1970, impunha-se buscar solução que compatibilizasse o propósito de implantar o novo Plano de Classificação de Cargos com as disponibilidades de recursos do Tesouro Nacional, permitindo acelerar essa implantação.

A fórmula encontrada e que por fim se consubstanciou no Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, harmonizando-se com as diretrizes enunciadas na própria Lei nº 5.645, de 1970, manteve o critério de implantação gradualista, porém dirigido, especificamente, aos valores de vencimento constantes dos planos de retribuição de cargos dos diversos grupos a que se refere aquele diploma legal.

Tal esquema veio tornar viável a implantação efetiva e concreta do novo Sistema dentro de um período determinado, em que serão contemplados, uniformemente, a um só tempo, os servidores compreendidos na lotação da totalidade dos Órgãos da Administração Pública Federal direta e autárquica e sempre em consonância com as disponibilidades de recursos orçamentários, também globais, indicados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Em complemento, foram elaborados e aprovados vários documentos relativos à classificação e retribuição de cargos e empregos e à lotação qualitativa e quantitativa dos diversos órgãos da Administração Federal, expedindo-se normas imprescindíveis à implantação do novo Plano em obediência a critérios técnicos e uniformes.

Completou-se a montagem da nova sistemática de classificação e retribuição de cargos e empregos, recentemente, mediante a estruturação do Grupo-Magistério.

Firmou-se também importante marco para a implantação gradativa do Cadastro Geral de Pessoal, em que se processarão eletronicamente os dados ou registros inerentes aos cargos e seus ocupantes, de modo a permitir o controle dos quadros de pessoal e o levantamento e atualização dos respectivos custos, com a expedição do Decreto nº 74.448, de 22 de agosto de 1974, que dispôs, em bases essencialmente objetivas, sobre a lotação de cargos, funções e empregos dos órgãos da Administração Federal direta e das autarquias.

As atividades de Recrutamento e Seleção passaram a ser intensificadas mediante a fixação de processos seletivos adequados para transposição ou transformação dos cargos, agora dentro de critérios atualizados e uniformes estabelecidos pelo Decreto nº 73.988, de 24 de abril de 1974, que dispensou tratamento equânime aos funcionários integrantes dos Grupos-Serviços Auxiliares, Polícia Federal e Tributação, Arrecadação e Fiscalização.

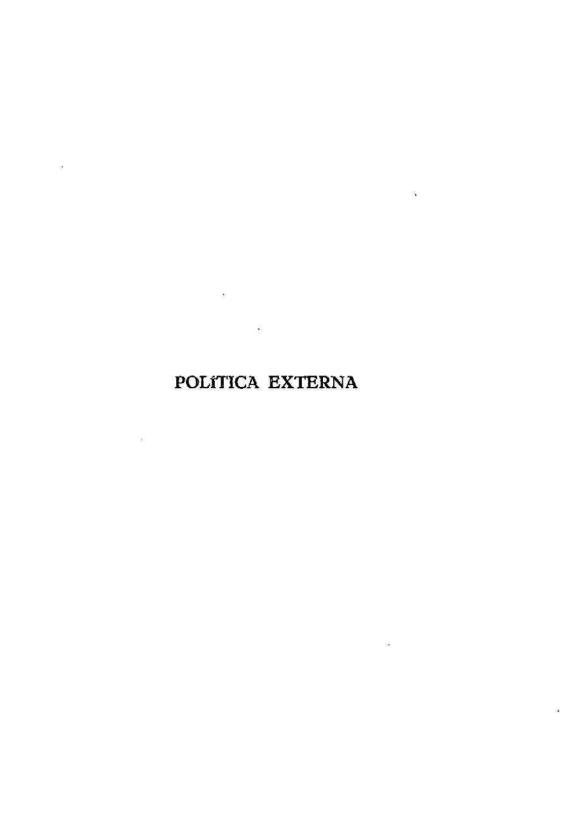
No que respeita à Legislação de Pessoal, por sua importância na orientação dos órgãos operacionais, com vistas não apenas a todas as questões ligadas ao novo Sistema de Classificação de Cargos, mas, sobretudo, ao regime jurídico que se aperfeiçoa e reformula constantemente, impôs-se a realização de estudos e pesquisas meticulosos. A par disso, acentuou-se a necessidade de orientar permanentemente os órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil no deslinde das questões suscitadas

em torno do regime da legislação trabalhista a que doravante estarão sujeitos os servidores públicos, com exceção daqueles que desempenham atividades privativas do Estado como Poder Público, os quais continuarão no regime estatutário.

Durante o exercício de 1975, terão ênfase as medidas objetivando abreviar a implantação definitiva do Plano de Classificação de Cargos, bem assim as providências correlatas ou acessórias indispensáveis à consecução daquele objetivo prioritário. Dentre estas, especial atenção merecerá o problema do treinamento do funcionário público, demandando esforço comum dos órgãos de pessoal componentes do Sistema de Pessoal Civil, no sentido de manter o processo de atualização de conhecimentos e aquisição de novas técnicas de trabalho em ritmo continuado, especialmente tendo em vista os novos institutos da progressão e ascensão funcionais a serem brevemente regulamentados.

Paralelamente, merecem registro os efeitos produzidos com a execução dos variados documentos editados com vistas à implantação do novo Sistema de Classificação de Cargos, impondo a reorganização, a curto prazo, dos órgãos de pessoal da maioria das repartições públicas, exigindo a atualização de fichas cadastrais, de promoções e acessos atrasados de mais de dez anos em alguns casos, a apuração de dados imprescindiveis à verificação da vida funcional dos servidores públicos e a solução de numerosos problemas relacionados com a administração de pessoal, como pré-requisitos essenciais à implantação do novo Plano.







POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Brasil, coerente com as tradições do país e animada pelo espírito que preside às realizações, no plano interno, dos Governos da Revolução, guia-se pelos magnos objetivos nacionais do Desenvolvimento e da Segurança. Na condução de sua política externa, o Governo brasileiro tem observado fielmente os princípios éticos que sempre o inspiraram e, ao mesmo tempo, tem preservado sua liberdade de escolha dos meios e métodos de ação diplomática.

A diplomacia brasileira de hoje considera o dinamismo da conjuntura internacional não como fonte de perplexidades conducentes à inação, mas como uma somatória de coincidências, convergências e contradições de interesses estatais que deve ser explorada de maneira pragmática e responsável, dentro de uma perspectiva ecumênica.

A nova realidade nacional — fruto indiscutível de uma obra revolucionária que o Governo continuará com denodo a impulsionar — requer atuação cada vez mais ágil e consequente da diplomacia.

Como país amadurecido e consciente de sua inserção histórica, o Brasil acompanhou atentamente a evolução, por vezes dramática, da vida internacional nos últimos doze meses e não deixou de prestar sua contribuição para o encaminhamento dos principais problemas mundiais. O processo de distensão ou, mais precisamente, a détente entre as grandes potências sofreu avanços e recuos, que evidenciaram sua natureza ambígua e vocação contraditória. Ao mesmo tempo que se manteve certa atmosfera

de diálogo, permaneceram em aberto os focos de tensão e a corrida de armamentos nucleares, entre os países mais poderosos, foi só aparentemente disciplinada, mantendo-se em alto dinamismo.

A economia internacional conheceu dias difíceis e mesmo críticos. Os países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, viram os esforços de seus povos para atingir melhores padrões de vida grandemente dificultados pela deterioração do panorama econômico mundial, que se vem caracterizando pela perturbação do sistema monetário internacional, rápido encarecimento das matérias-primas e outros insumos básicos, inclusive petróleo e seus derivados, crescente falta de líquidez internacional, nova onda de protecionismo comercial, a concomitante, mas paradoxal, aceleração do ritmo da inflação mundial e generalização da estagnação econômica, em escala planetária.

Tem o Brasil, a despeito do presente clima econômico internacional, vencido os obstáculos antepostos a seu caminho e hoje desfruta, no plano externo, de uma projeção acrescida, pela qual deve o Governo velar. O Brasil de hoje está preparado para enfrentar os desafios da mutável conjuntura internacional, e para fazer, quando necessário, as opções indispensáveis.

O Brasil tem uma política ecumênica, voltada para todos os quadrantes do globo.

Essa atitude aberta não o impede de dar especial ênfase ao relacionamento com as nações-irmãs de aquém e além-mar, convencido também o Governo de que, objetivamente, seus propósitos devem ser demonstrados, sobretudo, em nossa própria circunvizinhança.

As relações do Brasil com a América Latina desenvolveram-se, durante os últimos doze meses, numa atmosfera de crescente entendimento e cordialidade. Nos encontros, mantidos em nível Presidencial, com os Chefes de Estado da Bolívia, Chile, Costa Rica, México, Paraguai e Uruguai, houve oportunidade de realçar a prioridade que necessariamente o Brasil atribui à convivência fraternal com os países latino-americanos, e expressar os propósitos brasileiros de cooperação harmônica. O Brasil não alimenta ambicões de hegemonia, mas, pelo contrário, deseja ampliar a colaboração eficaz e solidária entre as nações-irmãs da região. Entende o Governo brasileiro que os esforços de cooperação entre os países latinoamericanos se fazem ainda mais necessários, na medida em que se deterioram as condições da economia mundial e que medidas comerciais protecionistas ou discriminatórias são adotadas por muitas das grandes nações industriais. O Governo vem buscando com determinação e seriedade criar, no plano regional, condições para uma colaboração ampla e mutuamente proveitosa em todos os setores de atividade, inclusive no aproveitamento de recursos naturais. Exemplos dos esforços já empreendidos são os acordos firmados com o Paraguai sobre a construção da represa de Itaipu, com a Bolívia sobre o estabelecimento de um pólo industrial e aproveitamento do gás boliviano, e com o Uruguai sobre o desenvolvimento conjunto da região da Lagoa Mirim.

Com os Estados Unidos da América mantiveram-se. e foram fortalecidos, os tradicionais lacos da amizade e intercâmbio. O Governo brasileiro, coerente com as linhas gerais de sua política externa, procurou explorar as faixas de coincidência entre suas posições e as norte-americanas, ao mesmo tempo que tratou, na medida do possível, de buscar soluções satisfatórias para as áreas de controvérsia. Os problemas que subsistem, principalmente na esfera comercial, o Brasil encara-os com seriedade, mas com senso de perspectiva, consciente que está de seus interesses e de que pratica uma politica sóbria e realista, da qual está excluído o fatalismo dos alinhamentos automáticos ou apriorísticos. Nos momentos oportunos, nas relações bilaterais e nos foros apropriados, todo o cuidado foi exercitado para manifestar a preocupação brasileira com a adoção, por parte do Governo norte-americano, de certas práticas comerciais, seja em razão de decisões ad hoc, seja por meio da adoção de leis internas. Preocupa, sobretudo, que a multiplicação de medidas restritivas, diretamente prejudiciais ao comércio entre as duas nações, venha a diluir, inclusive na opinião pública, os fundamentos do relacionamento entre elas.

O agravamento da conjuntura econômico-financeira mundial determinou atividade redobrada para garantir acesso dos produtos de nossa exportação aos mercados dos países industrializados; abrir novos mercados de exportação, que possam absorver uma gama crescentemente diversificada de produtos que o Brasil vende ao exterior; estabelecer arranjos cooperativos quer puramente financeiros, quer sobre investimentos de grande porte; e assegurar o fornecimento continuado das matérias-primas, especialmente o petróleo, indispensáveis ao crescimento da economia nacional.

No plano das relações hemisféricas, o sistema interamericano sobrevive, utilmente, estando vários países interessados em reestruturá-lo, para o que a OEA criou uma comissão que examina os instrumentos jurídicos fundamentais do sistema e na qual foram propostas novas convenções, inclusive uma em que se reflete boa parte do conceito brasileiro de segurança econômica coletiva para o desenvolvimento. Além de sua Conferência anual de praxe, a organização regional auspiciou uma Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores para considerar a revogação das sanções aplicadas a um Estadomembro suspenso, com resultado negativo. Os órgãos permanentes prosseguiram suas discretas tarefas no campo econômico e cultural.

O Governo brasileiro procurou, ainda, aprofundar as possibilidades de cooperação, dando conseqüência à iniciativa do chamado «novo diálogo», ao impulsionar a criação de grupos para estudar os problemas da transferência de tecnologia e do comportamento das empresas

transnacionais. Quanto às questões de segurança continental, o Brasil defendeu firmemente o princípio da autodeterminação e a exigência de que o compromisso de não-intervenção nos assuntos internos de outros países permaneça a base irrecusável para o convívio hemisférico.

A Presidência da República, no início do atual mandato, determinou fosse prestada atenção prioritária às relações do Brasil com as nações africanas. Dentro desta orientação, o Governo empenhou-se numa revigorada política de aproximação tanto com os países independentes, quanto com os territórios não-autônomos do continente africano. Essa política, inspirada no princípio da autodeterminação, contém um elemento ético fundamental: o repúdio a todas as formas de colonialismo e à odiosa prática da discriminação racial e do «aparteísmo».

O Brasil reconheceu, em 18 de julho, a independência de Guiné-Bissau, primeira nação soberana de língua portuguesa a surgir desde nossa independência, há 153 anos. A atitude brasileira contribuiu para apressar o processo de descolonização não só do povo guineense, mas também de outros territórios ainda não-autônomos. Em setembro, foi criada a Embaixada do Brasil em Guiné-Bissau, com sede em sua capital.

Na mesma linha de estreitamento das relações com a África, foram criadas, com base no sistema da cumulatividade, as Missões diplomáticas brasileiras no Gabão, Serra Leoa, Maurício e República da Guiné, num desejo de aumentar a interação na área bilateral. A elevação da Legação do Brasil em Pretória ao nível de Embaixada foi feita apenas por motivos de ordem administrativa interna, uma vez que aquela primeira categoria de missão diplomática foi extinta por decreto do Poder Executivo.

Em novembro, o Chanceler brasileiro visitou o Senegal, oportunidade em que reafirmou a posição brasileira quanto à questão da descolonização, preconizando a independência plena e inequívoca, a integridade territorial e o livre desenvolvimento econômico e cultural dos novos Estados. Durante a sua permanência em Dacar, reuniu-se com todos os Chefes de Missões diplomáticas brasileiras na África, numa conferência em que foram analisadas as perspectivas das relações entre o Brasil e a África subsaárica.

Nos dias subsequentes, viajou a Dar-es-Salaam, Kinshansa e Luanda Missão brasileira que se entrevistou com os líderes dos movimentos de libertação nacional de Angola e Moçambique, futuros governantes dos Estados que estão por formar-se. Referida Missão assegurou, a seus interlocutores, o propósito das autoridades brasileiras de manter estreita colaboração baseada em laços históricos e aspirações comuns e no estrito respeito aos princípios de igualdade soberana e da não-intervenção. Nesse particular, o Brasil está empenhado em dispensar às futuras nações, à medida que ascendam à independência, a cooperação e assistência que a elas interessar e for do nosso alcance.

Simultaneamente, nas Nações Unidas, a Delegação brasileira apoiou numerosas resoluções em matéria de descolonização, notadamente quanto aos territórios da Namíbia e da Rodésia. Partiu também da Delegação brasileira a iniciativa, aprovada, que estabeleceu bases concretas para assistência no campo econômico, financeiro e técnico, por parte dos organismos especializados da onu aos territórios já independentes da administração portuguesa e também aos que se tornarão independentes em breves meses. Na ocasião, comprometeu-se o Brasil a proporcionar ajuda, no campo educacional, a territórios não-autônomos.

A par disso, as relações entre Brasil e Portugal desenvolveram-se em clima de amizade, respeito mútuo e objetividade. Os vínculos históricos que unem os dois países permitiram, neste periodo, a manutenção de um diálogo proveitoso e franco sobre a ampla gama de interesses comuns. Coerente com as tradições amistosas

desse relacionamento, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o Governo resultante das transformações por que passou Portugal em 25 de abril. A diplomacia brasileira buscou conservar as relações entre os dois países num plano realista e benéfico para ambas as partes e, com a aceleração da descolonização dos territórios africanos, teve o cuidado de manter as novas autoridades de Lisboa cientes da posição anticolonialista do Brasil e de sua contribuição positiva durante a fase de transição que atravessam os territórios até então sob administração portuguesa.

Com relação à inquietante situação no Oriente Próximo, o Governo brasileiro adotou posições explícitas e concordes com as melhores tradições diplomáticas do país, havendo reiterado sua oposição à ameaça ou uso da violência nas relações internacionais, inclusive à ocupação de territórios pela força, e declarado seu apoio aos reclamos do povo palestino por seus legítimos direitos de autodeterminação e soberania, elementos que o Brasil reconhece como essenciais para uma paz justa e duradoura na região. Durante os últimos doze meses registrou-se notável incremento das relações com os países do Oriente Próximo, como testemunha a própria expansão da presença diplomática brasileira na região. O Brasil estabeleceu relações com os Estados de Catar, Bahrain, Emirados Árabes Unidos e o Sultanato de Omã.

Em setembro último, a visita do saudoso Chanceler Omar Al-Sakkaf, a segunda que fazia ao Brasil em pouco mais de um ano, contribuiu para estreitar ainda mais os laços de amizade entre o nosso país e o Reino da Arábia Saudita. Na ocasião, foi criada a Comissão Mista Coordenadora Brasil-Arábia Saudita, cuja primeira reunião, em nível ministerial, realizou-se, em novembro, na capital daquele país, tendo-se chegado a importantes entendimentos, que ainda serão formalizados, no terreno da cooperação econômica, em bases de complementariedade e interesse recíproco.

Da mesma forma, fortaleceram-se as relações com o Coveite. Em fins de julho, visitou o Brasil uma missão de empresários e banqueiros árabes, da qual fizeram parte altas autoridades coveitianas. A mesma missão ministerial brasileira que foi a Jeddah esteve no Coveite, onde manteve entendimentos com vistas ao estabelecimento de um programa de cooperação econômica, a ser proximamente concretizado.

Foram também intensas e proficuas as relações com a Libia, Iraque e Argélia, sobretudo no terreno do petróleo, e com o Libano, de onde se originam tantas famílias brasileiras. Em atenção a convite argelino, o Governo brasileiro designou Missão Especial, chefiada pelo Ministro des Transportes, para representá-lo nas solenidades comemorativas do XX Aniversário da Revolução de Primeiro de Novembro.

O Brasil também dinamizou suas relações com os países do Extremo-Oriente e Oceânia. Com base em compromissos inequívocos de respeito reciproco à soberania e à integridade territorial, não-agressão, não-intervenção nos assuntos internos de um país por parte do outro, igualdade e vantagens mútuas, foram estabelecidas, em agosto, relações diplomáticas com a República Popular da China, país com que já mantinha o Brasil significativo intercâmbio comercial. Em novembro, foi criada a Embaixada do Brasil em Pequim.

O Brasil recebeu, em setembro, a visita do Primeiro-Ministro do Japão, Senhor Kakuei Tanaka, o qual manteve proveitosos entendimentos com o Chefe do Governo Brasileiro sobre diversos temas da atualidade política internacional e sobre os principais aspectos políticos e econômicos das relações bilaterais. Na ocasião da visita, foram assinados importantes acordos sobre empreendimentos industriais para a exploração do alumínio na região amazônica e a produção de polpa de papel no Espírito Santo.

Medidas indicativas do empenho do Governo brasileiro em dinamizar as relações com os países asiáticos foram a reabertura da Embaixada do Brasil em Jacarta, em junho, e, no mês seguinte, a criação da Embaixada do Brasil em Daca.

As relações bilaterais com os países da Europa Ocidental caracterizaram-se pela ampliação das áreas de convergência. Os diferentes países europeus parecem hoje ter melhor conhecimento e apreciação da realidade brasileira. Nos últimos meses, o Governo brasileiro redobrou esforços para evitar que medidas de restrição às importações adotadas pela Comunidade Econômica Européia ou, a título individual, por países da Europa Ocidental, repercutam, de forma negativa, sobre as relações comerciais com o Brasil.

O Governo brasileiro procurou acelerar o ritmo de seus contatos diplomáticos e incrementar o intercâmbio comercial com os países socialistas da Europa Oriental e com a União Soviética. É política brasileira, além de incentivar as exportações para a área socialista, diversificálas através da inclusão gradativa, na pauta comercial, de produtos manufaturados e semimanufaturados. Concomitantemente, com o objetivo de equilibrar o intercâmbio, em níveis mais altos e com estrutura de maiores alternativas, estão sendo examinadas as possibilidades de o Brasil adquirir, naquela área, equipamentos elétricos pesados e trilhos, para atender a setores prioritários do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Em maio, foram elevadas à categoria de Embaixada as Legações do Brasil em Bucareste, Sófia e Budapeste.

Nas Nações Unidas e nos organismos internacionais especializados, pôde o Brasil atuar desobrigado de hipotecas políticas que freqüentemente inibiam sua ação parlamentar. Consequentemente, ampliou-se nossa área de diálogo internacional e, em geral, tiveram trânsito mais fácil, naqueles foros, as teses de interesse brasileiro.

Acompanhou-se com preocupação a estagnação dos trabalhos dos órgãos multilaterais encarregados do problema do desarmamento, especialmente do desarmamento nuclear. Igualmente, considera-se inquietante a incapacidade até agora revelada pelos órgãos políticos da comunidade internacional em resolver as situações de tensão que perduram em vários pontos do globo. Essas apreensões são aumentadas pelos esforços que visam a provocar mudanças de posição por parte dos países, principalmente os em desenvolvimento, que até hoje se negaram a aderir a instrumentos ou medidas internacionais de fundo discriminatório, em áreas de vanguarda tecnológica.

Consciente desses problemas e de seus reflexos institucionais, o Brasil participou ativamente na coordenação das negociações com vistas à promoção da reforma da Carta das Nações Unidas, idéia que contou com a oposição de quatro dos membros permanentes do Conselho de Segurança, mas que foi sufragada pela grande maioria dos Estados-membros da Organização mundial. Ainda no âmbito das Nações Unidas, o Brasil apresentou, em conjunto com a Argentina, o Projeto de Tratado sobre Teledetecção de Recursos Naturais por meio de Tecnologia Espacial, que espera possa servir de base para as discussões internacionais sobre essa importante atividade.

Foi ativa a representação nas grandes conferências multilaterais, de caráter normativo, convocadas pelas Nações Unidas e que constituem um dos aspectos mais dinâmicos dos presentes esforços para ordenar o convívio internacional.

As posições defendidas na Conferência Mundial da População e na III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar foram objeto de cuidadosa preparação, levada a cabo por grupos de trabalho interministeriais especialmente convocados.

A política demográfica nacional pertence ao domínio soberano do Governo pátrio, que não aceitará que a

mesma sofra interferências externas, de caráter oficial ou privado; o controle da natalidade é decisão do núcleo familiar, que não deve sofrer interferência governamental; a capacidade de recorrer a esse controle não deve constituir privilégio, cabendo ao Estado proporcionar informações e meios às famílias de recursos reduzidos que os aceitarem de boa mente. No cumprimento dessa política, adotar-se-ão as medidas necessárias para diminuir as taxas de mortalidade no país, sobretudo a infantil; promover a integração dos grupos sociais ainda marginalizados; equilibrar os crescimentos regionais; incorporar ao processo econômico os grandes espaços vazios do país e promover o crescimento harmônico dos setores urbano e rural

O Plano Demográfico Mundial de Ação, aprovado pela Conferência, aplica-se às diferentes situações populacionais e não se propõe a extrapolar para determinados países ou áreas geográficas soluções próprias de outras regiões. O Plano, se contém, por um lado, imperfeições, caracteriza-se, por outro, pela ausência de metas quantitativas e pelo estímulo, existente, à pesquisa e adequada conceituação da inter-relação dinâmica entre o desenvolvimento econômico e a variável demográfica.

A Conferência do Mar, cuja tarefa é elaborar a nova ordem pública dos oceanos, não conseguiu chegar, em sua sessão de Caracas, ao estágio decisório. O exame das questões do mar já atingiu, entretanto, um grau de amadurecimento que permite prever maior êxito para o período de sessões em Genebra, no corrente ano. O Brasil, que já atuou construtivamente em Genebra, continuará a cooperar na busca de fórmulas que atendam aos interesses nacionais, que salvaguardem o mar de 200 milhas, assegurando a soberania do país costeiro para a plena utilização dos recursos da área incorporada à riqueza nacional e que possam, ao mesmo tempo, ser aceitas pela comunidade internacional, consolidando-se como normas de direito universalmente aceitas.

X







POLÍTICA INTERNA

O fato político mais relevante de 1974 foi, sem dúvida, a realização das eleições de 15 de novembro, para renovação da Câmara dos Deputados e de um terço do Senado Federal. O Governo assegurou a mais ampla liberdade no desenvolvimento do processo eleitoral, tendo os partidos políticos mobilizado, sem restrições, todos os instrumentos de comunicação de massa. Neste particular, vale salientar os esforços do Executivo e do Congresso no aprimoramento da legislação específica, visando a evitar a influência do poder econômico, especialmente através dos meios de divulgação.

Para que fosse atingido o objetivo de proporcionar ampla liberdade ao povo e aos candidatos, no alistamento, nos comícios, na utilização dos horários gratuitos do rádio e da televisão, e, finalmente, nas urnas, uniram-se esforços dos três Poderes da República, em perfeito entendimento com os Estados, respeitando-se a independência e a esfera de ação de cada um.

Dando continuidade a esta linha de ação, propõe-se o Ministério da Justiça a aprimorar os instrumentos de que dispõe, para o correto cumprimento das suas atribuições de órgão de coordenação política do Governo Federal.

Também na área política, o binômio desenvolvimento-segurança, fundamento universalmente aceito para a Revolução de 1964, vem sendo alvo das preocupações governamentais.

Vem-se buscando o aperfeiçoamento das instituições, sem pôr em risco a paz e a ordem, vale dizer, o desenvolvimento político do país há de ser obtido sem prejuízo do mínimo de segurança necessário para o desenvolvimento econômico e social.

Assim, continua o Governo empenhado no aperfeiçoamento das práticas democráticas e vigilante quanto a possíveis atentados, declarados ou solertes, por parte dos que, em nome da democracia liberal, desejam de fato destruí-la ou defurpá-la.

Espera o Governo haver comprovado o seu empenho em fazer o povo participar da luta pelo desenvolvimento, cujos frutos procura sempre fazer distribuir, utilizando-se de variados meios.

Quem acompanha a ação governamental há de ver e sentir, em todos os momentos, o cuidado evidenciado em conduzir democraticamente os destinos do país.

Assim terá sido constatada a permanente convocação para o debate, há de se ter sentido o amplo chamamento à colaboração, como o apelo à atuação partidária, canalizadora da participação popular, a palavra de simpatia à juventude, convidada à militância cívica, o reconhecimento dos direitos e da importância dos trabalhadores, bem assim do relevante papel das entidades que os congregam. Do mesmo modo, há de ter sido percebida a confiança na imaginação política, para equacionamentos jurídicos, no sentido do aprimoramento do sistema sem quebra de sua solidez. Afinal, deve ter ficado demonstrado mais que o destemor pela crítica, até mesmo o apreço por ela, quando honesta e construtiva.

Vale registrar uma referência à renovação dos executivos estaduais, verificada no período.

Embora tenham sido as eleições realizadas indiretamente, em caráter excepcional, nos termos das normas em vigor, justo será reconhecer que o processo se orientou pela busca incansável do consenso geral no encaminhamento daquela sucessão. Procurou-se, e espera o Governo tenha sido conseguido, indicar e eleger os que apresentaram melhores condições para o exercício do mandato. E, para isso, foram pacientemente recolhidas as manifestações e tendências partidárias, sem contrariar as convicções fundamentais do povo.

No quadro político brasileiro, há de ser lembrado que a Arena é o partido da Revolução, mas o MDB, partido da Oposição, com as garantias do Governo, não se confundirá com a anti-revolução.

Foi alcançada, afinal, uma situação de consenso, embora não formulada juridicamente, acerca da excepcionalidade dos poderes de que se acha investido o Governo e do desejo de normalidade democrática que a todos inspira.

Medidas político-administrativas da maior relevância foram tomadas em decorrência da autorização legislativa para fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Cumprindo as determinações da Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, que regulamentou o artigo 3º da Constituição Federal, quanto à criação de Estados e Territórios, o Governo, por intermédio do Ministério da Justiça, tem dado todo apoio ao Governador nomeado para o futuro Estado, cuja instalação se efetivará a 15 de março vindouro, com um vasto delineamento de planos para consolidar, nos próximos anos, mais uma grande unidade política e econômica da Federação, favorecendo o desenvolvimento de importante área.

ORDEM JURIDICA

Está em fase de elaboração final o diagnóstico da situação do Poder Judiciário, sob a coordenação do Presidente do Supremo Tribunal Federal. Esse estudo indicará as linhas-mestras da reforma, com a qual se pretende

adequar os índices de progresso econômico e social, a que o país atingiu, a pronta e eficaz ação da Justiça, em todas as instâncias.

Com a instalação, no Ministério da Justiça, em fins de 1974, mediante convênio, do primeiro terminal do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal — o Prodasen, foi dado o primeiro passo para o projeto de Consolidação e Atualização Legislativa, cujas metas principais são a redução do número de Leis, Decretos e Regulamentos e a adoção de normas gerais de boa técnica legislativa.

Prosseguem os estudos para a modernização dos grandes institutos jurídicos. Espera-se sejam submetidos ao Congresso Nacional, na atual sessão legislativa, os anteprojetos dos Códigos Civil e de Processo Penal. Este último terá sua vigência contemporânea da lei substantiva, o Código Penal, já aprovado e em fase de «vacatio legis», para vigorar simultaneamente com a lei adjetiva.

Durante 120 dias, o anteprojeto de novo Código Nacional de Trânsito recebeu sugestões de entidades e especialistas ligados à problemática do tráfego urbano e rodoviário. Inicia-se, agora, a fase de elaboração do texto final.

Deu-se novo tratamento aos naturalizados, com a Lei nº 6.192/74, de iniciativa do Poder Executivo, aceitas emendas oferecidas pelas lideranças no Congresso, eliminando-se discriminações injustificáveis e melhor definindo a situação jurídico-política daqueles que fizeram ou venham a fazer opção pela cidadania brasileira.

Foram reexaminados os critérios para a criação de novas Juntas de Conciliação e Julgamento, estando em elaboração anteprojeto de lei que proporá alterações na Lei nº 5.630/70, inclusive quanto à jurisdição dos atuais e novos órgãos de primeira instância da Justiça do Trabalho.

Encontra-se sob exame do Presidente do Supremo Tribunal Federal, a fim de que se estabeleça unidade de doutrina quanto à reforma, no seu todo, do Poder Judiciário, anteprojeto de lei dispondo sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios, revogando-se, em conseqüência, vários diplomas legais antigos e cuja sistemática foi superada pelo tempo.

Cuidou-se da consolidação de várias leis que regulam a locação de prédios urbanos, do que resultou projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional.

Prepara-se projeto de lei visando à modificação de critérios para a concessão de títulos de utilidade pública a pessoas jurídicas de direito privado, pois é indispensável que os favores fiscais e parafiscais somente venham a beneficiar entidades particulares que apresentem índices desejáveis de universalização dos benefícios à coletividade.

Estão em fase final os estudos para a regulamentação da Lei nº 5.988/73, com a criação do Conselho Nacional do Direito Autoral, que será um órgão de fiscalização, consulta e assistência e irá disciplinar o relacionamento entre autores e usuários.

Procura-se cuidar do Conselho Penitenciário Federal, inclusive quanto às suas atribuições de Inspetoria-Geral Penitenciária, dotando-o de recursos humanos e materiais que lhe possibilitem ter participação objetiva e eficiente, no acompanhamento da execução penal em todo o país.

Estão em pleno desenvolvimento os planos de reforma do sistema penitenciário. Assim, o Governo autorizou a reformulação de convênios anteriormente celebrados, para que a transferência de recursos da União se estendesse a todos os Estados, Distrito Federal e Territórios, individualizando-se os estudos dos vários projetos, com o escopo de atender às peculiaridades sócio-econômicas regionais.

Tem sido expressiva a contribuição do Grupo de Trabalho, criado em agosto de 1974 e que assumiu o encargo de estudar o aperfeiçoamento da execução penal no Brasil. Os seus integrantes, todos com experiência administrativa no setor e especializados nessa área científico-jurídica, estão, agora, promovendo, aceleradamente, os estudos para a reformulação das normas gerais do regime penitenciário, absorvendo-se, na medida do possível, as regras mínimas preconizadas pela ONU e pelos princípios gerais do Díreito Penitenciário, com o que se pretende aprimorar os meios de prevenção do delito e o tratamento dos delinqüentes.

Será indispensável, nesta parte, induzir o interesse das comunidades locais, para que os presos provisórios ou condenados, de um modo geral, delas não se distanciem e, de retorno, egressos dos estabelecimentos penais, se reintegrem, como pessoas humanas, no convívio social e, como participantes, no processo de desenvolvimento nacional.

Estão sendo ultimados os estudos para a criação do Registro Nacional de Pessoas Naturais (RENAPE). Comissão Interministerial apresentará anteprojeto para estruturar um órgão da administração direta, que cuidará da sua implantação, cujo objetivo é a eliminação gradativa da multiplicidade de fontes geradoras de identificação, aperfeiçoando-se, conseqüentemente, as estatísticas demográficas e os controles fiscais, de serviço militar, de identificação criminal e do serviço eleitoral.

Também em 1975, será desenvolvido o projeto de criação do Sistema Nacional de Arquivos, tendo como órgão central o Arquivo Nacional, cuja mudança para a capital da República ficará na dependência da construção de sua sede e de instalações técnicas compatíveis.

Tal sistema abrangerá, em termos normativos, todos os arquivos públicos, eclesiásticos e privados, indispensáveis à preservação de patrimônio documental e histórico insubstituível.

SEGURANÇA INTERNA

Tem sido preocupação do Governo, relativamente à Segurança Interna, dar ao Departamento de Polícia Federal a importância que decorre do próprio texto constitucional.

A implantação de um centro de processamento de dados naquele Departamento, interligando, por meio de terminais, as suas principais dependências, conjuga-se a uma série de outras medidas, em proveito da melhoria de seus índices de eficiência. É o caso, por exemplo, dos projetos de ampla reestruturação do sistema de transportes, de instalação de uma completa rede de telecomunicações e de intensa preparação e aperfeiçoamento do pessoal.

A Academia Nacional de Polícia terá nova sede em Brasília, devendo ampliar seus cursos e aperfeiçoar seus currículos, para que possa atender à demanda de pessoal que a expansão dos serviços está a exigir.

Os frutos já colhidos, em decorrência da ação do DPF, são bastante satisfatórios, cumprindo, todavia, registrar que, no campo das suas atividades, também atuam os demais órgãos de segurança e informação, inclusive das Forças Armadas, mantendo todos estreita e proveitosa colaboração.

Teve continuidade o esforço para conter as atividades subversivas, com êxito sempre crescente, graças à dedicação de militares e civis empenhados em combatê-las.

Invertidas as tendências de atuação, passou-se da ação repressiva à preventiva, seja nos aspectos psicológicos, seja no acompanhamento, nas áreas urbanas, de atividades potencialmente subversivas, exercendo-se ainda atenta vigilância nas áreas rurais onde tenham sido localizados elementos estranhos e suspeitos.

Parece fora de dúvida que os bons resultados das atividades dos órgãos de segurança em geral propiciaram

ordem e tranquilidade para o trabalho construtivo da nação, em um ano de intensa movimentação política e quando a conjuntura mundial se apresenta carregada de problemas, muitos deles vinculados à crise de combustíveis.

Pode ser assinalado o êxito completo das medidas tomadas com relação a pequeno núcleo de fanáticos, inimigos do regime, que pretendiam agir no sul do Pará sob a forma de guerrilha.

Assim, as atividades subversivas, caracterizadas normalmente pela clandestinidade, vêm sendo combatidas de modo adequado, como incumbe ao Governo fazê-lo. FORÇAS ARMADAS



FORÇAS ARMADAS

As Forças Armadas cumpriram plenamente sua missão constitucional em perfeita identificação com o povo, produzindo segurança e integração nacionais e, assim, contribuindo para a construção da sociedade desenvolvida, democrática e próspera a que se propôs a Revolução de 1964.

Com austeridade, firmeza, realismo, criatividade e espírito profissional, muito se logrou evoluir em simplificação e economia, racionalidade e eficácia na administração e no adestramento operacional das Forças Armadas.

O reaparelhamento, o adestramento e a eficácia de suas organizações militares têm sido preocupação assinalável de cada uma das Forças Singulares para o pleno atendimento de sua destinação constitucional.

Todos os elementos que caracterizam as Políticas Nacionais de Segurança e Desenvolvimento foram considerados nos planejamentos para o estabelecimento das Políticas de cada uma das Forças Singulares, no sentido de que, como partes integrantes de um todo, atuem orientadas para a otimização e o fortalecimento do Poder Nacional. Destarte, vem cada uma das Forças Singulares participando ativamente das ações congregadas de todo o poder da Nação, não somente no campo militar, mas também nos demais setores das atividades econômicas e psicossociais.

Manteve-se em nível bastante elevado o moral das Forças Armadas. O espírito de disciplina, de coesão, de unidade e de respeito à autoridade e à lei foi fator de estabilidade e tranquilidade, indispensável à tomada das transcendentes decisões de política interna e externa que marcaram a vida nacional neste primeiro ano de governo.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Responsável pela integração e coordenação das atividades da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, nos aspectos que transcendem à atribuição específica de cada uma das Forças, cumpriu o Estado-Maior das Forças Armadas extenso Plano Anual de Trabalho, concluiu várias tarefas de planejamento e exerceu atividades de interesse comum às três Forças Singulares.

Em reuniões do Conselho de Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares (CONCEM), sob a presidência do Ministro Chefe do EMFA, foram abordados assuntos da mais alta relevância e significado para as Forças Armadas, nos setores de Política e Estratégia Militares, Planejamento Militar Combinado, Serviço Militar, Mobilização, Pesquisa, Tecnologia e Indústria Militar.

Entre as atividades de interesse comum às três Forças Singulares, são de ressaltar as seguintes:

- reconhecimento da rede ferroviária Sul e Oeste, visando à avaliação de suas capacidades estratégicas;
- reconhecimento da fronteira Norte e, particularmente, do traçado da Perimetral Norte;
- reativação da Comissão Permanente dos Serviços de Saúde da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;
- coordenação dos órgãos de Serviço Militar das Forças Singulares, com o fim de estabelecer normas comuns de procedimento e estimular a modernização dos processos de alistamento, recrutamento e seleção, inclusive introduzindo a computação nas principais áreas regionais;

 coordenação de várias competições esportivas das Forças Armadas, de âmbito nacional e internacional, através da Comissão Desportiva das Forças Armadas (CDFA).

Coordenadas pelo EMFA, ocorreram visitas de personalidades e de membros de institutos de altos estudos estrangeiros, de caráter militar estratégico, as quais tiveram como motivo principal o interesse que vem despertando o Brasil por suas escolas de altos estudos políticos e estratégicos, particularmente a Escola Superior de Guerra (ESG), por suas organizações militares e pelo desenvolvimento que apresenta sua indústria para fins bélicos.

No âmbito dos órgãos subordinados ao EMFA, merece ser destacado o seguinte:

- a Escola Superior de Guerra, através dos Cursos Superior e de Estado-Maior das Forças Armadas, realizou proveitoso programa de viagens de estudo no país e mesmo no exterior;
- o Hospital das Forças Armadas (HFA) tem desenvolvido suas atividades como um hospital comunitário, atendendo aos militares e seus dependentes e dando apoio às organizações de saúde da área, sobretudo no campo da medicina especializada, de emergência, no setor cirúrgico e de terapia intensiva;
- a Comissão de Recuperação de Incapazes das Forças Armadas (CRIFA), criada logo após a II Guerra Mundial, para recuperar integrantes da Força Expedicionária Brasileira, da Marinha de Guerra e do Grupo de Caça da Força Aérea, praticamente concluiu sua missão e, ao extinguir-se em breve, terá realizado magnífico trabalho.

MARINHA

Cumpriu a Marinha, no exercício de 1974, considerável número de missões, tendo as Forças Navais e Aeronavais, Corpo de Fuzileiros Navais e unidades da Diretoria de Hidrografia e Navegação realizado variadas operações, inclusive em cooperação com unidades de nações amigas, todas visando ao cumprimento de suas tarefas específicas e ao treino das guarnições, corpos de tropa e alunos da escola de formação de oficiais. Enfatizou-se, por outro lado, o aprestamento das Forças Navais para seu emprego em conjunto com as demais Forças Singulares, através da formação de procedimentos e doutrinas comuns nas operações conjuntas.

As Forças distritais tiveram, como principal atividade, a Patrulha do Mar Territorial, além do trabalho de adestramento, de apoio às populações ribeirinhas, de socorro e de transporte.

Dentre as comissões, manobras e exercícios das Forças Navais, destacam-se as seguintes: operações Spring-Board/74 e Unitas XV, juntamente com unidades de Marinhas de países americanos; operação Dragão X, com o desembarque de unidades de Fuzileiros Navais; operações de Minagem e Varredura; operações Anti-Submarino e de Tiro; Incursão Anfibia, Anfibiex-III; viagens de adestramento para os Guardas-Marinha, alunos da Escola de Formação de Oficiais da Reserva e para os alunos do Colégio Naval; e viagem de instrução de Guardas-Marinha da Escola Naval.

No campo da assistência social, foi prestado auxílio às populações ribeirinhas de diversas regiões, principalmente na Amazônia, e socorro às vítimas das enchentes dos rios Açu e Cuiabá e de calamidades nos Estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte; foi dado apoio aos Projetos Rondon e Mauá; realizada ação cívicosocial, pela evacuação de pessoal e materiais da Estação Naval de Porto Busch, na Bolívia, e pela Operação

Fraternidade v — na região sudoeste de Goiás; além de missões de apoio permanente de abastecimento das ilhas de Abrolhos e Trindade e do Território Federal de Fernando de Noronha.

Os navios da Força de Transporte, além de suprirem necessidades da Marinha, foram também empregados no atendimento de solicitações das demais Forças Armadas e de Governos Municipais e Estaduais. Sua maior participação se caracterizou por viagens ao longo da costa brasileira, possibilitando, inclusive, um melhor aproveitamento da capacidade ociosa no transporte de carga militar, com o translado simultâneo de carga comercial. Foram efetuadas 7 missões militares, 20 comerciais e 7 mistas.

Foram realizadas, ainda, Comissões Hidrográficas, Oceanográficas e de Sinalização Náutica, para levantamentos de dados, e outras, como as operações GATE e SALVADOR e as de levantamento hidrográfico da área adjacente ao porto de Itaqui, do Rio Paraguai e das baías de Santos e da Guanabara, feitas ainda sondagens na baía de São Marcos e efetivado o levantamento da costa do Ceará, entre Fortaleza e Camocim.

As missões de patrulhamento do Mar Territorial foram em total de 37 e as atividades de socorro e salvamento somaram 44 missões na costa e em alto-mar, além de inúmeras outras em águas interiores.

Incorporam-se as seguintes Unidades Navais: Navio-oceanográfico Almirante Câmara — cedido por empréstimo pela Marinha Norte-Americana — e 18 helicópteros Bel Jet Ranger II, de instrução e emprego geral.

Por sua vez, foram desincorporadas as seguintes unidades, por término de tempo de vida útil e por haverem se tornado de manutenção altamente dispendiosa: contratorpedeiros ACRE, ARAGUAIA e ARAGUAII; Avisos oceânicos BOCAINA e BENEVENTE; e Navios varredores JUTAÍ e JURUENA.

As alterações efetuadas na Relação de Organizações da Marinha visaram, particularmente, a evitar a duplicação de tarefas e a promover a simplificação da estrutura orgânica, só sendo criadas novas unidades quando comprovadamente necessárias. No ano de 1974, foram criados o Centro de Misseis, o Serviço de Auditoria e os Grupamentos Navais do Leste e do Norte, que congregam, respectivamente, os navios sediados no 2.º Distrito Naval e os sediados em Belém, oriundos da Flotilha do Amazonas. Foram extintas, doutra parte, as seguintes organizações: Posto de Pesquisas, em Natal, Esquadrão de Apoio de Fogo e Agência da Capitania dos Portos de Pernambuco, em Goiana.

A Marinha contou, no exercício, com um Programa de Cursos destinados a formar e aperfeiçoar seus integrantes e com um Programa Assistencial Social propiciando assistência médica, social e educacional a seus componentes e auxiliares.

Ainda no Campo Social, vem sendo desenvolvido um programa de construção de residências funcionais, tendo sido concluídas, no período, 71 residências para oficiais e 256 para praças e funcionários civis.

A Marinha vem acompanhando o desenvolvimento industrial do país, não só auxiliando a indústria, através de suas bases e arsenais, mas, também, procurando interessá-la nos campos de atividades militares específicos da Marinha, com a busca da nacionalização progressiva do material e o desenvolvimento de protótipos de equipamentos, visando à produção em série e à padronização.

Todos os esforços vêm sendo empregados no sentido de dar ao nosso programa de construção naval um caráter mais nacionalizante, que permita, sobretudo, libertar-nos da dependência externa. Assim, a Marinha já está construindo no país, com a ajuda de tecnologia estrangeira, navios modernos como a Fragata Independência, lançada ao mar, pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, em

setembro de 1974. Uma segunda Fragata, a UNIÃO. está em fase adiantada de construção, no mesmo Arsenal. Antes, em fevereiro, foi lançada ao mar, na Inglaterra, a Fragata NITERÓI. que será seguida, nos anos de 1975 e 1976, por mais três unidades.

Foram igualmente lançados ao mar o Submarino Tonelero e os Navios Varredores Abrolhos e Albardão, todos de construção na Europa. Estão sendo também construídos o Submarino Riachuelo, na Inglaterra, e os Navios Patrulha Fluvial Roraima, Rondônia e Amapá, no Brasil, além de várias outras embarcações de menor porte.

No setor de armamento, vêm sendo desenvolvidos novos tipos de munição e novos componentes, utilizando-se os serviços de empresas civis e indústrias militares que trabalham para o sistema de fabricação de munição. São várias as pesquisas em desenvolvimento nesse campo.

Na eletrônica está o setor em que a Marinha mais se integra no processo de desenvolvimento industrial do país. O seu entrosamento com o parque industrial, em tal setor, já é uma tradição. O sistema de nacionalização dos equipamentos eletrônicos deve-se à atuação da Marinha, através da Diretoria de Comunicações e Eletrônica. A busca do apoio na indústria civil foi a solução menos onerosa e mais patriótica, pois propiciou a montagem de um parque especializado de alto nível tecnológico, capaz de atender às necessidades da Marinha e de todos os demais setores do mercado nacional.

As atividades de pesquisas têm sido desenvolvidas não só no campo militar mas também no campo social e econômico.

No Arraial do Cabo, Município de Cabo Frio, está sendo instalada uma verdadeira Universidade do Mar, cuja usina-piloto entrou em funcionamento em setembro de 1974, constituindo a base para instalação de uma indústria capaz de produzir 300 toneladas de gelo, por dia, utilizando a energia térmica da água do mar.

Cinquenta cientistas, técnicos e auxiliares, dedicam-se, em Cabo Frio, ao estudo e à pesquisa do mar, objetivando criar uma sólida infra-estrutura material, para novo complexo pesqueiro, bem como realizar uma experiência inédita em nosso país: a fertilização das águas do mar.

O protótipo do primeiro minicomputador brasileiro, ora em desenvolvimento, será produzido até junho de 1975, de acordo com projeto iniciado há quatro anos, pelo Ministério da Marinha, contando com o apoio do BNDE e da Universidade de São Paulo. O minicomputador é fruto de pesquisa e concepção inteiramente brasileiras e atenderá às exigências dos mercados civil e militar.

O navio-oceanográfico Almirante Saldanha, verdadeiro laboratório flutuante, leva a bordo, quando em operações de pesquisa, professores, estudantes e pesquisadores de Universidades e Instituições Federais especializadas. Ali é ministrado, inclusive, um Curso Avançado de Oceanografia, em cooperação com a UNESCO.

Responsável pela segurança da navegação, vem a Marinha, através da Diretoria de Hidrografia e Navegação e da Diretoria de Portos e Costas, atuando por meio da realização de levantamentos da costa, confecção de novas cartas de navegação e de cartas sonar de pesca, instalação e manutenção de faróis, lançamentos de bóias, realização de balizamentos e apoio ao tráfego.

O avanço das atividades marítimas, com a ampliação e a implantação de estaleiros navais e o aumento da pesca, determinou a necessidade de incrementar a formação de técnicos para as várias atividades, através do ensino profissional, o aprimoramento cultural e a tomada de consciência para uma mentalidade adequada.

Para atender aos reclamos do ensino especializado, construiu-se, no Rio de Janeiro, o Centro de Instrução Almirante Graça Aranha, para marítimos de todas as categorias e hierarquias, absorvendo a antiga Escola de Marinha Mercante. Ao mesmo tempo, foi criado, em

Belém, o Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar, incorporando a Escola de Marinha Mercante do Pará. Estes Centros, juntamente com o Centro de Instrução de Fluviários do Pirapora, no Rio São Francisco, acrescidos da rede de Capitanias dos Portos, Delegacias e Agências, localizadas em todos os principais portos marítimos e fluviais do Brasil, permitem que a Marinha execute a tarefa de aperfeiçoar portuários, estivadores e tripulações para as frotas pesqueiras, formando ainda guarnições eficientes para os navios mercantes nacionais e mesmo de algumas nações amigas.

EXÉRCITO

Por ser verdadeira destinação do Exército a Segurança, procurou-se imbuí-lo de permanente motivação na busca de maior eficiência operacional, com quadros e tropa instruídos e adestrados, espírito profissional combativo, equipamento bem mantido, e efetivo apoio de órgãos logísticos, em condições adequadas.

O adestramento necessário para obter-se e aperfeiçoar-se a operacionalidade da tropa, a flexibilidade dos estados-maiores e a eficiência das organizações de apoio foi, sem dúvida, a atividade fundamental da instituição.

De acordo com diretrizes emanadas do Estado-Maior do Exército, foram realizadas manobras militares em todas as áreas, de quadros e de médio vulto, conciliada a necessidade de treinamento das unidades com o imperativo de economizar combustível. Não obstante, os grandes comandos fizeram proveitosos exercícios na carta e as unidades da fronteira amazônica realizaram outros também extremamente úteis, não apenas para o adestramento operacional, mas ainda para reconhecimento de áreas pouco conhecidas, assistência social às populações ribeirinhas, contactos com missões religiosas, controle de grileiros, proteção aos indígenas e verificação de atividades de estrangeiros.

Mantendo quadros e tropas permanentemente empenhados em atividades de instrução e adestramento, estimulou-se uma mentalidade baseada no primado do dinamismo, da iniciativa, da coragem e do senso de responsabilidade. Desevolveram-se o espírito militar e o vigor físico, cuidando-se, prioritariamente, do caráter e do moral do homem, das unidades e dos chefes.

Cumpriu o Exército seu indeclinável dever de co-participar na defesa das instituições, mercê de adequada prevenção de atividades potencialmente contrárias ao regime, quer nas cidades, quer nas áreas rurais.

Essa vigilância tem sido fator relevante na manutenção da ordem interna.

No campo da Segurança Externa, manteve-se o Exército, principalmente por seus estados-maiores, escolas, órgãos de direção, de assessoramento e de apoio, empenhado em atividades de revisão e atualização dos planejamentos à luz das novas realidades nacionais e internacionais, de acompanhamento das doutrinas militares estrangeiras, de vigilância de nossas fronteiras e de atenta análise de acontecimentos internacionais capazes de interferir sobre a sua missão.

Consolidada a mudança do Ministério do Exército, com a vinda da Diretoria do Pessoal Civil e da Diretoria do Serviço Militar para Brasília, o esforço principal da administração passou a ser realizado na busca do harmônico funcionamento dos órgãos de direção geral, setorial e de apoio, coordenados entre si e com as forças terrestres e órgãos territoriais.

Releva assinalar o progressivo rendimento de trabalho que adveio do efetivo funcionamento do Estado-Maior do Exército, como verdadeiro estado-maior geral do Ministro, e dos Departamentos, dinamizados como se fossem o seu estado-maior especial.

No referente à Administração de Pessoal, o ano de 1974 caracterizou-se pela sanção de uma nova lei de fixação de efetivos em tempo de paz, que permitiu pequeno aumento — cerca de 3,5% — para complementar as organizações que haviam sido criadas por imposição de novos encargos, mas que não tinham sido contempladas com efetivos. Além disso, ela representou um esforço para romper o estancamento do fluxo de acesso de oficiais e sargentos, sem criar novos ônus para a Nação.

Merecem destaque, ademais, como aspectos positivos da administração de pessoal em 1974: a atualização da legislação de interesse do sistema de pessoal, o prosseguimento da implantação dos sistemas de cadastro e avaliação do mérito, a real implantação do Serviço de Assistência Religiosa, a adoção de modernas técnicas de controle de pessoal, o encontro de novos critérios e medidas de movimentação - que permitiram mais justa distribuição do pessoal disponível -, a reformulação do subsistema de Inativos e Pensionistas com a criação das Seções Regionais de Inativos e Pensionistas e, no referente a pessoal civil, a ampliação dos programas de treinamento, e estabelecimento do quadro de lotação e do plano de classificação de cargos, a atualização das promoções há longos anos atrasadas - e a adoção de medidas para a substituição de certa categoria de pessoal militar por pessoal civil.

Consolidou-se a reorganização das Brigadas; foram adotados os Quadros de Organização (QO) reduzidos e transformado o QO experimental em QO de guerra; as unidades operacionais foram reorganizadas em três tipos; foram extintas várias Coudelarias e foi declarado em extinção o Quadro de Oficiais Veterinários; criaram-se Batalhões de Selva, ao longo da Rodovia Transamazônica, as 5º Seções dos Exércitos e dos Comandos de Áreas e, ainda, foram regularizados os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI).

O reaparelhamento do Exército passou a ser, a partir de 1970, inadiável. Urgia repor e modernizar o equipamento, em face de seu desgaste e de seu obsoletismo. Diante de tal imperativo, o reaparelhamento foi incluído como uma das metas do planejamento governamental, orientado pelas diretrizes de gradual nacionalização, conservação do material existente, incorporação de tecnologia e aumento da atividade de pesquisa.

A melhoria do grau de operacionalidade, pelo incremento da mobilidade e da potência de fogo, assim como da eficiência do apoio logistico, vem sendo perseguida com determinação.

Com recursos do Orçamento-Programa, do Plano Especial de Reaparelhamento do Exército (PERE), do Fundo do Exército e de financiamento internacional, foi possível realizar, em 1974: a aquisição de apreciável quantidade de material de Artilharia de Campanha, dos Calibres 105 e 155, e de morteiros 4.2, para dotar as Companhias de Apoio dos Batalhões de Infantaria; a transformação de 53 Carros de Combate Leves M3 e M3A1 em Carros de Combate Leves X1, dotados de canhões de 90 mm; a compra do CRM (Cascavel) e do CTTA (Urutu), de fabricação nacional; e a mecanização da 1º Brigada de Cavalaria.

Realizado um grande esforço no sentido de substituir as importações pela compra de materiais no país, os gastos alcançaram as seguintes cifras globais; Material de Motomecanização — equipamento, 137,2 milhões de cruzeiros, e suprimentos, 86,3 milhões; Armamento e Acessórios — equipamentos. 55,7 milhões, e suprimentos, 5 milhões; Material de Engenharia — equipamento, 23 milhões, e suprimentos, 5,3 milhões; Fabricação e Recuperação de Equipamentos, 14,1 milhões; Material de Comunicações — equipamentos, 88,2 milhões, e suprimentos, 6 milhões; Munições — 78,9 milhões.

Releva notar que o esforço do reaparelhamento, em Material de Comunicações, foi dirigido para corrigir graves carências de rádios de campanha, destinados aos escalões Companhia, Batalhão e Brigada, com imediata repercussão na eficiência operacional.

O ensino militar bélico, destinado a preparar e adestrar o pessoal incumbido do planejamento, direção e realização das ações que, no quadro do Exército, interessam à Segurança, teve a seguinte produção: a AMAN formou 309 Oficiais da ativa; os Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR e NPOR) formaram 2.629; foram especializados 128 pelo Centro de Estudos de Pessoal (CEP), 110 pela Escola de Saúde do Exército (Es S Ex), 59 pela Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (Es A Cos AAé), 66 Oficiais e 119 Sargentos pela Escola de Material Bélico, 43 Oficiais e Sargentos pela Escola de Educação Física do Exército (Es E F Ex), 32 Oficiais e 38 Sargentos pela Escola de Instrução Especializada (Es I Ex) e 60 Oficiais e 30 Sargentos pelo Centro de Operações na Selva e Ações de Comando (cosac); aperfeiçoados 500 Sargentos pela Escola de Sargentos das Armas (Es S A) e 220 Oficiais pela Escola de Aperfeicoamento de Oficiais (Es A O): e diplomados 105 Oficiais em Altos Estudos Militares, pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

O Instituto Militar de Engenharia (IME), estabelecimento de ensino militar técnico e científico, diplomou 92 civis e militares.

Outras realizações do sistema de ensino foram a aquisição de cinco laboratórios de idiomas, destinados aos Colégios Militares, o reequipamento dos laboratórios de física, química e biologia da Escola Preparatória de Cadetes (EPC) e de todos os Colégios Militares, o reequipamento da Es A O, do Colégio Militar de Manaus, do COSAC e de seis NPOR, assim como a dotação de meios modernos de apoio ao ensino, de todos os estabelecimentos.

Com recursos orçamentários e outros provenientes do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, muito foi possível fazer, em 1974, no referente a pesquisas.

Na área das Ciências do Comportamento Humano, devem ser assinaladas as pesquisas referentes a diversos testes de seleção de pessoal, o método experimental de «telensino» e os estudos de avaliação pessoal.

Na área das pesquisas de material bélico, merecem registro: a implantação de uma usina-piloto de propelentes moldados; a importação de tecnologia do Míssil AC-1 (Cobra), com a aquisição de simuladores e outros equipamentos; a transformação e modernização do CCL M3 e M3 A1 no X1 e a modernização e nacionalização dos CCM M4 (SHERMANN), em processamento; a metralhadora 7,62; o morteiro 60 retrocarregável; o lançador de fumígenos; os foguetes de saturação de área, em combinação com o Centro Técnico de Aeronáutica (CTA) e a AVIBRÁS; a mula mecânica; a ponte lançada de viatura blindada; a ponte sobre suportes flutuantes de fibra de vidro; e os resultados com equipamento elétrico e eletrônico variado.

No referente à pesquisa de Ciência dos Materiais, cuidou-se de blindagem, de colete à prova de balas e de pastilhas piezelétricas, havendo também atividades de pesquisa e desenvolvimento, em síntese, catálise, energia, matérias-primas, obtenção de água pesada, antenas e propagação, ótica, computadores, sistemas de controle, caitografia e preservação de bens perecíveis, com assinalada participação do Instituto Militar de Engenharia (IME), do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) e do Campo de Provas da Marambaia (C Pr M).

Cabe também referir a objetividade na realização, com significativos frutos, de pesquisa para a melhoria de fardamento, de materiais para a confecção de barracas

e, ainda, acerca de animais selvagens, rações para a selva e métodos de treinamento físico.

Da tradicional contribuição prestada no retorno à cidadania civil de contingentes civicamente preparados, deve ser mencionada a freqüência de 730 alunos na Escola Preparatória de Cadetes e de 6.085 nos oito colégios militares, da responsabilidade do Ministério do Exército, dos quais 2.700 filhos de militares das três Forças (495 da Marinha e 535 da Aeronáutica) e 3.385 filhos de civis.

No nível superior, o IME diplomou 92 engenheiros em Mecânica de Armamento, Mecânica de Automóveis. Eletricidade, Comunicações, Metalurgia, Eletrônica, Ouímica e Geologia, havendo feito pós-graduação em Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia Nuclear, Química, Ciência dos Materiais e Engenharia de Sistemas, 15 engenheiros, sendo 12 civis.

Ampliaram-se: a cooperação com o Mobral; os programas de habilitação e qualificação profissionais dos conscritos — em convênio com o Departamento Nacional de Mão-de-obra e com as indústrias civis; os programas culturais, artísticos, esportivos e populares; as exposições, os concertos e os concursos estudantis; a doação de livros e o programa editorial da Biblioteca do Exército, com 14 obras, em 1974, de História, Sociología e Literatura, numa tiragem média de 14.000 exemplares.

Além do silencioso trabalho realizado pelas Unidades junto às suas comunidades, algumas vezes até ajudando a realizar o escoamento de grandes safras, com o trabalho de seus homens e de seus meios de transporte, 1974 viu o Exército solidário com o povo e a ele ajudando, em tarefas de defesa civil, em várias calamidades que assolaram o país, notadamente as enchentes em Marabá, no Amazonas, no Acre, em Rondônia e em Santa Catarina.

Com recursos extra-orçamentários liberados pelos DNER (662,1 milhões de cruzeiros), DNF-RFFSA (191,1 milhões) e diversos outros órgãos federais (12,5 milhões), as unidades de engenharia militar tiveram os seguintes indices de produção:

em rodovias — trabalhos de infra-estrutura — foram desmatados 817 km. terraplanados 23.3 milhões de m³ e construídos 814 km de plataforma rodoviária;

em trabalhos de superestrutura, construídos 383 km com revestimento primário. 257 km pavimentados e 880 m de obras de arte especiais;

em ferrovias — trabalhos de infra-estrutura — foram terraplanados 4 milhões de m³ e construídos 15 km de plataforma ferroviária;

em trabalhos de superestrutura — foram assentados 93 km e substituídos 717 km de trilhos:

quanto a obras diversas — foi feita ampliação do pátio de estacionamento e área de pouso do aeroporto de Santarém.

Em 1974 foi intenso o intercâmbio do Exército Brasileiro com outros Exércitos. Foram realizadas duas conferências bilaterais, com a Argentina e Paraguai.

Estiveram no exterior, além dos que exercem funções de natureza diplomática, 74 militares brasileiros realizando cursos, estágios e visitas nos seguintes países: Alemanha, França, Itália, Portugal, Suíça, Espanha, Luxemburgo, Estados Unidos, Panamá, Argentina, Peru, Equador e Paragual.

Por outro lado, 151 militares estrangeiros cursaram escolas brasileiras — equatorianos, paraguaios, venezuelanos, uruguaios, portugueses, guianenses, peruanos, panamenhos, bolivianos, hondurenhos, argentinos, norteamericanos, chilenos, italianos e franceses. Terminaram

cursos, no Brasil, 10 militares estrangeiros na ECEME, 27 na Es A O, 2 na aman e 19 na Es A Cos AAé.

Visitaram o Brasil generais dos Exércitos uruquaio, argentino, chileno e paraguaio e diversos outros militares — equatorianos, peruanos, franceses, bolivianos, paraguaios, chilenos, argentinos, uruguaios e norte-americanos, inclusive da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Paraguai.

AERONAUTICA

Desenvolveu o Ministério da Aeronáutica intenso programa de atividades que lhe assegurou a consecução das intenções, elaboradas em 1973, para o reequipamento da Força Aérea, a melhoria da infra-estrutura aeronáutica e o desenvolvimento da nossa indústria especializada.

Em que pese às dificuldades encontradas no ambiente econômico-financeiro internacional, foram firmados todos os contratos de aquisição de novos aviões e os deles decorrentes, como os de treinamento de pessoal, suprimento, equipamento de apoio e material bélico. Seguiram os contratos as linhas mestras do plano, de forma a dar à Força Aérea grau adequado no poder de dissuasão, dotá-la com material eficaz na guerra revolucionária e proporcionar à indústria aeronáutica brasileira assimilação de moderna tecnologia, com utilização sempre crescente, restringindo-se paulatinamente as importações. Pode-se afirmar que, em 1974, foi dado grande passo na melhoria global do material aéreo da FAB e de sua potência de combate.

Seguindo a política governamental de sempre maior utilização do parque brasileiro, foram encomendados à EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica), estudos e projetos preliminares visando, em um âmbito global, a transferir para a área interna a aquisição de materiais mais sofisticados; e, paralelamente, em outras indústrias ligadas à aeronáutica, desenvolveu-se a fabricação de

equipamentos eletrônicos de solo, transmissores e receptores de bordo, radares meteorológicos, instrumentos de medição, bancadas de testes e outros equipamentos de apoio.

Na infra-estrutura Aeronáutica, foi necessário acentuado esforço, para mantê-la a par do ritmo de desenvolvimento do país, no referente aos transportes aéreos. Aos aeroportos internacionais, em construção no Rio de Janeiro (Galeão) e em Manaus, deveu-se o consumo de maior parcela de recursos.

Atenção especial foi dirigida à rede aeroportuária da complexa região amazônica. Ievando a termo as pavimentações das pistas de Rio Branco, Cruzeiro do Sul. Tabatinga e Tefé, capacitando-as ao recebimento de jatos de grande porte.

Por outro lado, a Administração Aeroportuária. bem como sua exploração comercial e industrial, teve prosseguimento através da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (INFRAERO), vinculada ao Ministério da Aeronáutica, que deu continuidade a um plano de absorção gradativa de encargos, firmando, com governos Estaduais e Municipais, convênios de significativa importância, o que possibilitou, no período, o emprego de 75 milhões de cruzeiros, nos quinze aeroportos já geridos pela mencionada entidade.

Quanto à Indústria Aeronáutica, de implantação considerada prioritária pela política governamental, procurou-se incentivá-la não só no ramo da construção de aeronaves, mas, também, nos ramos correlatos à fabricação de produto final, transferindo para a indústria brasileira, sempre que possível, as encomendas de peças e equipamentos, componentes e serviços, na medida da capacidade das empresas envolvidas em atendê-las, dentro da confiabilidade e qualidade aeronáuticas. Tem sido incessante a busca do aprimoramento no parque industrial do país, procurando-se elevá-lo ao nível necessário de técnica e

produção a média escala. para suporte das empresas brasileiras de aviões. O Departamento de Pesquisas do Ministério da Aeronáutica, quer através da formação de pessoal de alto nível, no ramo de engenharia aeronáutica, quer através de convênios e contratos com órgãos do Governo responsáveis pelo suporte e política do desenvolvimento científico-tecnológico e com Universidades brasileiras, vem desenvolvendo uma série de programas com o fim específico de capacitar as empresas brasileiras para a fabricação de peças, componentes e equipamentos usados nas aeronaves e no apoio. Assim, tiveram continuidade ou foram iniciados em 1974 os seguintes projetos:

- Estudo de viabilidade de Fabricação de Peças Componentes e/ou Motores para Uso Aeronáutico:
- Pesquisa no Campo de Microondas, Protótipo de Radar Meteorológico;
- Ligas Metálicas, Processo de Desgaseificação em Vácuo;
- Motores Aeronáuticos;
- Propagação de ondas eletromagnéticas, para implantação de um sistema de navegação OMEGA e utilização das ondas de muito baixa freqüência (VLP), para comunicações táticas no território nacional:
- Sondagens Meteorológicas, por foguetes capazes de transportar uma carga útil de 5 kg a um apogeu de 70 km, empregando tecnología e material nacionais;
- Foguetes, SONDA II e SONDA III, com capacidade de transporte de cargas úteis de 20 a 50 kg a apogeus de 120 a 500 km;
- Propulsão a foguetes (desenvolvimento de uma familia de propelentes de média e alta energia, empregando tecnologia moderna com índice de

- utilização de matérias-primas nacionais o mais alto possível);
- Meteoro-Climatológico,
 Física de Atmosfera,
 Métodos de previsão,
 Climatologia Aeronáutica;
- Materiais de Uso Aeronáutico (desenvolvimento de aços e ligas de qualidade aeronáutica);
- Bélicos, como o
 - X-40 (desenvolvimento, em convênio com о іме, de foguete terra-terra para carga explosiva de 100 kg a 40 kg).
 - X-20 (desenvolvimento, em convênio com o IME, de foguete terra-terra para carga explosiva de 25 kg a 20 km) e
 - Sbat-70 e Sbat-127 (desenvolvimento de foguetes de 70 e 127 mm para equiparem aeronaves da FAB em emprego bélico e com poder de fogo elevado).

Na sua maioria, os projetos visam a conhecer a viabilidade técnica e econômica da produção em escala industrial no país e, após chegarem a resultados satisfatórios, são liberados para produção pela empresa considerada capaz. Assim aconteceu com a AVIBRÁS (fabricação de foguetes), com a WHINNER (fabricação de equipamentos de comunicação), com a ELETROMETAL, NAKATA e ITALMAGNÉSIO (na fabricação de peças de usinagem fina e também no assessoramento de implantação de novas linhas de produção). Através da METALEVE, firma de renome internacional na fabricação de peças de motores convencionais de aviação, está em curso a implantação, juntamente com indústrias estrangeiras de turbinas aeronáuticas e estacionárias, da montagem, manutenção e suprimento progressivo desses motores.

Nesse campo de atividades — de pesquisa e desenvolvimento aeronáutico e aeroespacial — vêm sendo empregados, atualmente, 744 técnicos, dos quais 179 são pesquisadores e engenheiros e 28 são oficiais da FAB.

Visando a utilizar de maneira sempre crescente a Indústria Aeronáutica, foram estabelecidas normas para inserção, nos contratos de compra de novas aeronaves no exterior, de cláusulas que proporcionam termos de «contrapartidas». Como resultado estão, hoje, em fase final de elaboração, contratos para fabricação de peças componentes das Aeronaves F5, que serão manufaturadas pela Embraer, para nosso próprio uso e para exportação, com destino à Fábrica Northrop, nos E.U.A., traduzindo um programa de exportação pelo prazo de 10 anos. Estes entendimentos, prestes a serem consumados, envolvem fabricação de partes de alta tecnologia para engrenagens e suporte, dando possibilidade de uma grande melhoria no «know how» das fábricas nacionais.

As indústrias de aeronáutica vinculadas ao Ministério da Aeronáutica tiveram um bom desempenho no exercício. Tanto a de fabricação, Empresa Brasileira de Aeronáutica, quanto a de manutenção, Companhia Eletromecânica CELMA, apresentaram grande desenvolvimento nos seus setores, conforme comentários a seguir.

A EMBRAER apresentou uma evolução de 49,3%, em relação ao ano anterior. Foram produzidas 106 aeronaves, de tipos assim discriminados:

| емв-110. | BANDEIRANT | E | | | • | | • | () | 28; |
|------------------|------------|---|---|--|---|---|---|------------|-----------|
| ЕМВ-200 , | IPANEMA | | • | | | • | | • | 54; |
| | XAVANTE . | | | | | | | | CI-000020 |

Como novas realizações, a EMPRESA apresentou no ano de 1974:

— a fabricação e entrega do EMB-201, IPANEMA, versão melhorada do EMB-200, com motor de 300 H.P.:

- duas novas versões do avião EMB-110, BANDEI-RANTE, EMB--110 E, EXECUTIVO e o EMB-110 F, CARGUEI-RO:
- assinatura, com a PIPER, de um contrato de Cooperação Industrial, para fabricar no Brasil dois modelos de avião bimotor leve, EMB-810, SÊNECA, e EMB-820, NA-VAJO.

Em 1975 esses modelos estarão sendo entregues ao operador nacional.

Baseada nos diferentes perfis de mercado, a Em-BRAER lançou o projeto do EMB-120 BANDEIRANTE pressurizado, cujo futuro, no espectro da demanda nacional e estrangeira, apresenta grandes perspectivas, em particular dentro do Programa de Cooperação Industrial assinado com a PIPER Aircraft Corporation, em agosto de 1974.

A CELMA apresentou muito bom rendimento nos seus Departamentos de Engenharia e Produção, como também preocupou-se com a formação de mão-de-obra especializada, para cobrir carência existente nessa área.

Logrou a Empresa conseguir importante absorção de complexa tecnologia estrangeira, que está assegurando relevante avanço, a par de expressiva economia de divisas. Verificou-se também acentuado aumento do número de motores e componentes revisados.

Cabe também registrar que o Correio Aéreo Nacional (CAN) realizou, em 1974, um total de 70 mil horas de vôo, o que correspondeu a 35% do tempo total relativo à FAB, no período. Considerando-se que mais de 15% desse total foram consumidos em missões não especificamente militares, como Busca e Salvamento, em que a Força Aérea mantém, em serviço de alerta, durante períodos ininterruptos de 24 horas, aviões e equipamentos especialmente adestrados, para emprego sempre que houver perigo de vida humana, em situações das mais diversas, e, ainda, levantamentos aerofotográficos, hoje indispensáveis aos

projetos de pesquisa e desenvolvimento, sendo utilizados por órgãos como a SUDENE, SUVALE, SUDAM, DHN, IBC, IBDF e PETROBRÁS, será possível registrar que 50% das horas voadas pela Força Aérea, durante o ano, foram em proveito da INTEGRAÇÃO, SALVAMENTO, PESQUISA e DESENVOLVIMENTO.

Na área da aviação civil, os resultados econômicos apresentados pela maioria das Empresas, apesar do aumento do custo do combustível e ao contrário do que ocorreu em outros países, foram expressivos, acusando uma elevação no tráfego de passageiros da ordem de 20% em relação ao ano anterior.

A expansão do transporte aéreo, reafirmada este ano inclusive com entrada em operação dos grandes jatos, é fruto, sem dúvida, do fortalecimento da economia nacional.

Não só no campo do transporte aéreo regular, mas também no do não regular, houve expressivo crescimento: em 1972 operavam 62 empresas e em 1974 cerca de 80 empresas. O transporte regular apresentou, em 1974, um aumento na oferta de cerca de 30% em relação a 1973, com um aproveitamento médio em torno de 60%.

Outra medida, adotada pelo Governo, visando a proteger a Indústria Aeronáutica Nacional, foi o aumento das aliquotas de importação que incidem sobre aeronaves, passando as mesmas, na maioria dos casos, de 7% para 50% do valor CIF da aeronave.

Com o grande desenvolvimento alcançado na Indústria do Transporte Aéreo nos últimos anos, surgiu a necessidade de aumentar o número de pessoal técnico no setor aeronáutico; neste sentido e visando a incrementar a formação de pessoal para atender ao crescimento da aviação civil, foi expedido o Decreto-lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, dispondo sobre a destinação de recursos para o desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico.



INTRODUÇÃO

| | Página |
|---------------------------------|--------|
| Política Econômico-Financeira | |
| Fazenda | 37 |
| Transportes | 46 |
| Agricultura | 52 |
| Indústria e Comércio | 59 |
| Minas e Energia | 75 |
| Interior | 83 |
| Comunicações | 92 |
| Politica Social | |
| Educação e Cultura | 101 |
| Saúde | 112 |
| Trabalho | 121 |
| Previdência Social | 126 |
| Pessoal Civil | 137 |
| Politica Externa | 143 |
| Justiça | |
| Politica Interna | 157 |
| Ordem Juridica | 159 |
| Segurança Interna | 163 |
| Forças Armadas | 167 |
| Estado-Maior das Forças Armadas | 168 |
| Marinha | 170 |
| Exército | 175 |
| Aeronáutica | 183 |